

The background of the image is a dense, vibrant green forest floor. It is covered with various types of ferns, some with large, feathery fronds and others with smaller, more delicate ones. There are also patches of moss and other small, leafy plants. The lighting is soft and natural, highlighting the textures and colors of the vegetation.

adpsintra

40 ANOS

1981-2021

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE SINTRA

adpsintra

40 ANOS

1981-2021

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE SINTRA

Ficha Técnica

Edição: ADPS – Associação de Defesa do Património de Sintra
adpsintra@gmail.com - adps.pt

Capa: Foto ADPS

Tiragem: 150 exemplares

Maio de 2023

Depósito Legal: 514030/23

ISBN: 978-989-33-4594-8

Composto e impresso: ACD PRINT, S.A.



Este livro não se destina a venda

Para este Boletim Comemorativo dos 40 anos de actividade ininterrupta da Associação de Defesa do Património de Sintra, para além do contributo de vários Associados, honraram-nos com a sua colaboração várias Personalidades que ao longo do tempo têm tido uma intervenção da maior importância em prol da conservação do nosso Património Cultural.



A Associação de Defesa do Património de Sintra foi formada em 1981 por um grupo de cidadãos que ao aperceberem-se que o Património Natural e Construído existente na Serra de Sintra, no “País Saloio” e nos vários núcleos com elevado interesse cultural do Concelho de Sintra estavam em perigo pelo seu abandono e descaracterização, decidiram fundar uma Associação com a finalidade de preservar os valores naturais, construídos e imateriais sintrianos.

Ao comemorarmos o 40º aniversário da ADPS saudamos todos os membros das Direcções que nos precederam pelo seu empenhamento e isenção, tantas vezes incompreendido na salvaguarda do Património Sintrense.

A todos os Associados desde os primórdios da ADPS até hoje, sem os quais não teria sido possível levar a cabo tantas e variadas iniciativas, as nossas saudações.

Recordamos com saudade e continuaremos a honrar a memória dos que nos legaram o seu inquebrantável anseio na protecção do nosso Património Cultural.

A Direcção
Sintra, Março de 2021

Águia de Bonelli (*Hieraetus fasciatus*). Nidifica nas Falésias do litoral do Concelho de Sintra, nomeadamente no Cabo da Roca.

Nota: A publicação deste Boletim não foi possível em 2021, quando do quadragésimo aniversário da A.D.P.S., face à pandemia Covid-19 que impediu os necessários contactos para a sua realização.

Índice

CAPÍTULO I: ADPS – SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

| | |
|--|----|
| ADPSINTRA | 13 |
| Jorge Garrido | |
| Cultivar a memória dos que contribuíram para que Sintra mereça ser Património da Humanidade é missão que muito honra a ADPS | 15 |
| José António Neiva Vieira | |
| «O património cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento desses bens preciosos, constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo» (UNESCO, Convenção do Património Mundial, 2014). | 19 |
| Maria Manuel Nogueira | |
| Nos quarenta anos da Associação de Defesa do Património, sempre com Sintra no coração | 21 |
| Vítor Serrão | |

CAPÍTULO II: CONCEITOS DE PATRIMÓNIO

| | |
|----------------------------------|----|
| A amplitude do património | 25 |
| José Manuel Martins Carneiro | |
| Património e identidade | 33 |
| Vitor Manuel Adrião | |

CAPÍTULO III: PATRIMÓNIO SINTRIANO

| | |
|--|----|
| Igreja Matriz de Nossa Senhora de Belém Rio de Mouro Velho | 37 |
| Eunice Andrade | |
| Património menor, que futuro? Bairro Almeida Araújo, nº 33 – Queluz | 39 |
| Filipe Mário Lopes | |
| Jazida com pegadas de dinossáurios de Pêgo Longo | 49 |
| Galopim de Carvalho | |

| | |
|---|-----|
| Dante na Quinta da Regaleira José Manuel Anes | 57 |
| As pinturas de Diogo de Contreiras na Igreja de São Martinho em Sintra Maria de Lourdes Riobom | 65 |
| Entre o Sul e o Setentrão Sintra – Anatomia de uma serra Nena Dominguez Paulino | 71 |
| Património Pedro Macieira | 75 |
| A cidade de Aqualva – Cacém Apontamentos documentais históricos Rui Oliveira | 77 |
| CAPÍTULO IV: FIGURAS LIGADAS A SINTRA | |
| Algumas figuras notáveis de uma família anglo-portuguesa ADPS – Associação de Defesa do Património de Sintra | 89 |
| Evocação do Professor Mário de Azevedo Gomes Preâmbulo Ana Luísa de Azevedo Gomes Baeta Neves | 97 |
| O Professor Azevedo Gomes e o Parque da Pena C. M. L. Baeta Neves | 99 |
| “Eh! Senhor Brigadeiro!” Ou evocação dos fraternos amantes de Sintra... José Cardim Ribeiro | 105 |
| Carlos Manuel Baeta Neves e a sua relação com Sintra Luís Filipe T. Gomes da Costa | 107 |
| O alquimista da Regaleira Nena Dominguez Paulino | 119 |
| Do Paço Real de Sintra para a corte da Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis Raúl Rodrigues Bernardino | 125 |

CAPÍTULO V: ARVOREDO – ESPAÇOS URBANOS – ÁREAS PROTEGIDAS

| | |
|---|-----|
| Escolha de árvores para a via pública e sua manutenção | 131 |
| Jorge Rafael | |
| Serra de Sintra, que futuro? | 133 |
| Miguel Fonte | |
| O património arbóreo e vegetal de Sintra | 135 |
| Rui Victorino Queirós | |

CAPÍTULO VI: REFLEXÕES E MEMÓRIAS

| | |
|---|-----|
| Serra de Sintra – Algumas reflexões | 143 |
| Adriana Jones | |
| Serra de Sintra: Que fazer com a pérola? | 145 |
| Fernando Faria | |
| No jardim do paraíso | 149 |
| Isabel Rito | |
| Pequenos apontamentos olfativos | 151 |
| Maria Isabel B. P. Salvado | |
| Árvores da minha vida | 154 |
| Maria Isabel B. P. Salvado | |
| A sustentabilidade humana do património | 157 |
| João Príncipe | |
| Recantos de Sintra | |
| A freguesia de Algueirão-Mem Martins | 159 |
| Luciano Reis | |
| Sintra inspiração e mistério | 163 |
| Maria João Martinho | |
| A poesia de Sintra | 165 |
| Vera Vieira da Silva | |

Os textos de cada capítulo são apresentados respeitando a ordem alfabética do primeiro nome do seu autor.

CAPÍTULO I

ADPS – SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

ADPSINTRA

A nossa Presidente desafiou-me para escrever um pequeno texto alusivo ao 40º aniversário da ADPS. A minha primeira dificuldade foi a de enquadrar um associado relativamente jovem na Associação, embora em idade já tenha dobrado o aniversário em causa.

Há alguns anos atrás, fui convidado pelo meu colega de curso, o grande e saudoso amigo Ernesto Rafael a tornar-me sócio da ADPS. Aceitei o desafio porque de algum modo poderia também dar o meu modesto contributo para a defesa do património, particularmente o património vegetal, domínio em que me sinto confortável.

Com o passar dos anos, e aproveitando a inusitada circunstância de eu ser um apaixonado por camélias e Sintra guardar no seu seio um histórico e precioso tesouro de exemplares centenários e uma multiplicidade de variedades, empreendi um percurso editorial concretizado em três livros sobre o tema das camélias: “Camélias...outros olhares”, “Camélias Portuguesas História & Formosura”, “Como cuidar das minhas camélias”.

No primeiro desses livros, dei o meu contributo em favor das camélias de Sintra, da sua história, da comemoração dos 30 anos da ADPS, e de diferentes eventos que durante décadas foram uma forte referência com a chancela das camélias.

Foi aí que nasceu a minha grande estima e amizade com a nossa Presidente, que me ajudou com preciosas informações e, posteriormente, sabida a sua paixão pelos livros em geral, ajudou na apresentação e divulgação dos meus livros.

Daí que não me podia furtar a escrever este texto, uma forma de agradecimento e de dar notícia do meu empenhamento, quase sempre à distância, mas presente em espírito. Mas também para lembrar com tristeza um triste esfumar de memórias relativas às camélias, autênticos ex-libris da Vila de Sintra: Rally das Camélias, o Baile das Camélias, as Exposições de Camélias, onde fui jurado dos concursos por diversas vezes.

As camélias foram introduzidas no Parque da Pena por D. Fernando II e essa circunstância ditou uma certa moda de plantar camélias que foi sendo passada às mais famosas quintas, que assim ajudaram a propagar a iniciativa real. Para além das camélias ornamentais o rei mandou também plantar duas centenas de plantas do chá (*Camellia sinensis*) no local ainda hoje conhecido, e recentemente restaurado, o Alto do Chá.

Nos últimos anos o Parque da Pena tem sido alvo de preservação, registo e reintrodução de camélias oitocentistas, o que lhe valeu o título de Jardim de Excelência pela Associação Internacional das Camélias.

Também a Câmara Municipal de Sintra vem mostrando um renovado interesse na promoção das camélias, dispondo-se a transformar em jardim temático uma antiga lixeira, uma iniciativa que merece o aplauso da ADPS.

Não gostaria de terminar esta pequena resenha sem um desabafo, que é partilhado por muitos sintrenses: porque razão a Câmara Municipal de Sintra é um parceiro minoritário na gestão da Parques de Sintra Monte da Lua, perante outras entidades externas, tendencialmente ausentes, e que decidem assim ao arrepio dos interesses dos sintrenses?

Aqui está um tema bem actual e interessante para discussão na ADPS. Um grande abraço do Jorge Garrido para todos os sócios. Bem hajam pelo vosso trabalho!

Jorge Garrido

CULTIVAR A MEMÓRIA DOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA QUE SINTRA MEREÇA SER PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE É MISSÃO QUE MUITO HONRA A ADPS

Sintra merece bem ser amada!

Uma Serra junto ao mar, coberta de um manto verde de vegetação exuberante e diversificada, com relíquias botânicas de florestas do passado, recortada por penedos graníticos – muitos forrados a musgos e líquenes – semeada de recantos misteriosos, miradouros, quintas, palácios e solares, bosques e árvores monumentais de diversas latitudes e climas, aldeias de encantar e uma Vila tão antiga quanto bela e valiosa.

Sintra é um Paraíso de Portugal, cheia de valores naturais, culturais, históricos, arquitectónicos e paisagísticos, que hoje herdámos, e que temos a responsabilidade e o dever de proteger, conservar, valorizar e salvaguardar a sua fruição pelas gerações vindouras. É esse reconhecimento que levou à criação, em 1981, da Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais, reclassificada em 1994 em Parque Natural.

Pelo carácter excepcional e singular do seu património natural e cultural, a diversidade e beleza da sua paisagem e o harmónico entrosamento entre o construído e o meio ambiente e entre a floresta exótica e a autóctone e ainda pelo destacado lugar de Sintra na arquitectura europeia no período romântico, foi-lhe atribuída pelo Unesco em 1995 a classificação de Património da Humanidade na categoria de Paisagem Cultural.

Numerosos e prestigiados viajantes, nacionais e estrangeiros, através dos seus escritos, retrataram com admiração o encantamento mágico que Sintra lhes despertou. De um Gil Vicente (Um jardim do paraíso terreal, que Salomão mandou aqui, a um rei de Portugal ...) a um Camões (Já a vista a pouco e pouco se desterra, daqueles pátrios montes que ficavam, ficava o caro Tejo e a fresca Serra de Sintra e nela os olhos se alongavam) ou de um Eça de Queirós (Tudo em Sintra é divino: não há cantinho que não seja um poema!) a um Lord Byron (Eis que em maior labirinto de montes e vales surge o glorioso Éden de Sintra).

Figuras notáveis como o Rei D. Fernando II e o industrial inglês Francis Cook foram responsáveis pela criação dos magníficos Parque da Pena e Parque de Monserrate onde introduziram, ao gosto do romantismo do século XIX, numerosas espécies florestais e de jardim, exóticas e que, dado o clima de Sintra, ameno e variado, se integraram em perfeita harmonia com a vegetação autóctone. E são tantos os edifícios e monumentos a disputar a

nossa atenção – Palácios da Pena e Monserrate, Regaleira, Seteais, o Castelo dos Mouros, o Chalet da Condessa ou o Convento dos Capuchos e o Palácio Nacional de Sintra, entre tantos outros.

Em termos florestais e ambientais destacadas figuras da agronomia e silvicultura lusitanas escreveram sobre Sintra, entre outros, Mário de Azevedo Gomes, Carlos Manuel Leitão Baeta Neves, Tude de Sousa e Vieira Natividade. E também da Geologia como Magalhães Ramalho e Galopim de Carvalho ou da Biologia como Almeida Fernandes.

Mas o crescimento económico e populacional desordenado, a atracção urbanística e imobiliária pelo que é único e especial, a proximidade a Lisboa, a pressão turística e a degradação ambiental e paisagística têm exercido uma pressão constante sobre Sintra, cabendo a todos o dever cívico de exercer vigilância, contribuindo para minimizar impactos negativos e evitar uma degradação já evidente e um dia potencialmente irreversível.

Foi com esta Missão que, em boa hora, há 40 anos um Grupo de Sintrenses se constituiu em Associação de Defesa do Património de Sintra – ADPS com vista a sensibilizar pessoas e instituições para a sua salvaguarda.

A ADPS tem já um prestígio e uma obra notável e diversas foram as causas que apadrinou, umas com sucesso, outras não. Mas sempre com independência, persistência, competência e espírito de diálogo. Na impossibilidade de enumerar os muitos que generosamente se envolveram no activismo da ADPS, e foram muitos, destaco a sua Presidente, catalizadora e força inquebrantável desta causa – afável, combativa, dialogante e independente de estratégias e interesses instalados. Bem haja pela sua dedicação militante e assertiva e pela sua luta persistente contra a degradação e descaracterização de Sintra! E na sua pessoa um muito obrigado à ADPS.

Campanhas de salvaguarda do património natural e construído, jornadas culturais, conferências, petições, publicações, acções de sensibilização e informação, abaixo-assinados, artigos na imprensa e participação e promoção de debates públicos e homenagens a “Amigos de Sintra” valeram à ADPS um prestigiado reconhecimento na região, tendo sido galardoada com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro – Classe Ambiente.

O papel da ADPS no recordar e homenagear figuras ilustres que valorizaram e projectaram os valores de Sintra, nas vertentes culturais, ambientais, patrimoniais, arquitectónicas, históricas ou científicas é das suas tarefas mais nobres e louváveis.

Um país sem Memória é um país pobre e sem futuro. Há que preservar a Memória de todos aqueles que pelos seus ditos, escritos, valores e causas contribuíram para a defesa dos valores subjacentes a Sintra – Património da Humanidade. Relembra-los é um acto de gratidão, mas também de inteligência e de civismo.

Num mundo em acelerada mudança, desatento que cultiva o efémero, é fácil perder-se a memória das nossas figuras de excelência, do seu exemplo, pensamento e obra. Recordar os homens notáveis pelos seus contributos, recordar o seu saber, as suas inquietações e

convicções e os seus projectos é um exercício de sabedoria e um excelente ponto de partida para melhorar o presente e construir um futuro mais próspero. No fundo são sempre os homens singulares que, com a sua inteligência, a sua criatividade, a sua perseverança e o seu carisma que fazem a diferença e asseguram o êxito das ideias, das instituições e das políticas.

Foi esta percepção que levou a ADPS a recordar e homenagear quatro vultos do sector agronómico e florestal com ligação a Sintra e que partilharam a sua dimensão nacional, o serem honrados servidores da causa pública, terem abundante e diversificada bibliografia, serem escritores fluentes e oradores inspiradores, serem conferencistas e divulgadores de mérito e cidadãos de forte carácter e personalidade, constituindo um exemplo de excelência digno de ser recordado pelas gerações presentes e futuras.

Foram eles: Tude de Sousa (1874-1951) – o grande florestal da Serra do Gerês e director da Colónia Penal de Sintra; Mário de Azevedo Gomes (1885-1965) – um notável Mestre no Ensino das Ciências Florestais e um político íntegro e afável; Joaquim Vieira Natividade (1899-1968) – grande vulto da subcultura mediterrânica e da fruticultura nacional e Carlos Manuel Leitão Baeta Neves (1916-1992) – um lutador pelas causas da Protecção da Natureza, do prestígio da Engenharia Florestal e pelo conhecimento da História Florestal. A todos eles Sintra muito deve e por isso a ADPS os homenageou em 2007 no Palácio Valenças. A iniciativa foi um sucesso com numerosa assistência e um conjunto alargado de oradores convidados.

Em 2008, 5 de Junho, foi promovida uma grande homenagem ao Prof. Mário de Azevedo Gomes – Mestre da Ciência Florestal, político emérito, cidadão exemplar e grande amigo de Sintra e que contou com o apoio empenhado da sua família e do poder local. No descerramento da Placa Comemorativa no Jardim da Vigia, seu filho João Paulo Azevedo Gomes disse; “Daqui se contempla a Serra de Sintra que tão bem conheceu e tanto amou ...; a Igreja de Santa Maria onde casou; a Quinta da Abelheira onde passava férias; o Parque da Pena que tanto estudou; o Castelo do Mouros, seu local mágico ...”

Em 2009 foi prestada pela ADPS justíssima homenagem a José de Almeida Fernandes – Educador, Divulgador, Ecologista, Pioneiro da Protecção da Natureza e um Amigo da Serra de Sintra.

A ADPS na sua missão de Evocação de Figuras Nacionais ligadas a Sintra elaborou e divulgou um conjunto de notas bio-bibliográficas dos muitos que participaram como convidados nas suas iniciativas, personalidades de prestígio no respectivo sector.

Ainda no capítulo da Memória a ADPS honrou diversos apoiantes das suas actividades em prol de Sintra atribuindo-lhes o título de sócios honorários: António Matta, Cortez Fernandes, Eugénio Sequeira, José Alfredo da Costa Azevedo, José Cardim Ribeiro, José Neiva Vieira, Maria Gabriela Llansol, Matilde Sousa Franco, Miguel Magalhães Ramalho, Pedro Anjos Teixeira, Rui Queirós e Vítor Veríssimo Serrão.

E aqueles que cultivaram a Memória dos que contribuíram para a defesa e valorização de Sintra são também merecedores da nossa Memória. E por isso a Associação de Defesa do Património de Sintra e os seus colaboradores e apoiantes serão recordados por 40 anos de persistentes e valiosos serviços em prol da Cultura, História e Ambiente nesta Sintra, Património de Portugal e da Humanidade.

José António Neiva Vieira

Eng. Silvicultor
e Amigo de Sintra

**«O PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL FAZ PARTE DOS BENS INESTIMÁVEIS E INSUBSTITUÍVEIS DE TODA A HUMANIDADE. A PERDA, POR DEGRADAÇÃO OU DESAPARECIMENTO DESSES BENS PRECIOSOS, CONSTITUI UM EMPOBRECIMENTO DO PATRIMÓNIO DE TODOS OS POVOS DO MUNDO»
(UNESCO, CONVENÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, 2014).**

Património cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica e ou material. Sendo de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização.

O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, que assim assegura a transmissão de uma herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular. É uma parcela incontestavelmente estruturante da identidade e da memória coletiva e a sua proteção está contemplada no *Título VIII da Lei de Bases do Património Cultural*.

O Património Natural engloba todos os monumentos naturais, não construídos pelo Homem. Dele fazem parte todas as formações geológicas e biológicas com valor universal excepcional do ponto de vista estético, científico e conservacionista. Para a sua proteção, são constituídas zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção - Reservas Naturais.

Estas estão abertas, apenas, a cientistas e investigadores, os quais monitorizam as características fisiológicas, morfológicas e comportamentais, que serão a base de acções com vista à preservação e conservação das espécies em perigo ou ameaçadas de extinção.

Um Parque Natural é um território relativamente extenso que apresenta um ou mais ecossistemas ainda intactos ou pouco transformados pela exploração e ocupação humanas. Atividades humanas tradicionais são permitidas, uma vez que, raramente, alteram o equilíbrio ecológico. As visitas e as actividades turísticas são permitidas, obedecendo a regras comportamentais.

É dever das instituições que o gerem implementar as acções necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Todos os bens materiais e imateriais que são considerados pelas comunidades culturais, artísticas e científicas como únicos e inigualáveis, e que são de fundamental importância para todos os povos, são considerados Património da Humanidade.

Construir a paz nas mentes dos homens e das mulheres, através do diálogo intercultural e o desenvolvimento sustentável. (Unesco)

*
* *

Estávamos em março de 2009, quando assisti a uma Conferência/Debate de grande interesse, no Centro de Ciência Viva de Sintra, organizada pela ADPS. Foram oradores os Professores Miguel Ramalho, Galopim de Carvalho, Ruy Oliveira, entre outros.

Foi o início de uma colaboração inestimável, profunda e séria no desenvolvimento de Projetos de alunos, na concretização de visitas culturais, na celebração do Dia Nacional das Bibliotecas Escolares, na cedência de documentos credíveis para planificação de actividades com alunos, entre outros.

Referi aqui, apenas, o meu testemunho profissional, mas outros há que consolidaram a minha profunda admiração por esta Associação.

Votos de longa vida a todos os associados, pois todos estão de parabéns pela sua dedicação e divulgação, preservação e defesa do património natural e construído da região de Sintra.

Parabéns, ADPS, pelos 40 anos de existência!

Maria Manuel Nogueira

NOS QUARENTA ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO, SEMPRE COM SINTRA NO CORAÇÃO

Vítor Serrão

Historiador de Arte
Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro ARTIS-IHA-FLUL

O trabalho que a *Associação de Defesa do Património de Sintra* realizou ao longo de quarenta e um anos em prol da salvaguarda e conservação da paisagem, do conjunto monumental e das demais e múltiplas valências dos espaços de Sintra só pode mesmo constituir um verdadeiro *serviço público* de dimensões nacionais e internacionais.

Sempre fiel à sublimidade da vila, da Serra e da envolvência rural, a A.D.P.S. teve desde a primeira hora o destino de uma consciência tão sólida como solidária, intervindo junto das tutelas municipais e locais, e não raras vezes subindo às instâncias nacionais e supranacionais, para defender património ameaçado, travar restauros dúbios ou processos descaracterizadores, e assegurar a integralidade de valores insubstituíveis. O papel assumido há trinta anos, junto dos serviços culturais da Câmara Municipal, então dirigidos por José Cardim Ribeiro, ao apoiar desde a primeira hora o processo de candidatura que culminou em 1995 com a classificação da *Paisagem Cultural de Sintra* como Património da Humanidade junto da UNESCO, foi de uma valia excepcional e justifica, só por si, a existência de uma associação cultural com estas características.

Aliás, não só Sintra passou a constituir um *caso de estudo*, por ser a primeira vez que um espaço no Mundo mereceu tal classificação, como a A.D.P.S. passou a assegurar a linha vocacional que fora sempre a sua marca. Ou seja, tornou-se a apertada *consciência cidadã* de todos os sintrenses, sempre atenta, esforçada, interventiva na discussão pública de novos projectos, fossem alterações de espaço ou o apoio a medidas de conservação, restauro e protecção de edifícios históricos ameaçados. Tem sido assim em quatro decénios de luta por estas causas – o que torna a Associação, pela sua perduração e coerência, um caso raro entre as tantas e tantas A.D.P.s formadas após o 25 de Abril.

O Património histórico-cultural de Sintra é um *grandioso monumento vivo* onde natureza e arquitectura, paisagem, arte e arqueologia, palácios e quintas, igrejas e museus, bosques e lagos, passado e presente, se deram as mãos em unísono. Tal como a A.D.P.S. afirma é a própria definição de *Património como espaço de convergências* que no caso de Sintra ganha todo o sentido. Por isso, recuperar imóveis degradados, estimular vivências,

resistir a pressões urbanísticas, combater desvirtuações de espaços e sensibilizar as comunidades passou a ser tarefa permanente desta Associação, certa de que a classificação da UNESCO era, sobretudo, uma *responsabilização* colectiva dos sintrenses, das tuteladas envolvidas, e dos muitos turistas e visitantes.

Após quarenta e um anos de vida da A.D.P.S. e de vinte e sete anos sobre o anúncio, na 19ª Sessão do Comité UNESCO reunido em Berlim, da *classificação de Sintra como Paisagem Cultural*, é imperioso reforçar laços de consciência e concórdia entre tuteladas, comunidade residente e visitantes, já que o privilégio de coabitar com um património assim traz a todos nós acrescidas responsabilidades. Uma responsabilidade a que a Associação tem sabido dar cumprimento, nunca se confundindo com interesses partidários, antes abrindo o seu corpo de associados a um sã pluralismo de credos – posição essa que só tem reforçado o seu *papel político* na defesa integral de um Património entendido como *território e paisagem humanizada*. Aliás, o facto de ter contado entre os seus membros e diligentes apoiantes figuras como António José Pereira Forjaz e José Alfredo da Costa Azevedo, respectivamente o último Presidente da Câmara antes da revolução do 25 de Abril de 1974 e o primeiro Presidente da Câmara nascida com a Democracia de Abril, assinalam esse aspecto de pluralismo que é apanágio da A.D.P.S. e se torna tão necessário para a validação de uma verdadeira *causa cidadã*.

Como sempre se observa, um espaço com a complexidade e grandeza de Sintra atrai ameaças constantes, que vêm do acelerado crescimento urbanístico no Concelho, das pressões ligadas a obscuros interesses privados, da desmesurada pressão turística dos últimos anos, os incêndios e causas naturais, e de tantos outros perigos que suscitam alertas – o que justifica, se outras razões não houvesse, o serviço prestado pelas associações de defesa do património e outros movimentos cívicos. Apesar das justas medidas preventivas, planos de salvaguarda e revitalização e estudos levados a cabo nos últimos decénios, existem sinais preocupantes de desprotecção dos centros históricos e descaracterização de edifícios e espaços. Sintra exige medidas de protecção e conduta que se saibam reger pelo espírito que presidiu à classificação pela UNESCO há 27 anos.

Espécie de *conglomerado herdado*, a defesa da Paisagem Cultural de Sintra caracteriza-se por um fio condutor a que José Cardim Ribeiro chamou princípio da *Concórdia Cultural*, que «implica uma verdadeira solidariedade e uma convergência mútua e equidistante entre todas as partes envolvidas», assente na força secular de uma memória identitária gigantesca, já que, como sintetizou, «sendo ela a vera base da Paz, da Civilização e do Progresso, é também um princípio profundamente Humanista, a suprema Arte da vida em comunidade». É nesta linha de acção que se situa o valiosíssimo serviço público que a A.D.P.S. presta há quarenta e um anos. *Defender o Património é um acto insubstituível da cidadania democrática*.

Como afirmei em texto recente no catálogo da exposição *No Reino das Nuvens: os Artistas e a Invenção de Sintra* (coord. de Victor dos Reis), (MU.SA, 2020) consolidação da classificação de Sintra, *Património Mundial / UNESCO* obriga-nos a criar sinergias capazes de estabelecer uma espécie de *Carta de Concórdia* em que todos os que amam Sintra se possam rever. Trata-se, em suma, de saber legar aos vindouros, na máxima plenitude das suas valências, os testemunhos erguidos ao longo de tantos séculos e que reflectem a sua verdadeira *aura de autenticidade*.

CAPÍTULO II

CONCEITOS DE PATRIMÓNIO

A AMPLITUDE DO PATRIMÓNIO

O Património, conceito utilizado hoje de forma comum, foi durante muitos séculos, ignorado ou desconhecido por parte da população.

Os aristocratas da Antiga Roma aperceberam-se das riquezas invulgares e estranhas, para eles, que os povos conquistados, possuíam. As múltiplas pilhagens sucederam-se ao longo da História da nossa civilização, e assim foram continuando ao longo dos séculos. Os despojos de guerra eram confiscados pelos vencedores. Basta recordar as lutas medievais entre povos em demanda das respetivas independências, onde a posse da Terra era a principal disputa para a criação das próprias fronteiras, sendo decorrente disso, o resgate de armaria, moedas, peças valiosas, etc.

Todos recordamos, ainda hoje, as riquezas acumuladas no Renascimento, por parte de grandes famílias como os Medicis, os Sforza, os Gonzaga e tantas outras.

As aventuras marítimas de povos como espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses ..., e as peças “exóticas” que enriqueciam sumptuosamente os palácios de reis, príncipes e da alta nobreza, deslumbravam com novas matérias “nunca vistas”, como o marfim, a madrepérola, a tartaruga, as madeiras exóticas, os tapetes persas e orientais, as sedas e cambraias, os damascos e os algodões estampados ou bordados (Schlosser, 1978).

Como exemplo disso, D. Manuel I, mandou construir o Paço Real junto à Ribeira das Naus, onde as tapeçarias de Flandres, as porcelanas da China e do Japão, as lacas, a prataria exótica revestida de placas de tartaruga, marfim e outros materiais “excêntricos” e novíssimos na Europa, competiam a par com as múltiplas especiarias e nova botânica, descobertas pelos quatro cantos do mundo (Senos, 2002).

Os “Gabinetes de Maravilhas” faziam moda entre as monarquias europeias e a nova parafernália de “exótica” era motivo de troca de presentes diplomáticos, mostrando assim, os reis e príncipes, as suas grandes riquezas, extravagâncias deslumbrantes, para as classes altas das sociedades da época.

Mais perto de nós, os saques realizados por Bonaparte e as suas tropas através das invasões enriqueciam o Império Napoleónico e a nossa História nacional tem bem presente esse grande saque.

Todo este percurso, ao longo do tempo, deu ao cidadão a noção de património, mas não no sentido que atribuímos hoje. O património era analisado de forma jurídica como

a herança, os bens imóveis e móveis, que eram herdados de pais para filhos, ao longo das várias gerações. Este conceito de património persistiu até ao século XIX.

Só em oitocentos se começou a tomar consciência e a ter conhecimento do património monumental bem como a defendê-lo, preservá-lo ou a restaurá-lo.

A consciência do património começou muito lentamente, a partir dos finais do século XVIII e durante o século XIX a ser discutida. Vários escritores, debruçaram-se na defesa desse património monumental.

Os românticos defenderam o gótico como gosto supremo. A exaltação das catedrais medievais foi mote de muitas discussões literárias e intelectuais nos países ricos da Europa.

Os alemães através de Goethe (1819-1900) e Schinkel (1781-1841); os ingleses com James Murphy (1760-1814), Horace Walpole (1717-1797), William Beckford (1760-1844); os franceses com Victor Hugo (1810-1877), Chateaubriend (1788-1848); os austríacos Alois Riegl (1858-1905), Camillo Sitte (1843-1903), e mais tarde Paul Schulze-Naumberg (1869-1949), Camille Boito (1836-1914), Georg Dehio (1850-1932) e também Viollet-le-Duc (1814-1879).

Entre nós, Herculano (1810-1877) fascinado pela medievalidade escrevia “Lendas e Narrativas”, o “Monge de Cister”; Oliveira Martins (1845-1894) publicou “Portugal Contemporâneo”; Ramalho Ortigão (1836-1915) defendia o património e os monumentos na obra “Arte Portuguesa”, publicada em três volumes.

Em Portugal, só uns meses anteriores à queda da Monarquia, foi publicado na folha oficial a primeira listagem dos monumentos do nosso património nacional.

Quando a sociedade europeia falava já da consciência do património, apenas nos últimos anos do século XIX se começava a sensibilizar os portugueses (apenas uma minoria sabia ler e escrever, sendo a grande maioria da sociedade analfabeta) para o património e a consciência da sua defesa e salvaguarda.

A Primeira República (1910-1926) começou muito tenuemente a trabalhar estas matérias, mas os meios económicos e a constante instabilidade política e financeira que se viveu, permitiu avançar muito, muitíssimo lentamente e com critérios pouco estruturados e fundamentados.

Podemos afirmar hoje que as grandes obras de defesa e restauro do património nacional se concretizaram no Estado Novo (1926-1974), mas sempre com fins ideológicos e políticos muito evidentes, ao serviço da propaganda do regime.

Assim, a grande campanha de restauros de Castelos e de Fortalezas, que polvilhavam o país, foi iniciada com as catedrais e igrejas medievais, esteve a cargo dos técnicos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada por Decreto nº 16791, de 25 de abril de 1929.

Sobre esta matéria veja-se a ampla investigação dos professores da Universidade de Coimbra e Lisboa, respetivamente, Jorge Reis Torgal (Torgal, 2009,1989), Margarida Acciaiuoli (Acciaiuoli, 1991), e Maria João Baptista Neto (Neto, 2001). O país transformou-se num verdadeiro “estaleiro de obras”.

Hoje sabemos que as teorias de restauro de Viollet-le-Duc, dominaram os primeiros restauros levados a cabo pela então e, ainda, DGEMN, desvirtuando as traças existentes e as alterações fisionomistas de muitos monumentos, como sés e castelos.

Salvou-se, todavia, estes e outros monumentos, mas à custa de desvirtuações acentuadas, em alguns casos.

São exemplo disso, os castelos de Lisboa, Lagos, Montemor-o-Velho, Sines etc. e a Sé de Lisboa e a Sé Velha de Coimbra, entre outros casos (Correia, 2011).

A este propósito, consulte-se os vários boletins editados periodicamente, pela DGEMN e de outras publicações de outros organismos do Estado, à época e os trabalhos académicos dos autores já referidos.

E hoje, como poderemos caracterizar o conceito de “Património”?

Em primeiro lugar tem de haver a noção clara por parte da população que a **consciência do património** é elemento fundamental para a sua preservação e conservação.

Nos anos 70 do século XX, André-Malraux (1901-1976) escreveu que a consciência do património “**faz-nos ver**”, o **VER** torna-se atento face à necessidade de uma opinião pública crítica sobre a sua preservação (Le Goff, 1997).

Hoje, porém, a noção de património alargou-se a múltiplos domínios da vivência humana.

Se o século XIX sensibilizou a humanidade a preservar o património monumental e arqueológico, – a Arqueologia como ciência nova independente da História surge nas últimas décadas de oitocentos –, o século XX consciencializa o Homem para a preservação, conservação, restauro do património edificado (monumentos, igrejas, casas antigas ...), do património integrado (pintura mural, frescos, azulejaria, estuques, talha, ...) do património industrial, do património móvel (coleções de pintura, ourivesaria religiosa e civil, cerâmicas, porcelanas orientais e europeia, lacas orientais, têxteis, como tapeçarias, tapetes orientais e europeus, tecidos raros..., mobiliário, escultura, etc., etc., etc.) existentes em museus que foram criados para albergar esses exemplares, inventariando-o, estudando-o, investigando-o, conservando-o, procurando saber a respetiva proveniência, e divulgando-o através dos vários serviços de extensão pedagógica das múltiplas instituições museológicas.

Para que tudo isso acontecesse no século passado, foi necessário que a História da Arte, como ciência que é, se tornasse autónoma da História; que a Museologia, através do seu fundador George-Henry Rivière (1897-1985), a tornasse ciência independente, tendo

a apoiá-la a museografia, como sua dimensão eminentemente prática, responsável pelo controle de luminosidade, humidade, exposições das coleções, ...

A independentização das chamadas Ciências Sociais contribuiu grandemente para todo este avanço, em paralelo com a evolução das ciências experimentais como a Física, a Química, a Biologia...

O século XX estendeu a noção de património a outros domínios como o património urbano, o património etnológico, o património industrial, e mais recentemente o património paisagístico e ambiental, o património ecológico e jardinístico, os patrimónios fotográfico, cinematográfico e multimédia, havendo hoje um enorme enriquecimento do conceito patrimonial abrangendo ainda, o património imaterial (Ferret, 1996).

Os jardins históricos tiveram um novo olhar e desenvolveu-se o estudo das suas tipologias, características, coleções de fauna e flora, nascentes de água, fontes e respetiva hidráulica.

Desde a Antiguidade que surge uma forma específica de ver o jardim como espaço de encanto e silêncio, como um espelho terreno do Paraíso. Nisso, quer os árabes quer as civilizações orientais deram lições magistrais aos europeus. Houve países como a Inglaterra, a Alemanha, a França ou a Itália onde a tradição de atribuir grande importância a este património verde através da sua sistemática e permanente manutenção e conservação chegando aos nossos dias como património paisagístico extraordinário. São exemplos disso, Sanssouci, Potsdam, e outros jardins, na Alemanha. Em Inglaterra os Kew Gardens e uma panóplia extraordinária de jardins históricos em quase todas as designadas “Historic Houses”. Em França, os jardins de Le Nôtre (1613-1700) desenhados por este jardineiro do barroco francês. Em Itália os espaços verdes das Villas de Veraneio do risco de Palladio (1508-1580) e os jardins dos múltiplos palácios reais. Em Espanha os famosos jardins do património real e dos Alcazares para não falar do arranjo jardinístico das praças e jardins madrilenos e de outras cidades que são um deslumbramento para quem os visita.

E nós? É triste que em Portugal se entenda o património jardinístico e paisagístico apenas a partir das últimas décadas do século passado. Entretanto muitos jardins desapareceram por falta de manutenção, desleixo, incultura, enorme falta de sensibilidade das entidades governamentais, autárquicas e de particulares.

Porém, todo o tipo de Património não é, por si, autónomo.

Necessita da pluri e da interdisciplinaridade de saberes para se estudar cientificamente e apontar regras de proteção, conservação e preservação de tão rica herança.

No nosso país ainda grassa um grande desconhecimento deste saber técnico e prático, confundindo-se prática jardinística com prática agrícola. Como exemplo disso, veja-se o tipo de poda de árvores de jardim e de espaços verdes que se pratica, ainda, entre nós.

Só a partir de Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) e Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) é que começamos a dar valor aos arquitetos paisagistas, às técnicas de poda e da

manutenção destes espaços verdes. As velhas estufas do período da arquitetura do ferro, envelhecidas ou destruídas, começam agora, a ganhar nova vida, mas tudo isto lentamente, muito lentamente... não havendo cursos suficientes para a formação de novos jardineiros, elementos essenciais na manutenção destes espaços estudados, planeados, executados e tristemente abandonados ao longo de décadas ou séculos, tendo muitos desaparecido como os jardins medievais e renascentistas, ficando a memória de muitos e, agora, o restauro de alguns.

Recordo os jardins dos Vice-Reis, como o de D. João de Castro na Penha Verde ou de Bráz de Albuquerque, em Azeitão não esquecendo o inevitável desaparecimento dos jardins reais do Paço da Ribeira (Castel-Blanco, 2017).

Deixemos, todavia, esta passagem triste e melancólica, para ter esperança nas novas gerações ávidas e defensoras da ecologia, do património verde e ambiental, com um conhecimento científico mais aprofundado, para desejar um futuro mais promissor a este tipo de tão importante património nacional.

Não gostaria de terminar este breve artigo, sem falar de alguns conceitos patrimoniais hodiernos que me parecem esquecidos de grande parte dos defensores do património, como governantes, autarcas, museólogos, restauradores, arquitetos, gestores culturais e que são prática comum em muitos países europeus mais evoluídos na preservação, conservação e restauro deste conceito tão amplo que é hoje o **Património**.

Hoje a noção de contexto, torna-se fulcral na interpretação da presença de um **espaço**. Essa noção integra consequentemente o conceito de **tempo**. É esta relação **espaço-tempo** que nos permite compreender e **interpretar o contexto de um lugar, a sua ambiência única**.

Sintra, por exemplo, não teria sido classificada pela UNESCO como Paisagem Cultural da Humanidade, a 6 de dezembro de 1995, se o contexto do lugar não estivesse devidamente fundamentado.

Dessa justificação foi inevitável, por certo, referir a poesia do lugar, as neblinas, os nevoeiros, a luminosidade empolhada dos dias de Outono, quer de Sintra quer do concelho; os muros de Sintra como únicos no mundo, quer no seu tipo construtivo quer na forma como o tempo os pinta de musgos, líquenes, fetos e heras de todo o tipo, isto é, a sua **Atmosfera e Ambiente**.

A classificação não seria possível sem esse clima tão específico que cria esses mantos de verde ao longo da sua Serra, onde os maciços rochosos (quais monumentos pré-históricos), criam cortes no verde, formando leitos de nascentes e quedas de água. Claro que os palácios e quintas, igrejas e capelas, lhe dão uma força nostálgica inebriante e as suas arquiteturas únicas são parte integrante da condimentação da paisagem.

Tudo isto contextualiza em tempos múltiplos e espaços diversificados um Espaço no Tempo. A Memória do lugar, dos lugares ... criando conjuntos específicos que não são mais que Património no seu sentido múltiplo e único do lugar ou da região.

Na verdade Pierre Nora (Paris, 17 de novembro de 1931) vem dar razão ao formalizar a categoria operativa de “**Lieux de Memoire**” (Nora, 1997).

Para Nora, “os lugares de memória” são espaços físicos delimitados pelo território, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente em graduações diversas, onde esses aspetos coexistem sempre. Um lugar de permanência material, é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica.

De facto, estes lugares de memória são o que resta e que se perpetua de um outro (ou outros) tempo(s), e que transmitem ritos e ritmos próprios numa sociedade desritualizada.

Se os “museus, monumentos e palácios, parques e jardins...” são hoje lugares de silêncio e fascínio que vieram substituir os espaços de catedrais, igrejas e outros espaços sagrados como lugares de reflexão e reverência, os lugares de memória consciencializaram hoje as sociedades porque transcendem os registos, os inventários, os cadastros, as listagens, os alçados e plantas dos edifícios, os registos fotográficos,... sendo locais materiais e imateriais onde se cristalizaram, a memória de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, permitindo existir um sentimento de formação de identidade e de pertença” (Nora, 1944).

Se hoje, historiadores, estetas, conservadores, arquitetos do edificado ou do paisagístico não tiverem consciência deste conceito de “lugar de memória”, qualquer espaço se tornará infelizmente asséptico, laboratorial ou mais prosaicamente “nouvelle cuisine” falsificando o lugar, o sítio, o espaço, os ambientes que foram criados.

Devemos mencionar ainda que sem esta transversalidade de saberes e conhecimentos, a conservação preventiva deste tão grande património é colocada em causa, bem assim a consciência de adequadas políticas de restauro, apoiadas em exames científicos, em diálogo permanente com as técnicas tradicionais, permitindo que esta riqueza não se degrade e não caia em permanente decadência, ruína, ou até que desapareça.

Há muitos exemplos de iconoclastia ao longo da História, tornando-se as Culturas e as Civilizações - conceitos distintos – (Antunes, *Obra Completa*); (Jaeger, 1936), cada vez mais empobrecidas pelo vandalismo, terrorismo ou ignorância. Como muito bem diz Vítor Serrão a iconoclastia é um dano, um fantasma que a ignorância ou o fanatismo cultivam, estando bem presente em pleno século XXI (Serrão, 2017), na destruição de obras de arte ou do património edificado.

A Cripto-História da Arte ajuda-nos a reconstruir o que já não é, nem poderá voltar a ser, pela inexorabilidade do tempo, pelo vandalismo, pela barbaridade de mentalidades passadas e presentes, deixando a Humanidade depauperada e sempre mais exposta a uma maior pobreza artística, monumental, paisagística, implicando nesse processo, não só a dimensão histórica, mas também as dimensões estéticas e éticas (Serrão, 2001).

O lucro fácil estava na ordem do dia antes do fenómeno pandémico que assolou todo o mundo. Talvez a atual pandemia viral nos ponha a refletir sobre estes problemas e os

associados aos exageros provocados pelo turismo de massas que com excesso de visitantes a ter acesso a monumentos e a outros bens do património, o danificam enormemente. A UNESCO já alertou para estas situações insustentáveis através de relatórios e pareceres que chamam a atenção, tanto dos governos nacionais como dos responsáveis do poder autárquico, para a destruição desses patrimónios classificados e insubstituíveis que recebem hordas e hordas de todos os tipos de públicos.

É neste sentido, que novas categorias operativas nos auxiliam a compreender melhor o valor e a riqueza de uma herança patrimonial que urge defender e aprofundar.

Desejamos que olhares mais luminosos e sábios, saibam preservar e proteger este tão amplo conceito de património que hoje existe e que exige que se proteja e defenda com veemência.

José Manuel Martins Carneiro

Lisboa, abril de 2021

PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

Vitor Manuel Adrião

Património é o conjunto cultural de um povo, é o que caracteriza a sua identidade, identidade distinta mesmo que seja parte integrante de um país, o detentor do património e identidade nacional, caracterizada por patrimónios e identidades regionais, como é aqui o caso destacado de Sintra com as sua próprias idiosincrasias na identidade e no património.

A palavra *património* provém do latim *patrimonium*, de *patris* e *pater* acrescido de *monium*, referente ao conceito de herança, quer a que se herda ou recebe, quer a que se lega ou transmite. Refere-se aos valores de um conjunto de bens dentro da esfera privada e pública, embasados em tradições jurídicas, culturais e sociais acabando envolvendo, por exemplo, a esfera espiritual e religiosa (donde se falar em património religioso).

Património é tudo aquilo que pertence e caracteriza a identidade de uma região. É a herança do que se criou no passado, preserva no presente e transmite o legado ao futuro, às gerações vindouras, assegurando preservando a riqueza identitária patrimonial.



Há o património material e o património imaterial, que se compõem de outros aspectos do património, como o património ambiental ou paisagístico (que em Sintra em Património da Humanidade aprovado pela UNESCO), o património arqueológico e histórico, o património documental ou escrito e património oral ou falado, transmitido geracionalmente de velhos a novos, o património artístico e etnográfico, etc.

Património cultural imaterial ou intangível é uma categoria de património cultural definida pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial adoptada pela UNESCO em 2003. Abrange as expressões culturais e as tradições que uma região preserva em respeito à sua ancestralidade, destinando às gerações futuras. São exemplos de património imaterial os saberes, as formas de expressão, as celebrações, as festas e danças populares, as lendas, músicas, costumes e outras tradições.

Do património cultural fazem parte bens imóveis como castelos, igrejas, palácios, casas, praças, conjuntos urbanos e ainda locais de expressivo valor para a História, a Arqueologia, a Paleontologia e a Ciência em geral.

Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, as pinturas, esculturas e artesanato. Nos bens imateriais considera-se a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes.

Define-se património artístico como uma colecção de obras consideradas de elevado valor artístico e cultural, como, por exemplo, obras de pintura, escultura ou arquitectura. Nisto, é património arquitectónico as construções representativas, reconhecidas pelos seus estilos, época de construção e técnicas utilizadas, dentre outros aspectos.

Património histórico é o título conferido a um bem móvel, imóvel ou natural, considerado valioso para um povo, para uma comunidade, para uma região ou sociedade regional. O património histórico não costuma ter o valor de ser só histórico, porque está ligado a uma série de outros atributos de natureza estética, cultural, artística, ambiental, social, simbólica, documental, científica, antropológica, religiosa, espiritual, etc. O reconhecimento de um bem como património histórico visa, mais que tudo, preservar o legado importante do passado para as gerações futuras.

E preservando preserva-se a identidade, pois um povo sem identidade é eterno pária sem pai nem mãe à procura de si mesmo. Portugal e Sintra têm identidade e património, os mais antigos da Europa, portanto, é dever de um e todos preservá-lo e deixá-lo aos vindouros como a maior riqueza que o presente lhes legar.

CAPÍTULO III
PATRIMÓNIO SINTRIANO

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DE BELÉM RIO DE MOURO VELHO



Pelos meados do século XVI, Rio de Mouro adquiriu o estatuto paroquial — o que, de modo inequívoco, nos revela a importância daquele povoado em contexto regional — tendo-se, então, realizado obra de grande fôlego: a construção da Igreja Paroquial devotada a Nossa Senhora de Belém, que foi sagrada na era de 1563.

Consta que esta igreja foi construída por padres (monges) do Mosteiro dos Jerónimos, que tem a invocação de Santa Maria de Belém, por isso, à igreja de Rio de Mouro foi dada igualmente a invocação de Nossa Senhora de Belém. Exteriormente há uma torre de características comuns, com quatro pináculos nos acrotérios, muito usual em templos rurais do século XVIII, e um portal maneirista que ornamenta a fachada, encimado por uma lápide calcária onde pode ler-se a seguinte inscrição:

SACRO TEMPLO DE NOSSA SENHORA DE BELÉM 1563

Esta data tem sido aceite como correspondente ao ano de construção do templo.

Mas existem no seu interior resíduos que são anteriores a 1563, como seja uma pia de água benta com encordoamento, peça do tipo manuelino e uma escultura de São Brás (século XVI), o que nos leva a pensar que a Igreja tenha sido construída anteriormente a esta data. Hoje em dia se encontra bastante descaracterizada por muitas intervenções, espe-

cialmente no século XVI e as que seguiram ao terramoto de 1755. No interior a decoração de azulejos instalada nos anos 60 substituiu o revestimento setecentista.

O altar é em talha de madeira. Nas naves direitas e esquerda, existiam dois altares em talha dourada. O chão era em laje e existiam sepulturas perto do altar. O altar-mor e a nave são separados por um arco triunfal maneirista e o teto em abóbadas de berço é pintado. Na parede esquerda da capela-mor existe um baixo-relevo marmóricico com características renascentistas que ilustra a Anunciação, do século XV, provavelmente trabalho regional inspirado em modelos eruditos arcaizantes.

Eunice Andrade

2 Fevereiro 2021



Igreja Matriz da Nossa Senhora de Belém, Rio de Mouro Velho.



Baixo-relevo renascentista da Anunciação.



Pia de água benta com encordoamento.



Imagem tardo-gótica de S. Brás em pedra de Ançã.

Fonte: Dados recolhidos na Wikipédia

**PATRIMÓNIO MENOR, QUE FUTURO?
BAIRRO ALMEIDA ARAÚJO, Nº 33 – QUELUZ**

Filipe Mário Lopes



Casa do Bairro a preservar frente ao Palácio de Queluz



É muito modesta, em muito mau estado, telhado parcialmente aluído e paredes interiores de frontal com a estrutura apodrecida.



As paredes exteriores e mestra são de alvenaria de pedra diversificada assentes com argamassa de cal nas faces e com terra no interior. Não tem fundações.



As divisórias formando uma cruz, com estrutura de frontal, escoravam as paredes exteriores.
-O telhado tinha uma quebra de inclinação nos barrotes que acentuava a curva do telhado, de telha de canudo.
-Elemento marcante é a grande chaminé com ressalto e capelo.



-Para a reabilitação optou-se por uma intervenção mínima a fim de manter o carácter modesto de acordo com a época e a finalidade de sua construção. A casa foi dotada dos equipamentos e níveis de conforto adequados a sua função habitacional actual, que é a forma de viabilizar a sua preservação. Tomaram-se algumas liberdades em relação aos regulamentos, que feitos para a construção nova, impossibilitam, se tomados à letra, este género de actuação.



-Mantém-se o carácter da casa, reparando as cantarias, reutilizando as telhas para cobertores. A parede ficou com a inclinação que tinha. Lutou-se com as concessionárias para evitar as caixas de contadores na fachada, renunciando ao gás por inflexibilidade dos técnicos da respectiva entidade.



-Os rebocos das alvenarias foram retirados, as juntas refechadas com argamassa de cal e areia. Os rebocos da mesma argamassa foram afagados à colher sem uso de mestras e sarrafagens a fim de poderem ser bem apertados dando o acabamento irregular que mostra o trabalho de mão e canta sob a luz rasante. Manteve-se a quebra de inclinação para obter a curva inicial.



As divisórias interiores foram refeitas com a técnica de frontal, servindo de amparo às paredes de alvenaria, em caso de sismo .
- A caição é feita com leite de cal e pigmentos naturais. Experimentou-se com êxito a coloração na argamassa de acabamento, que tem maior duração.
- A chaminé foi reabilitada servindo de lareira na sala que tomou o lugar da cozinha.
Todos os elementos marcantes foram recuperados: boca de aquecimento_ mó da azenha.



José Cipriano da Silveira Machado era descendente dos Machado, nome dado por D. Affonso Henriques a “Dom Mem Moniz rico homem e senhor de Gandarei pela acção de romper com um machado as portas do Castelo de Santarém.”

Foi, como seu pai e avô, professor de instrução primária e o Rei D. Carlos, que lhe dedicou uma grande estima, nomeou-o Almojarife Honorário do Palácio e Quinta de Queluz, pelo que passou a residir na casa então existente na ala direita do Palácio junto à actual Cozinha Velha, demolida nos anos 40 do século passado, para abertura da nova estrada de ligação de Queluz a Sintra.

Nessa casa, dita do Almojarife, nasceram –lhe os 21 filhos, sendo 10 do primeiro matrimónio, contraído em 1843, com Carlota Joaquina Ferreira, filha de João Climaco Ferreira empregado da casa Real de Queluz e que morou no n.º 33 do Largo do Palácio, casa que, tendo-a herdado sua filha, esta deixou a seu marido ao morrer em 1855.

Em 1856 José Cipriano casa com D. Sebastiana da Silveira Lopes, tendo nascido 11 filhos, entre os quais, Ulysses Machado, igualmente professor de instrução primária, e autor de livros didácticos. É o novo herdeiro da casa 33. Solteiro, sem herdeiros, deixa a casa, por sua morte às suas irmãs Débora e Ester.

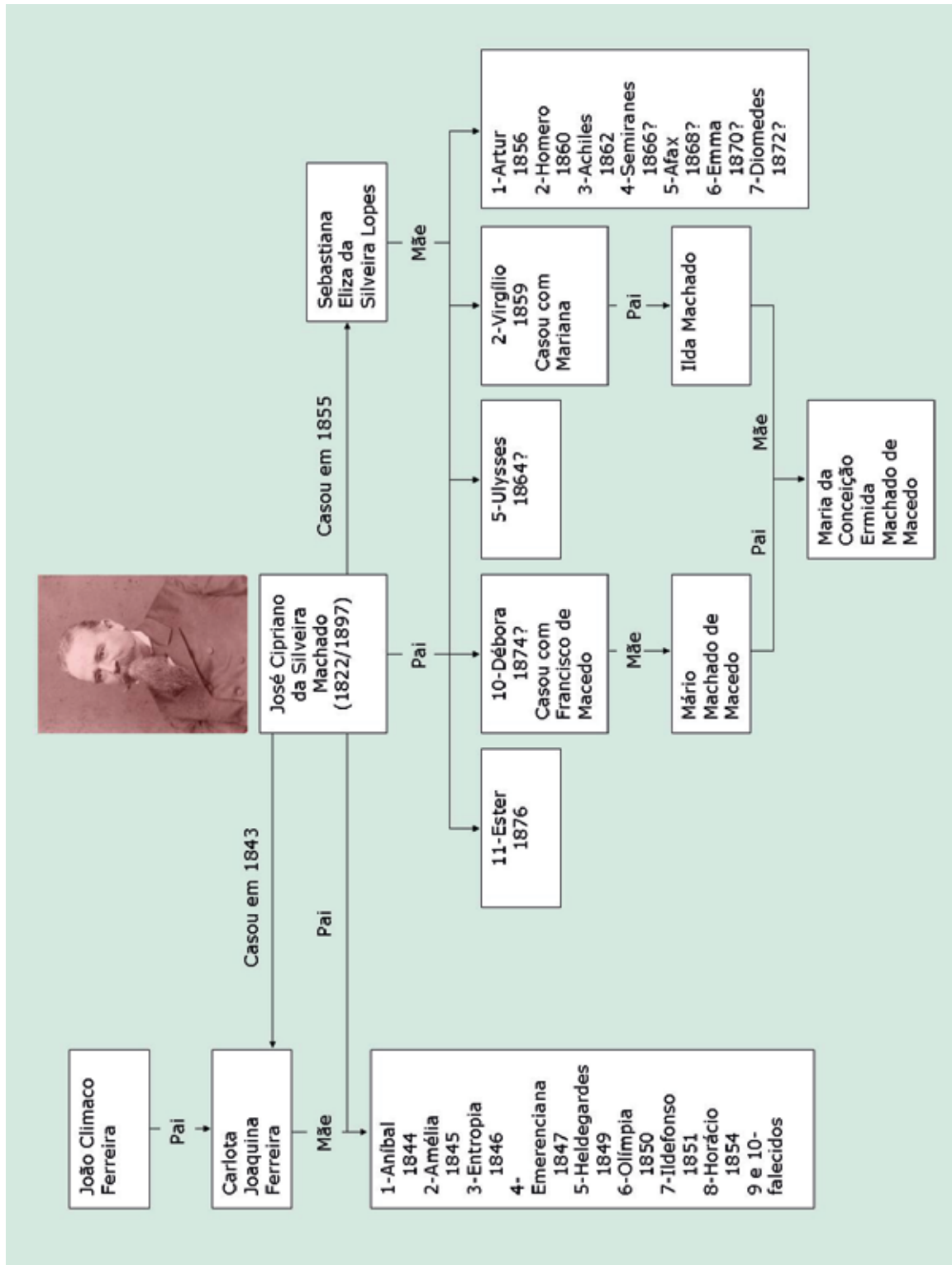
Débora Machado, que casou com Francisco de Macedo, foi mãe de Mário Machado de Macedo.

Este veio a casar com Ilda Machado, filha de Virgílio Machado, décimo segundo filho de José Cipriano, e que casou com Mariana. Do matrimónio de Mário Machado de Macedo com Ilda Machado nasceu Maria da Conceição Ermida Machado de Macedo, actual proprietária da casa nº 33 do Largo do Palácio, tendo-a herdado do seu pai, que a recebera de sua mãe Débora e de sua tia Ester.

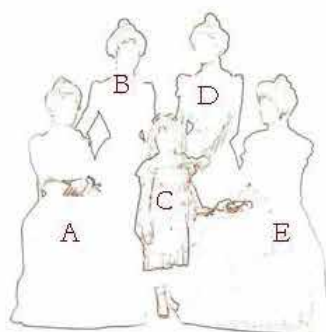
Está a actual proprietária ligada pelos seus antepassados a Queluz, tendo passado uma parte da sua infância na casa do Almojarife José Cipriano, seu bisavô.

O seu primeiro contacto com a escola fê-lo na escola do Largo do Palácio, que o Rei abriu a pedido de José Cipriano e o espaço das suas brincadeiras infantis foi principalmente a Quinta do Palácio, tendo assistido às lágrimas que acompanharam a demolição da casa do Almojarife.

*
* *



Família de José Cipriano da Silveira Machado.



- A - Semiranes**
- B - Débora**
- C - Ilda**
- D - Ester**
- E - Mariana**

José Cipriano da Silveira Machado

Foi, como seu pai e avô, professor de instrução primária e o Rei D. Carlos, que lhe dedicou uma grande estima, nomeou-o Almojarife Honorário do Palácio e Quinta de Queluz, pelo que passou a residir na casa então existente na ala direita do Palácio junto à actual Cozinha Velha, demolida nos anos 40 do século passado, para abertura da nova estrada de ligação de Queluz a Sintra.

Nessa casa, dita do Almojarife, nasceram – lhe os 21 filhos, sendo 10 do primeiro matrimónio, contraído em 1843, com **Carlota Joaquina Ferreira**, filha de **João Climaco Ferreira** empregado da casa Real de Queluz e que morou no n.º 33 do Largo do Palácio, casa que, tendo-a herdado sua filha, esta deixou a seu marido ao morrer em 1855.

era descendente dos Machado, nome dado por D. Affonso Henriques a “Dom Mem Moniz rico homem e senhor de Gandarei pela acção de romper com um machado as portas do Castelo de Santarém.”





Em 1856 José Cipriano casa com **D. Sebastiana Eliza da Silveira Lopes**, tendo nascido 11 filhos, entre os quais, **Ulysses da Silveira Machado**, igualmente professor de instrução primária, e autor de livros didácticos. Por morte do pai é herdeiro da casa 33. Solteiro, deixa a casa, por sua morte às suas irmãs **Débora** e **Ester**.



Débora da Silveira Machado, que casou com **Francisco de Macedo**, foi mãe de **Mário Machado de Macedo**. Este veio a casar com **Ilda Machado**, filha de **Virgílio Machado**, décimo segundo filho de José Cipriano, e que casou com **Mariana**. Do matrimónio de **Mário Machado de Macedo** com **Ilda Machado** nasceu



Maia da Conceição Ermida Machado de Macedo, actual proprietária da casa nº 33 do Largo do Palácio, tendo-a herdado do seu pai, que a recebera de sua mãe **Débora** e de sua tia **Ester**.



À porta de casa do Almojarife.
Maria Machado Macedo com a
mãe –1936.



Maria Machado Macedo



Maria Machado Macedo
"camponesa" em fev. de 1937
com Palácio e casa do Almojarife.



Maria Machado Macedo
"ardina" junto ao Palácio – 1938.



Maria Machado Macedo lava a
roupa das bonecas no tanque
da casa do Almojarife – 1939.



Maria Machado Macedo com
11 anos nos jardins do palácio.

JAZIDA COM PEGADAS DE DINOSSÁURIOS DE PEGO LONGO

Dura há 35 anos a minha batalha com a administração, no sentido de salvar a importante jazida com pegadas de dinossáurio de Pego Longo, concelho de Sintra, na vizinhança de Carenque. Em 1994 dei a público um relato pormenorizado do que foi o começo dessa árdua luta no livro “Dinossáurios e a Batalha de Carenque” (Editorial Notícias). É verdade que, nessa altura, a batalha parecia ganha, os trabalhos de abertura dos dois túneis da CREL, sob a jazida estavam em curso, salvando-se as pegadas. Os ditos túneis foram inaugurados em 1995, mas faltava o resto, ou seja, a sua conveniente musealização. De então para cá, deixadas ao abandono pelas instituições a quem compete, por lei, protegê-las, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Câmara Municipal de Sintra., assistimos, impotentes, à sua destruição.

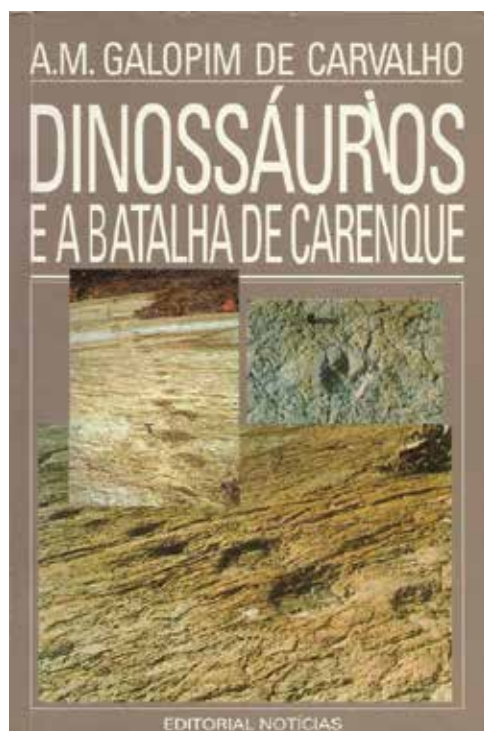
É preciso unir vontades para travar a degradação e destruição em curso deste importante património paleontológico, oficialmente classificado com Monumento Natural, em 1997.

Nesta nova fase da mesma luta, em que se aguarda o desfecho da Providência Cautelar que, com um grupo e colegas e paleontólogos, interpusemos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, em Agosto de 2020, apenas lutamos para que se ponha fim à destruição das pegadas e se limpe a delgada camada de calcário onde as mesmas ficaram marcadas, deixando para mais tarde, quando houver disponibilidade financeira a conclusão do projecto.

Para que se conheça a importância científica, pedagógica e, até, turística desta ocorrência, começemos por dizer que há cerca de 95 milhões de anos, no Cretácico, esta região e, como ela, parte da actual Estremadura, era baixa, ribeirinha, plana e alagadiça, numa transição do meio continental para o marinho. O clima era quente e húmido e a vegetação abundante. O Oceano Atlântico não tinha ainda, na sua progressão de abertura para norte, separado suficientemente os continentes norte-americano e euro-asiático, havendo, sim, no que é hoje a orla ocidental de Portugal, uma penetração de mar limitado, a Oeste, por terras actualmente do lado de lá do Atlântico, na Terra Nova e no Labrador, e, a Leste, pelo bordo ocidental da Ibéria. É nesta espécie de estreito e extenso golfo que se passa grande parte da história geológica desta orla, de que a serra de Sintra é parte integrante.

Ao deslocarem-se nas margens dos rios, lagos ou lagunas litorais, os animais deixaram impressas as suas pegadas no chão húmido, ou mesmo na vasa (uma lama de natureza calcária) do fundo de zonas pantanosas. Esses sedimentos, ao secarem e sempre que o acaso permitiu a sua cobertura por novos depósitos, ficaram protegidos e, com eles, as pegadas.

A evolução geológica da região conduziu a que estas ficassem sob grande espessura de sedimentos marinhos, testemunhos da invasão pelo mar durante mais alguns milhões de anos, sedimentos que se transformaram em calcário ao longo do tempo, através de processos lentos e complexos que nos permitem reconstituir essa evolução. As pegadas de Pego Longo foram deixadas sobre terrenos planos, horizontais e sub-horizontais e, se hoje as encontramos numa superfície inclinada, é, tão-só e apenas, porque esses terrenos foram deslocados da sua posição inicial, aquando da elevação do maciço de Sintra. Estas marcas, postas a descoberto pelo trabalho de lavra da pedreira, têm o valor de fósseis com o maior interesse na pesquisa da referida história geológica, informando-nos ainda sobre o paleoambiente preferido pelos animais que as deixaram. É esta a história do nosso velho passado que se pode ler e contar na importante jazida de Pego Longo. Foi este capítulo da longa caminhada do “planeta azul” que está, de novo, prestes a perder-se em nome do “progresso” e que, então, os *media*, a opinião pública e o bom senso acabaram por salvar



A história da que ficou conhecida por “Batalha de Carenque” remonta a 1986, quando dois finalistas da Licenciatura em Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, Carlos Coke e Paulo Branquinho, meus ex-alunos, descobriram um vasto conjunto de pegadas de dinossáurios no fundo de uma pedreira abandonada e, na altura, a ser usada como vazadouro de entulhos e lixeira clandestina, em Pego Longo (concelho de Sintra) na vizinhança imediata de Carenque (concelho da Amadora). A jazida corresponde a uma superfície rochosa com cerca de duas centenas de pegadas, de onde sobressai, pela sua excepcional importância, um trilho com 132 metros de comprimento, no troço visível, formado por marcas subcirculares, com 50 a 60 cm de diâmetro, atribuídas a um dinossáurio bípede. Além deste, considerado, na altura, o mais longo trilho contínuo da Europa, identificaram-se, na mesma superfície, pegadas tridáctilas, atribuíveis a carnívoros (terópodes), parte delas igualmente organizadas em trilhos. O chão que suporta estas pegadas corresponde ao topo de uma delgada camada de calcário, com 10 a 15 cm de espessura, de cor beije, levemente basculada para Sul. Muito fracturada (à escala centimétrica), esta camada assenta sobre uma outra, bem mais espessa, de natureza argilosa, condições que dão grande fragilidade a esta jazida.

Nesta data, dava eu os primeiros passos no Museu Nacional de História Natural, da Universidade de Lisboa, cuja direcção, sem que eu a pedisse, me foi atribuída por inerência das funções que exercia no Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de

Lisboa. Nessa altura o Museu era uma espécie de fantasma do incêndio que o consumira oito anos antes. Desconfortados e esquecidos, nos grandes espaços que nos restaram, e com pouco mais que fazer para além de tentar recuperar milhares de exemplares de minerais, rochas e fósseis, meio queimados, quase irreconhecíveis sob uma película



de fuligem negra e gordurosa e com etiquetas meio apagadas pela muita água usada no combate ao fogo. Neste quadro, a aguardar a prometida reinstalação, sempre adiada, e na impossibilidade de levar a efeito quaisquer acções próprias de uma instituição como esta, era grande a minha disponibilidade para me envolver, em nome do Museu e pessoalmente, como cidadão, na defesa desta importante jazida.

Condenada a desaparecer, soterrada por terras limpas vindas de desaterros vários e, ainda, por entulhos e lixos, esta jazida foi alvo de uma primeira acção, visando a sua defesa, por parte dos então Serviços Geológicos de Portugal, por iniciativa do Director dos Serviços de Cartografia, Prof. Miguel Magalhães Ramalho. No ofício que, em 05/07/90, este meu colega endereçou ao então presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Rui Silva, meu ex-aluno, licenciado em Geologia, solicitava a cessação daquela actividade e lançava a ideia de converter o sítio num espaço cultural dedicado aos dinossáurios e à história geológica da região. Coadjuvando esta tomada de posição, propus à mesma Câmara, em 17/07/90, a protecção do sítio, o que aconteceu quase um ano depois por deliberação da Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 24/05/91, na qual a jazida foi classificada, por unanimidade, como “Imóvel de Interesse Local”. Esta classificação, porém, não impedia que os trilhos continuassem a ser entulhados e alvo de toda a espécie de depredações.

Na sequência desta decisão preparei um projecto de protocolo a estabelecer com a edilidade, visando a que este património natural, devidamente delimitado e resguardado, viesse a integrar, como geomonumento, um museu e centro de interpretação local, considerado como uma extensão científica e pedagógica do Museu Nacional de História Natural no concelho de Sintra, não obstante ser propriedade material da autarquia.

Para além das consequências inevitáveis de degradação decorrentes do uso deste enorme buraco como vazadouro, fui alertado, em Maio de 1992, pelo Eng.º Teles Fortes, director do Serviço de Projectos da Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A., para o facto de o traçado da então projectada Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) vir a intersectar a maior parte do trilho principal, precisamente no seu troço mais interessante. Louvavelmente,

esta empresa, apercebeu-se do valor patrimonial em causa, mantendo -se em consonância com o Museu na procura de soluções que corrigissem uma tal situação, não desejável. Esse atentado contra um património paleontológico desta importância, constava de um projecto da então Junta Autónoma de Estradas, que a Brisa recebeu como obra consumada a que fora alheia. Entre as propostas avançadas (moldagem do conjunto dos trilhos, remoção da camada para outro local e abertura de dois túneis sob a jazida), a abertura dos túneis de Carenque foi, finalmente, em 1993, a solução aceite pelo governo de então, presidido pelo Prof. Cavaco Silva, representando para as finanças públicas um esforço acrescido, na ordem de 1 600 000 000\$00 (8 000 000 €). Esta decisão, merecedora de aplauso, que veio ao encontro do nosso desejo, não foi fácil de obter, tendo contribuído significativamente para ela a conjugação de vários níveis de realizações simultâneas. Com efeito, desenvolveu-se no Museu um intenso trabalho de investigação científica, coadjuvado pelos melhores especialistas existentes a nível internacional, o que foi regular, insistente e amplamente publicitado em múltiplas acções de divulgação, tais como exposições, palestras públicas e nas escolas por todo o país, debates, etc., numa ligação aos *media* pouco usual entre nós. Foi nesta luta cívica, que durou três anos, que, sem ser paleontólogo, o meu nome ficou solidamente ligado aos dinossáurios.

A salvaguarda deste importante geomonumento constituiu, uma vitória para os portugueses e, em particular, para as crianças das nossas escolas e para os seus professores, que acompanharam, participada e empenhadamente, esta longa batalha. Começou aqui o meu envolvimento nesta e nas muitas outras causas em defesa do património geológico, que se seguiram, nas quais foi determinante o apoio, nunca negado, dos jornais, da rádio e da televisão.

Uma primeira fase deste processo (que ainda não terminou) saldou-se pela abertura dos referidos túneis e, assim, a jazida ficou a salvo do bulldozer. Foi uma luta entre os cifrões e a cultura, em que esta saiu vitoriosa, mas que ainda tem pela frente uma outra que é imperioso e urgente ganhar.

Aproveitando a grandiosa exposição de dinossáurios robotizados “*Dinossáurios regressam em Lisboa*” (Dezembro de 1992 – Fevereiro de 1993), no Museu Nacional de História Natural, procedeu-se à recolha de assinaturas para uma petição a apresentar à Assembleia da República visando a salvaguarda da jazida. Este documento que foi subscrito por 24 000 cidadãos, entreguei-o, pessoalmente, em nome do Museu, ao Presidente, Prof. Barbosa de Melo, tendo sido admitido com o nº 196/VI/2ª.

Na sequência de uma iniciativa do PSD, pela voz do deputado açoriano, Mário Maciel, em 11 de Fevereiro de 1993, a Assembleia da República tomava posição unânime na defesa da Jazida de Pego Longo (Carenque). A intervenção deste parlamentar denunciava a intenção do Governo, do seu próprio partido, de construir uma estrada que apagara este património, apelando ao governo para que o traçado dessa estrada não destruísse essas pegadas. Esta intervenção teve o aplauso de todas as bancadas e o presidente da Assembleia

da República, interpretando os aplausos como uma aprovação unânime, declarou que iria enviar a intervenção daquele deputado aos Ministros das Obras Públicas e do Ambiente. A acta desta sessão foi-me enviada, pessoalmente, acompanhada de uma carta manuscrita pelo próprio Prof. Barbosa de Melo, congratulando-se com a unanimidade conseguida.

Dois anos e meio depois, a 9 de Setembro de 1995, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva inaugurava a CREL, tendo tido a atenção de me incluir na comitiva que o acompanhou na travessia dos túneis que tanta tinta tinham feito e ainda fazem correr. Passados 26 anos sobre esta data, o trânsito automóvel flui sob um raro e valioso património, lamentavelmente, deixado ao abandono e em degradação.

O projecto do “Museu e Centro de Interpretação de Pego Longo (Carenque)” da autoria do Arqtº. Prof. Mário Moutinho, do quadro do nosso Museu, foi aprovado pela Câmara Municipal de Sintra, em 2001, sob a presidência da Dr.ª Edite Estrela. Nesta fase, o vereador o Dr. Herculano Pombo estava a ajudar-nos na via de obtenção do financiamento necessário à construção do referido Museu e Centro de Interpretação, mas essa ajuda perdeu-se na mudança de vereação que se seguiu. De então para cá nada mais foi feito e já passaram 20 anos...

A jazida de Pego Longo e o projectado Museu e Centro de Interpretação ultrapassarão o contexto local e até o nacional. O seu reconhecimento como valioso e excepcional património geológico e paleontológico, à escala internacional, é um dado adquirido. Assim e tendo em conta a condição privilegiada da região sintrense e a sua classificação, pela UNESCO, como Património Mundial, justificam todo o envolvimento que possa surgir, por parte da Administração, nesta realização que transcende não só as fronteiras da autarquia, como também as do País.

Os túneis de Carenque estão já a cumprir a sua função, isto é, responder às exigências do progresso, sem destruir o património. Estão ainda, inclusivamente, a publicitar muito eficazmente a presença deste geomonumento mediante uma excepcionalmente feliz e artística concepção da autoria do Arquitecto João Alves Baptista, da firma “Frederico Valsassina, Arquitectos”. Em boa hora, entendeu a BRISA distinguir esta obra com uma alusão artística à causa que determinou a abertura daqueles túneis, o que mereceu, desde logo, o meu mais vivo aplauso. Foi assim que Alves Baptista concebeu dois dinossáurios gigantes enfrentando o trânsito que os atravessa, numa estilização formal, de grande rapidez de leitura, sugerindo o atravessamento dos seus corpos pelo recurso a referências anatómicas colocadas nas entradas e saídas de cada túnel. O efeito conseguido não podia ser melhor. Só lhes falta iluminação adequada que lhes permita manter e até realçar a mesma função durante a noite.

Como resposta às várias insistências que, de então para cá, tenho desenvolvido junto da presidência desta Câmara, no sentido da concretização deste projecto, tenho recebido bom trato, promessas e a muita simpatia tanto do Prof. Fernando Seara como do Dr. Basílio Horta, o que nada adiantou na resolução deste problema.

Termino lembrando que a jazida de Pego Longo foi salva do bulldozer e do asfalto com o apoio das escolas de todos os graus de ensino, de norte a sul do país, da comunidade científica nacional e internacional e, sobretudo, de toda a comunicação social. Desta convergência resultou uma muralha de opinião pública invulgarmente informada, interessada e interveniente, com uma dimensão, cremos, nunca antes vista e só igualada, uns anos depois, pela arrasadora batalha em defesa do santuário rupestre do vale do rio Côa. É imperioso e urgente dar concretização ao projecto, há 20 anos adormecido numa gaveta da Câmara, e a maneira de o conseguir é levantar, de novo, a opinião pública.

O PROJECTO DO “MUSEU E CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE PEGO LONGO (CARENQUE)”

Este projecto inclui o “*pegarium*”, o edifício principal, o poço, o jardim de minerais e rochas e o jardim do Cretácico. O “*pegarium*” é uma estrutura leve, transparente, de metal e vidro, cobrindo as pegadas a fim de as resguardar das intempéries. O edifício principal dispõe de um auditório, de salas de exposições temporárias e de outras dependências adequadas a este tipo de equipamentos (armazém, cafetaria, loja, lavabos, etc.). O poço, escavado na rocha, sob o edifício principal, é uma escadaria em espiral que permitirá a observação directa dos aspectos litológicos, paleontológicos e estruturais do substrato local. Ao descê-lo, o visitante vai observando camadas sedimentares sucessivamente mais antigas, ou seja, vai recuando no tempo dos dinossáurios que aqui viveram. O jardim dos minerais e rochas é um espaço ao ar livre destinado a mostrar as rochas e os minerais da região, com relevo especial dado à Serra de Sintra, e explicar a evolução geológica desta parcela do território. Por último, o jardim do Cretácico constituirá um mostruário das espécies botânicas vindas desse tempo, complementado com réplicas dos animais, dinossáurios e outros, contemporâneos.

A construção do Museu e Centro de Interpretação de Pego Longo, continua à espera, passados 20 anos sobre a aprovação do respectivo projecto de arquitectura. Entretanto, a jazida degrada-se, sob o geotextil, por infiltração das águas pluviais (e, por último, o enraizamento de ervas, arbustos e árvores), sob a vigência de uma administração cega, surda e muda, indiferente à verba já ali investida. Este projecto, que envolve custos tidos por vultuosos, representa muito pouco face à cifra gasta com a abertura dos túneis, além de que pode, perfeitamente, ser faseado no tempo.

E quando, em nome dos euros, se argumenta contra este empreendimento, podemos responder com o enorme potencial desta jazida como pólo de interesse turístico. A topografia do terreno permite uma boa adaptação do local aos fins em vista, dispondo do lado SW de um pequeno relevo (residual da exploração da pedreira) adaptável, por excelência,

a miradouro, de onde se pode observar, de um só golpe de vista e no conjunto, toda a camada – uma imensa laje pejada de pegadas – levemente basculada no sentido do local do observador, numa panorâmica de justificada e invulgar grandiosidade. Em acréscimo deste significativo potencial está o facto de a jazida se situar na vizinhança de uma grande metrópole e numa região de intensa procura turística (Sintra, Queluz, Belas) e, ainda, o de ser servida por duas importantes rodovias, a via rápida Lisboa-Sintra (IC-19), por Queluz, e a Circular Regional Externa de Lisboa (CREL-A9) que a torna acessível pelo nó de Belas e, no futuro, mais comodamente, pelo de Colaride.

Galopim de Carvalho



DANTE NA QUINTA DA REGALEIRA

«O caminho que sobe é o caminho que desce. O peregrino quer, muito naturalmente, ascender, mas a viagem de início, deve levá-lo para baixo, para longe da luz...»

Peter S. Hawkins (Prof. de Religião da Universidade de Boston, no seu excelente livro sobre Dante e a Divina Comédia, Inferno e Paraíso, Lisboa, 2013, p. 66.)

Certos visitantes da Quinta da Regaleira têm, por comodidade sua, a tendência a subir o “poço iniciático”, contrariamente à sua função simbólica e mítica que determina uma prévia descida aos mundos subterrâneos, inferiores, «infernais» – etimologicamente de *ad infero* – para, uma vez feito esse percurso de escuridão, podermos sair enfim para a luz. Estes percursos de «descida e ascensão», de «morte e ressurreição» simbólicos têm uma grande universalidade na história cultural, espiritual e religiosa do Ocidente, desde as religiões de mistérios, de raiz xamânica, ao cristianismo, até à literatura antiga, chegando por fim aos rituais das fraternidades iniciáticas. Só escapa (mal) a este arquétipo um «new age» apressado – mas «a precipitação é obra do diabo»... — mal compreendido e mal digerido por pessoas que se consideram já seres angélicos, dispensando por isso etapas sacrificiais inerentes à nossa condição (gnóstica) de seres «caídos» neste mundo material, mas que eles julgam que «isso» da descida é só para seres inferiores (os outros, claro) – como, aliás, já tinha escrito em 2005 no meu livro *Os Jardins Iniciáticos da Quinta da Regaleira*. «Exemplo entre muitos, mas notável pela sua dimensão espiritual e literária, é a Divina Comédia de Dante Alighieri e o seu percurso pelo Inferno, Purgatório e Paraíso, percurso esse que está presente no Jardins da Regaleira, em três etapas:

— a descida do poço com nove níveis, tal como os nove círculos do Inferno de Dante; — a saída para a luz através da passagem pelo lago até chegar à clareira na floresta; — a ascensão subsequente no exterior da montanha.

No entanto, apesar de estar referenciado à Obra de Dante, este percurso serve de estrutura exemplar para outros percursos de «descida e ascensão» que povoam o universo cultural e religioso ocidental.

*
* *

«Onde la traccia vostra e fuor di strada...» (Onde o vosso caminho está fora da estrada...)

Esta passagem da Divina Comédia que eu coloquei logo no começo do meu primeiro artigo sobre a sintrense Quinta da Regaleira (escrito em 1990 e publicado em 1991 nas revistas *Vária Escrita* e *Quinto Império*), revela a preocupação que tive em assinalar a presença de Dante naquele espaço criado entre 1900 e 1910/1, na sua forma actual, pelo proprietário António Augusto Carvalho Monteiro e pelo seu arquitecto Luigi Manini, natural de Cremona, Itália, essa presença da obra-prima de Dante centra-se em dois temas principais:

A — a descida ao Inferno, através do «poço iniciático», tema central dos jardins da Regaleira e que é de algum modo, física e simbolicamente, o seu «centro organizador»;

B — o «515» que surge por três vezes, duas nos jardins e uma no Palácio.

É possível que o arquitecto da Regaleira, Luigi Manini, tenha tido a ver com a presença destes temas na quinta, mas Carvalho Monteiro, o proprietário e promotor da construção não era nenhum nabo ignorante — como alguns durante algum tempo quiseram fazer crer... -, pelo contrário era alguém que tinha muito interesse nestes mundos do mistérios e das iniciações que estão presentes na Regaleira, quer na sua forma cristã, quer na sua forma pagã e com diversas influências literárias, mas sendo, de facto, a obra de Dante a sua principal referência. A possível influência do *Sonho de Polífilo de Colonna* (Veneza, 1499), foi também por nós apontada no meu ensaio «A Linguagem dos Pássaros», inserido em anexo ao livro *O Esoterismo da Quinta da Regaleira*, outrora editado pela Hugin. Referi esta pista pois o livro de Colonna inspirou alguns jardins «iniciáticos», «dos sonhos» ou «dos deuses», como têm sido chamados pelos especialistas, jardins que existem desde o Renascimento até aos nossos dias um pouco por toda a Europa, mas com relevo para a Itália (Bomarzo, Marquês de Torrigiani, Villa d'Este, Boboli, etc.), mas também em Inglaterra (Stourhead), França (Désert de Retz), e Alemanha (Vorlitz Park).

É importante recordar aos nossos leitores que a Quinta da Regaleira tem duas componentes essenciais, o palácio — celebração da grande dimensão histórica e mítica de Portugal — e os jardins — celebração das tradições religiosas, espirituais e iniciáticas que informaram, e informam muito da cultura ocidental e que foram inspiradas por tradições anteriores vindas da margem sul e oriental do Mediterrâneo, tradições essas que passamos a referir:

— Religiões de Mistérios, em que os deuses morriam e ressuscitavam: Osiris — morto e cortado em 14 pedaços pelo seu irmão Seth —, Attis, Adonis, Dionísio — também morto pelos Titãs e cortado em 14 pedaços. De referir que o chamado Patamar dos Deuses da Regaleira tem vários deuses da mitologia greco-romana: Mercúrio/Hermes, Vulcano, Baco/Dionísio, etc. mas com referência também a uma deusa, Ceres/Deméter — cuja filha foi arrastada para os mundos inferiores pelo rei dessas regiões, Hadés, mas que finalmente, por decisão de Zeus, acabou por passar uma parte do ano debaixo de terra e a outra à superfície

- e ainda um herói e semi-deus, Orfeu, que também desceu aos infernos em demanda da sua amada Euridice.

— O próprio Cristianismo — a Quinta da Regaleira tem nos jardins uma Capela cristã — em que Cristo, depois da Paixão — em 14 estações da Via Sacra —, «morreu, desceu aos infernos, ressuscitou ascendeu aos céus onde está sentado à direita de Deus-Pai todo-poderoso...».

— Este arquétipo de descida e ascensão e de morte e ressurreição vai estar presente na grande literatura de antanho, como as Metamorfoses de Ovídio, a Eneida de Virgílio e a já referida Divina Comédia de Dante.

— Por fim, as sociedades iniciáticas — rosacruçianas, templárias, maçónicas, etc. - criaram rituais de iniciação em que os neófitos viviam, simbolicamente, um processo de morte e ressurreição.

A – Descida aos infernos

É preciso descer lucidamente os poços com degraus e reencontrar os seus estados sucessivos, pois, para atingir o Paraíso, é preciso, obrigatoriamente, passar pelo Inferno, um dos estados da iniciação: a realização efectua-se no núcleo de pedra e a segunda morte iniciática reside na cristalização subtil. Mas o eleito encontrará aí a força ascensional que lhe permitirá alcançar o céu, pois soube recolhê-la no Templo subterrâneo. (Jean-Pierre Bayard *La Symbolique des Mondes Souterrains*, p. 76)

Como já vimos anteriormente, para além das tradições religiosas, espirituais e mágicas, também a literatura antiga tem abundantes, de facto, referências a estas provas subterrâneas, em grutas e em cavernas — não sendo a Caverna de Platão, nem o Antro das Ninfas de Porfírio, de modo algum alheios a este universo —, findas as quais começa a ascensão para a luz, em obras tais como a Eneida de Virgílio e A Divina Comédia de Dante, esta muito próxima da Regaleira, como já referimos, embora o relato de Virgílio, pela sua universalidade, também se possa reconhecer na Quinta de Carvalho Monteiro e de Manini. Virgílio, na Eneida (particularmente o capítulo VI), coloca os Campos Elísios em baixo, na Terra, atribuindo-lhes ao mesmo tempo o papel de morada dos espíritos dos eleitos.

Eneias, o herói dessa saga, tal como Teseu, que lutou contra os monstros a fim de ser reintegrado no reino da luz, e como Telémaco, que penetra igualmente no reino das sombras saindo, como a Sibila, por uma abertura diferente da entrada — o que acontece também na Regaleira! —, atravessa os bosques que circundam o lago Averno e entra numa gruta, chegando ao limiar do lugar infernal, onde reinam os monstros mitológicos, como o cão Cérbero, de tripla cabeça, que ele vence. Eneias, verdadeiro herói e verdadeiro iniciado, tem, então, como todo o Homem, dois caminhos: «o do Tártaro — a vasta prisão com uma tripla cerca de muralhas — ou o do Eliseu —, o reino da doce luz, da

verdura permanente». Este último é o caminho desejável para todos nós e, na Regaleira, o caminhante pode errar por caminhos labirínticos e por falsas saídas, ou então dirigir-se sobre as águas, pela vereda que dá acesso ao bosque verdejante onde irrompe a luz solar, em direcção aos dois santuários, simbolicamente equivalentes: o pagão, a Gruta de Leda, ou o cristão, a Capela Templária. A propósito desta dicotomia paganismo-cristianismo, tão bem resolvida na Regaleira, o Poço Iniciático (o maior) parece ser o lugar síntese dos dois universos, já que remete para o mundo das religiões de mistérios e para as demandas corajosas dos heróis da literatura antiga, que são também demandas amorosas – como o faz, aliás, Dante na sua Divina Comédia. De facto, como nos diz René Guénon, no seu Esoterismo de Dante, «A epopeia de Dante é joanita e gnóstica [...]. A sua viagem através dos mundos sobrenaturais efectua-se como a iniciação nos mistérios de Elêusis e de Tebas. É Virgílio quem o conduz e o protege nos círculos do novo Tártaro, como se Virgílio [...] fosse, aos olhos do poeta florentino, o pai ilegítimo, mas verdadeiro, da epopeia cristã». Na realidade, esta é a característica principal da Divina Comédia de Dante, a necessária «descida aos Infernos», que antecede a «ascensão aos Céus». Recordemos brevemente a história, na síntese (iniciática) que nos dá Bruno Pinchard: «Na véspera de 6ª Feira Santa, a nove de Abril de 1300, Dante sai de uma floresta obscura para caminhar em direcção a uma montanha iluminada pelos raios do sol nascente. Mas ele não pode encetar essa ascensão para esse cume, pois três animais (entre os quais um leão) lhe barram o caminho. Só a aparição do antigo poeta Virgílio o liberta da tentação de retornar à floresta inicial, mostrando-lhe a necessidade de começar toda uma nova viagem. Ser-lhe-á necessário, com efeito, penetrar e atravessar o mundo subterrâneo até ao centro da terra, para só reencontrar a luz do dia no dia de Páscoa, na ilha dos antípodas, que é a Ilha do Purgatório. Do alto da montanha que domina esta ilha, ele partirá então, conduzido pela mulher amada e morta, Beatriz, para uma exploração completa do domínio celeste». Numa época de ignorâncias e de facilitismos diversos, entre os quais os do domínio espiritual, convém lembrar o adágio antigo de que *precipitatio a diabolo*, isto é, «a precipitação é obra do diabo». Razão pela qual convém insistir, como o faz Bruno Pinchard: «Ler Dante é, assim, compreender que é impossível elevar-se para a luz, sem se empenhar primeiro numa «descida infernal», no coração da terra [...] através de uma confrontação integral com o mundo da morte, até ao centro do universo. [...] Só o afrontar a morte e o mal, em nome do amor, permite o acesso aos estados superiores do ser». Dante propõe-nos, pois, «em primeiro lugar uma visita ao interior da terra (para encontrar) o segredo do mundo nesta demanda abissal que é, ao mesmo tempo, uma rectificação de si próprio» — Bruno Pinchard, no excelente artigo «Dante au Vitriol – Rituel de l'Amour et de la Mort selon les Fidèles de l'Amour», incluído no número monográfico Foi et Rituels de Régénération, de Travaux de la Loge Nationale de Recherches Villart de Honnecourt, nº. 53, Grande Loge Nationale Française, Paris, 2003, pp.17-36. Numa passagem de Guénon, complementar a este texto de Pinchard, e que pode fazer a síntese do que tenho escrito ao longo dos meus trabalhos sobre a Regaleira, e daquilo que Christopher McIntosh escreveu sobre os Jardins Iniciáticos, o autor de O Esoterismo de Dante, René Guénon, afirma por seu turno: «Morte e descida aos Infer-

nos, por um lado, ressurreição e ascensão aos Céus, por outro lado, são como que as duas faces inversas e complementares, de que a primeira é a preparação necessária da segunda, e que se encontraria sem dificuldade na descrição da «Grande Obra» hermética; e a mesma coisa é nitidamente afirmada em todas as doutrinas tradicionais». Ou, ainda, respondendo àqueles que se interrogam sinceramente «porque é que essa ascensão deve ser antecedida por uma descida aos Infernos», Guénon aponta algumas razões espirituais e iniciáticas, que radicam numa perspectiva gnóstica: «por um lado, essa descida é como uma recapitulação dos estados que precedem logicamente o estado humano, que determinaram as suas condições particulares e que devem assim participar na «transformação» que se vai efectuar; por outro lado, ela permite a manifestação, segundo certas modalidades, das possibilidades de ordem inferior que o ser traz ainda em si num estádio não desenvolvido, e que devem ser esgotadas por ele antes que lhes seja possível alcançar a realização dos seus estados superiores». Como escreve ainda Jean-Pierre Bayard, especialista nas iniciações e em simbólica, esotérica em particular, na sua obra *Simbólica dos Mundos Subterrâneos*, «todas as tradições ensinaram que é preciso primeiro atingir o fundo do Inferno para começar a ascensão para os mundos celestes; só se pode atingir o Céu passando pelo Inferno, dando assim a prova de que se é digno de aceder a um mundo superior». O antropólogo contemporâneo Maurice Bloch — no livro *La violence du religieux*, Ed. Odile Jacob, Paris, 1997, pp. 9-20 — sustenta que este esquema de morte e ressurreição constitui a «estrutura irreduzível mínima fundamental [...]» de todos os rituais, e não apenas dos iniciáticos, mas dos religiosos em geral. Esta «quase-universalidade» assenta na «relação entre o processo religioso e as noções de vida e de morte biológicas», pretendendo, como vimos, o processo iniciático inverter o processo natural que vai da vida para a morte, estabelecendo um processo cultural que vai da morte para a vida.

Os mundos subterrâneos, que estão presentes na Regaleira, quer na galeria subterrânea que circunda a entrada de água do lago junto ao muro da estrada, quer nos dois Poços Iniciáticos, o menor e o maior, quer ainda nos dois santuários, a Gruta de Leda e a cripta da Capela, são um tema universal que atravessa a história cultural e espiritual da humanidade. De facto, eles estão presentes, desde as mais remotas formas de cultura humana, como lugares de refúgio, mas também lugares de perdição e de morte. Aqui, a morte física, que vai da vida para a morte, simboliza, então, a morte iniciática, que vai da morte para a vida, pois, como refere Jean-Pierre Bayard, «a morte iniciática figura uma morte fictícia e ela só se pode realizar nas entranhas da Terra, da Terra amamentadora para a qual voltamos aquando da nossa morte terrestre». No entanto, para muitas religiões antigas, esses lugares obscuros e misteriosos — galerias subterrâneas e cavernas — não são lugares de condenação definitiva, mas lugares de passagem para aqueles que vencem as provas, e um meio de ascensão para os lugares superiores, celestiais, onde reina a luz. Os Mistérios (de Elêusis, por exemplo) eram «cerimónias rituais no termo das quais um contacto fulgurante com o divino levava à experiência pessoal de uma promessa de salvação no além». Esses lugares subterrâneos, particularmente as grutas, são também, como muito bem refere Naomi Miller,

na linha destas antigas tradições, verdadeiros santuários ou Cavernas Celestiais, nome do livro de sua autoria, *Heavenly Caves*, dedicado às «grutas dos jardins». Numa tradição muito posterior, a do Rosacruzianismo alquímico, nascido no século XVII, pode dizer-se que «O Homem, para se regenerar, deve descer ao mundo subterrâneo. Lá, ele encontrará o sujeito primordial indicado por VITRIOL («Visita o Interior da Terra e pela Rectificação, ou purificação, encontrarás a Pedra Oculta»)). Este tema da descida aos mundos subterrâneos e da ascensão aos mundos superiores está, de facto, presente na tradição espiritual da Humanidade desde as religiões primitivas, como por exemplo, o xamanismo, já que o xamã faz as suas «viagens» entre esses dois mundos. Como escreve Mircea Eliade na sua obra de referência *Le Chamanisme et les techniques archaïques de l'extase*, citado, muito a propósito, por Jean-Pierre Bayard, «a ponte (ou a corda) que permite ao herói atravessar o rio infernal, a personagem benévola, o animal guardião da ponte, participam nos motivos clássicos da descida aos infernos, mito que encontramos em todas as civilizações». Na Regaleira existe, depois de sair da galeria subterrânea que vem do fundo do Poço Iniciático, uma ponte sobre o lago, com as pedras à superfície, lago que era alimentado pelas águas que caíam de uma cascata, águas essas que é preciso atravessar para se ascender aos mundos luminosos. Neste contexto em que pretendemos apoiar a nossa interpretação por meio de passagens de especialistas de Dante, do esoterismo e das iniciações — sejam eles académicos ou outros estudiosos, não resistimos a citar uma passagem do Inferno de Dan Brown, autor por vezes provocatório e que nem sempre sigo em todos os detalhes: «Retratada aqui por Botticelli, a visão horrenda que Dante tinha do Inferno era idealizada como um funil subterrâneo de sofrimento – uma desditosa paisagem de fogo, enxofre, dejectos, monstros e o próprio Satanás à espera, no seu centro. O poço era idealizado com nove níveis distintos, os Nove Círculos do Inferno, onde os pecadores eram lançados de acordo com a gravidade do seu pecado. Perto do topo, os luxuriosos, ou “malfeitores carnis”, eram fustigados e atirados de um lado para o outro por um vendaval eterno, símbolo da sua incapacidade de controlar o desejo. Por baixo deles, os gulosos eram obrigados a deitar-se de barriga para baixo num ignóbil pântano de dejectos, de boca cheia com o produto dos seus excessos. Mais fundo ainda, os hereges estavam presos em caixões em chamas, condenados ao fogo eterno. E assim sucessivamente, tornando-se cada vez pior à medida que se descia.» Dan Brown, *Inferno* (Bertrand Editora, Lisboa 2013, págs. 84-85)

B – O 515 de Dante

É altura de abordar, embora rapidamente outro tema de Dante, a saber, o enigmático 515 que surge no Purgatório como uma entidade física, como Henrique de Luxemburgo — ou metafísica, segundo alguns, como veremos de seguida — que vem regenerar a cristandade em crise, como afirmava a esperança dos gibelinos, partido cristão a que Dante aderiu (com outros intelectuais como Cavalcanti). O tema de uma Idade futura de realização dos ideais do Cristianismo — a Terceira Idade do Espírito Santo, miticamente equivalente ao Quinto Império, perene Império do Espírito, com raiz no bíblico Livro de

Daniel —, está presente na Regaleira. Para além da referência ao culto popular do Espírito Santo existente numa escultura da fachada sul do Palácio existe outra referência no «515» de Dante, por mim aí identificado — como escreve o Mestre Lima de Freitas na sua obra «515» — O Lugar do Espelho, Lisboa, Hugin Editores, 1998, p. 384: «José Manuel Anes que descobriu este objecto extraordinário...apressou-se a comunicar o seu achado». O «515» de Dante está pois presente na Quinta de Carvalho Monteiro em dois bancos dos jardins e outro no interior do Palácio, contendo todos a estrutura simétrica 5 – 1 – 5, em que o «1» é a figura central, a dama com tocha, jovem, ou «Monteiro», e ambos os «5» são as ameias, ou merlões, que ladeiam essa figura central — havendo ainda, uma sexta ameia ou merlão, de um e de outro lado, mas numa linha posterior, como que emparedada, sugerindo o 666 que o 515 vem combater e dominar. Para Lima de Freitas — que interpretou sabiamente, e com grande erudição, este símbolo. O «515» ou *Il messo di Dio* («O Mensageiro de Deus») —, o «515» é mais o Paracleto, ou Consolador, do que um Dux, um chefe militar gibelino - os gibelinos, contrariamente aos guelfos, defendiam que o Papa não devia ter poder temporal, bastando-lhe o poder espiritual — gibelinos que desejavam conduzir os cristãos ao retorno à pureza original do cristianismo. Este «515» da Regaleira é também, *il veltro*, o galgo que é referido na Divina Comédia, rápido no seu auxílio — e num dos bancos do jardim estão dois galgos, ladeando uma figura feminina, provavelmente Beatriz, que está no centro do banco/515, ela que foi a condutora/iniciadora de Dante em parte do seu percurso iniciático, tal como Virgílio também o foi. O Mensageiro de Deus/515 anuncia, de alguma maneira, a Terceira Idade, a do «Evangelho Eterno», do abade calabrês, heterodoxo e milenarista, Joaquim de Fiore. Mensageiro veloz no seu auxílio à Cristandade em crise, no entender do gibelino Dante, o «515», que, aqui na Quinta da Regaleira, surge por três vezes — três, ou a doutrina joaquimita não fosse trinitária — em três esculturas, duas nos bancos do jardim, ladeando o operático lago inferior, junto ao muro da estrada, e uma no Palácio, na «sala da caça» onde o proprietário (Carvalho) Monteiro, surge como o «mensageiro de Deus». Recorde-se que, na doutrina do franciscano «espiritual» Joaquim de Fiore, a Idade do Espírito Santo seria a Terceira Idade, a da Liberdade e a do Evangelho Eterno, que iria surgir a seguir à Idade do Filho, a segunda, a do Amor, representada pelo Novo Testamento, e à antiga Idade do Pai, a primeira, a da Justiça, representada pelo Antigo Testamento.

O banco da Quinta da Regaleira com o 515 d'A Divina Comédia de Dante — *il veltro*, o galgo — com a Beatriz a meio, separada de dois galgos (um macho e outro fêmea) por cinco ameias, de cada lado; sendo o 515 *il messo di Dio*, o mensageiro de Deus, é o anunciador da «Idade do Espírito Santo», tema heterodoxo caro aos templários e aos seus sucessores da Fede Santa, à qual pertencia Dante.

Parece, pois, evidente que a concepção religiosa do mundo que preside à Regaleira assenta, para além do Paganismo, no Cristianismo, mas num Cristianismo milenarista, escatológico, isto é, que se refere ao Fim dos Tempos, e Gnóstico, ao qual estão associados o Templarismo e o Culto do Espírito Santo.

Conclusão

A Quinta da Regaleira, com os seus jardins, poços, grutas e capela, sugere, pois, fortemente, um percurso iniciático (simbólico ou real) que une, de um modo coerente e evolutivo, os diversos locais simbólicos e míticos nela presentes, na perspectiva da Iniciação aos Mistérios em geral e de diversas iniciações esotéricas em particular: todas as que seguem esse «arquetipo», isto é, o de um caminho que vai das Trevas à Luz. Sendo a inspiração literária principal a da Divina Comédia de Dante, isto não exclui outras tradições religiosas, literárias e iniciáticas que estão presentes na obra de Carvalho Monteiro e de Luigi Manini, antes a solução arquitectónica da Regaleira oferece uma estrutura universal onde assentam todas as outras referências, como referi anteriormente no meu livro *Os Jardins Iniciáticos da Quinta da Regaleira* (Ésquilo, 2^a. Ed., 2006).

José Manuel Anes

AS PINTURAS DE DIOGO DE CONTREIRAS NA IGREJA DE SÃO MARTINHO EM SINTRA

Sintra, é, como todos sabemos, uma terra extremamente rica em termos de património. Trata-se, no entanto, essencialmente de um património natural e de um património edificado amplamente divulgado e conhecido. Assim, creio que, para além dos estudiosos da pintura portuguesa, poucos conhecerão, as três pinturas de que lhes vou falar neste pequeno texto elaborado com base nos trabalhos de alguns desses historiadores da arte.

Estas pinturas quinhentistas encontram-se na igreja de São Martinho, sede paroquial localizada na vila de Sintra. Esta igreja, à semelhança de várias outras situadas nas redondezas, terá sido erguida no reinado de D. Afonso Henriques entre 1147 e 1153, na sequência da conquista de Lisboa aos mouros. Estas construções românico-góticas inserem-se na política do rei para mais facilmente ver aprovado pela Santa Sé, o seu novo reino.

A igreja recebeu os seus estatutos em 1283, sendo estes aprovados em 1306.¹ Sofreu, como praticamente todas as outras, inúmeras vicissitudes ao longo dos séculos, tendo sido alvo de diferentes campanhas de obras, nomeadamente no reinado de D. Manuel I. Foi, no entanto, o terramoto de 1755 que atingiu duramente toda esta zona, que mais danificou esta igreja, deixando-a praticamente destruída. Após o terramoto, a Casa Real vai patrocinar obras de reabilitação em toda a freguesia de São Martinho, nomeadamente no Paço Real e também na sua igreja paroquial. Da traça inicial pouco restou a não ser a estrutura gótica da capela-mor ainda hoje visível no exterior. A igreja foi reconstruída a partir de 1764 por Mateus Vicente de Oliveira, um dos arquitectos do Palácio Nacional de Queluz e apresenta hoje três corpos principais – uma galilé, o corpo longitudinal que constitui a nave e uma ábside poligonal.

Consideremos então as três pinturas referidas que se encontram no interior da igreja e, que, talvez até por isso, sejam pouco conhecidas do público em geral, embora tenham sido, pelo menos desde os anos trinta do século XX, estudadas por diferentes investigadores. O primeiro desses estudiosos foi Luís Reis-Santos que, numa pequena publicação datada de 1936², nos dá conta da sua existência: “Existem abandonados na igreja de São Martinho de Sintra, três painéis muito representativos da pintura portuguesa do segundo quartel do século XVI...” Reis-Santos descreve estes painéis de madeira de castanho como estando

¹ <http://revistatritao.cm-sintra.pt/index.php/patrimonio/107-patrimonio/348-igreja-paroquial-de-sao-martinho-de-sintra>

² Reis-Santos, Luís, *Os três painéis Quinhentista da São Martinho de Sintra*, in, Separata do volume X da revista “Portucale”, Porto, 1936

num estado deplorável e como tendo, posteriormente, sido salvos da deterioração total pelo restauro de que foram alvo no Instituto José de Figueiredo de modo a poderem figurar na exposição dos “Primitivos Portugueses” em 1940.³

Outros investigadores como Martim Sória em 1957 e posteriormente Vítor Serrão nos anos 70 desse mesmo século debruçaram-se sobre a obra do presumível autor destes painéis. É, no entanto, um outro historiador da arte, Joaquim Oliveira Caetano, actualmente director do Museu Nacional de Arte Antiga que, na sua dissertação de mestrado,⁴ mais contribuiu para o conhecimento da figura deste pintor – Diogo de Contreiras, activo entre 1521 e 1562.

Caetano, começa por referir que: “Como acontece com a quase generalidade dos pintores quinhentistas portugueses, desconhecemos quase tudo da sua vida, a não ser em aspectos directamente ligados às obras que produziu, e desconhecemos desde logo o processo de aprendizagem e os aspectos fundamentais da sua formação artística”.⁵ Inicialmente associado ao pintor régio de D. João III, Gregório Lopes, as primeiras obras de Contreiras surgem-nos referenciadas em 1521 em conjunto com outros mestres Álvaro Pires, Diogo Gonçalo, Martins Fernandes e Fernão de Oliveira, a quem foram pagas em 1521 pela Câmara de Lisboa as decorações de 429 bandeiras destinadas a celebrar a entrada na cidade de D. Manuel e a sua terceira mulher, D. Leonor de Áustria.

Segundo Caetano, o pintor devia ser à época muito jovem, e só voltamos a encontrar-lhe referência documental em 1537 quando pinta para a Colegiada de Ourém o retábulo da igreja de Unhos. Para este investigador a observação das únicas quatro tábuas deste retábulo que chegaram até nós revela “já então um pintor perfeitamente formado, com as características fundamentais do que haveria de ser a sua pintura ao longo de mais de dois decénios ...”⁶ Nada sabemos acerca do que possa ter feito Contreiras entre estas duas datas, ou seja, entre 1521 e 1537, uma vez que nenhum documento atesta a sua presença ou regista qualquer encomenda. Para o investigador referido não se pode excluir uma eventual permanência em Itália em que teria contactado com pintores dos Países Baixos do Sul italianizados e com os quais se podem encontrar na sua obra algumas semelhanças.⁷ Numa publicação mais recente datada de 2018⁸, este mesmo historiador da arte diz-nos: “É pois bem possível, embora só o possamos saber conjeturalmente, que os primeiros tempos da atividade de Diogo Contreiras como pintor tenham sido passados como colaborador de

³ Flor, Pedro, in, *Notas sobre as Tábuas Quinhentistas de São Martinho de Sintra e a Pintura do Renascimento em Portugal*, Revista Tritão, n. 2, Dezembro de 2014, p.3

⁴ Caetano, Joaquim de Oliveira, *O que Janus via – Rumos e Cenários da pintura portuguesa (1535-1570)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1886

⁵ Idem, p. 135

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ Caetano, Joaquim de Oliveira, *Garcia Fernandes e Diogo de Contreiras: dois pintores do Renascimento e a Casa de Bragança*, Livros de Muitas Cousas, n.7, Dezembro de 2018, Fundação da Casa de Bragança, 2018, p. 91

pintores mais conceituados”. Fica pois em aberto este período da vida de Contreiras, uma vez que não dispomos de qualquer documento que nos dê uma informação concreta acerca do seu paradeiro.

Depois de terminada a empreitada de Unhos, Contreiras vai trabalhar numa outra grande encomenda feita novamente pela Colegiada de Ourém e destinada à igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Misericórdia, obra essa da qual nada chegou até nós embora subsista um contrato que revela o preço elevado que por ela foi pago - um valor de 80.000 reais. Simultaneamente, pintou um outro retábulo encomendado por D. Gil Eanes da Costa para a Igreja Conventual de Almoester do qual restam três painéis que integram hoje uma colecção particular.

Ainda da década de 1540, terá pintado várias obras não documentadas, entre as quais se encontram provavelmente as da igreja de São Martinho de Sintra. É de 1546 o documento que atesta o pagamento de 100.000 reais por uma obra destinada à capela-mor de São Bento de Cástris, e como afirma Joaquim Caetano, “já então era um pintor reconhecido como um dos mais importantes do seu tempo...”⁹ Dessa empreitada fazia parte a “Pregação de São João Baptista” concluída em 1554, exposta hoje no Museu Nacional de Arte Antiga. Obra de maturidade em que é já bem visível a renovação da linguagem plástica operada pelo pintor na segunda metade do século XVI. Sabemos também que Contreiras exerceu o cargo de “examinador dos pintores de Lisboa” juntamente com António de Espinhosa e António de Aguiar em 1551 e, datado de 1560, um outro e último documento conhecido prova o exercício desta mesma função acompanhado agora por João Guterres e Gaspar Dias. Não se conhecem outros documentos posteriores e pensa-se que o pintor terá morrido pouco depois.

Como vemos, e apesar das lacunas existentes no conhecimento da sua obra, Contreiras foi um dos mais importantes pintores do seu tempo como podemos constatar, não só pela grande quantidade de obras encomendadas e produzidas, mas também, porque é possível verificar como, ao longo do seu percurso pictórico, substituiu progressivamente os modelos flamengos que dominavam a pintura portuguesa no início do século XVI, e que terão sido os da sua aprendizagem, para procurar novas soluções e introduzir na sua obra, na segunda metade desse mesmo século, a novidade dos modelos italianos.

Deixando de lado muitas das outras encomendas que recebeu e executou, debruçemo-nos agora sobre as três pinturas ainda hoje expostas na igreja de São Martinho que representam São Pedro, Santo António e São Martinho e o pobre, estudadas por Reis-Santos como acima referimos. Este investigador considerou não ser ainda possível à época fazer delas uma interpretação rigorosa, embora as considerasse como podendo ser aproximadas dos designados “Mestres de Ferreirim”. Mais tarde, um outro estudioso, Martim Sória atribui estas três obras ao chamado “Mestre de São Quintino”. Por volta de 1977-78, é

⁹ Idem, p.136

Vítor Serrão que vai identificar este mestre com Diogo de Contreiras, sendo, no entanto, Joaquim Oliveira Caetano quem, posteriormente, aprofundou o estudo da sua obra.

Nada sabemos acerca da proveniência destas tábuas, uma vez que até hoje não foram encontrados quaisquer documentos que lhes façam referência.

No São Pedro e no Santo António vemos figuras isoladas inseridas num fundo de paisagem apresentando inúmeras semelhanças com outras obras deste tipo realizadas pelo pintor. Embora o esquema compositivo seja bastante idêntico nas duas obras, São Pedro é tratado, como afirma Caetano, de forma semelhante àquela que usou noutras pinturas para representar os pontífices, ou seja, com adereços semelhantes: a “cruz, tiara, capa e o rosto enviam-nos para o modelo já usado em São Silvestre de Unhos”.¹⁰ Considera que o pluvial luxuoso do primeiro bispo de Roma aqui representado, revela um tratamento volumétrico, embora a figura em si seja ainda convencional. Tendo em conta a data (1545-1550) em que esta obra terá sido pintada e a semelhança que o historiador nos diz ter com o modelo de Unhos, vemos que a pintura é, também na obra de Contreiras, feita de avanços e recuos.

Do lado direito do santo, o pintor dá-nos a ver a cena da pesca milagrosa contada no evangelho e à esquerda vemos o galo que alude à negação de Cristo.

Santo António, apresentado com a sua habitual iconografia - o livro o Menino e também a Cruz, destaca-se, isolado numa paisagem em que vemos, à sua direita, um arvoredo e como complemento à esquerda uma “Pregação aos Peixes”, numa composição que se aproxima da de um São Sebastião, hoje numa colecção particular.¹¹

Em qualquer destas duas pinturas de colorido sóbrio, as paisagens de fundo são-nos dadas em tons de azul esverdeado, com pequenos detalhes quase invisíveis mas minuciosamente pintados, quanto a nós, muito próximas daquilo que podemos ver em obras de mestres flamengos, cujo *modus faciendi* terá, eventualmente, influenciado toda a sua formação, e da qual se vai afastando ao longo do seu percurso como pintor.

Um outro investigador, Pedro Flor, considera estes dois painéis como sendo ainda próximos dos modelos renascentistas contrastando com o maneirismo assumido que vemos na terceira pintura deste conjunto.¹²

A última das três obras da Igreja de São Martinho é exactamente um São Martinho que partilha a sua capa com um pobre. Para Joaquim Caetano é, destas três obras, a de maior qualidade em termos pictóricos. Chama-nos, a atenção para as cores vivas aqui utilizadas, muito diferentes das dos outros painéis, assim como para o tratamento dado

¹⁰ Caetano, Joaquim de Oliveira, “*O que Janus via – Rumos e Cenários da pintura portuguesa (1535-1570)*”, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1886, p. 175

¹¹ Idem

¹² Flor, Pedro, in “*Notas sobre as Tábuas Quinhentistas de São Martinho de Sintra e a Pintura do Renascimento em Portugal*”, Revista Tritão, n. 2, Dezembro de 2014, p.9

ao santo, considerando, no entanto, ser acima de tudo, a figura do pobre aquela em que o pintor terá “concentrado a maior atenção”.¹³ Na realidade a mestria revelada no desenho anatómico desta figura, a expressividade visível, quer no tratamento do rosto, quer noutros pormenores como o joelho ou a perna ligada, são reveladores de uma fase diferente sendo já perfeitamente notória a transformação que operou na sua pintura.

Talvez possamos concluir que, embora seja Gregório Lopes, pintor régio de D. Manuel e também de D. João III, considerado o grande pioneiro da mutação de uma estética devedora dos modelos flamengos e de soluções por vezes ainda medievalizantes para uma outra próxima dos modelos italianos, e entre nós, totalmente inovadora, como podemos, por exemplo, ver nas obras que pintou para a Charola do Convento de Cristo em Tomar, é Diogo de Contreiras, sem dúvida, também ele, um dos pintores pioneiros desta mudança de paradigma. Um dos pintores em cuja obra, nomeadamente nos três painéis aqui considerados, podemos observar a passagem das soluções pictóricas características dos primórdios do reinado de D. Manuel para “o paulatino triunfo de uma nova estética”¹⁴ que recorre “à utilização crescente de elementos maneiristas e anti-clássicos que devem ser lidos como importações modernas sem uma directa vontade polémica.”¹⁵

Maria de Lourdes Riobom
Sintra, 9 de Agosto de 2021

¹³ Caetano, Joaquim Oliveira, op. cit. p. 175

¹⁴ Porfírio, José Luís, *Pintura Portuguesa – Museu Nacional de Arte Antiga*, Quetzal Editores, Lisboa, 1991, p. 84

¹⁵ Idem

ENTRE O SUL E O SETENTRIÃO

SINTRA – ANATOMIA DE UMA SERRA



Serra de Sintra, vertente Norte.

A Bacia Lusitaniana, que se desenvolveu na Margem Ocidental Ibérica, entre Peniche e Cascais, e onde hoje se localiza o Parque Natural de Sintra-Cascais, é uma bacia sedimentar, constituída maioritariamente por terrenos calcários, xisto-calcários e arenitos da era Mesozoica (também conhecida como Idade dos Dinossauros), entre o Jurássico Superior e o Cretáceo. Para compreendermos a sua dinâmica, temos que recuar até à fragmentação do Pangeia, o super continente, com a abertura do Atlântico Norte.

Esta bacia distensiva espalha-se pelos sistemas litorais estremenhos (praia-duna/praiá-arriba) e vai repousar nos leitos oceânicos da Plataforma Continental.

Entre 180 e 60 milhões de anos, a vida na Terra era dominada por grandes sáurios, autênticos monstros pré-históricos, que habitavam também esta região e deixaram inequívocos vestígios da sua existência, quer em esqueletos fossilizados, ovos, ou mesmo em pegadas, preservados até hoje em diversos locais como Lourinhã, Carenque e a Praia Grande do Rodízio.

Há cerca de 90 milhões de anos, o alargamento da crosta terrestre, em consequência de um *rift* atlântico, não vulcânico, criou as condições favoráveis para a subida de magma, de forma a compensar as depressões ou zonas de abatimento, pelo afastamento da crosta. Dessa dinâmica emergiu um enorme maciço rochoso, de natureza granítica, uma rocha eruptiva, ígnea ou magmática, intrusiva ou plutónica, de textura fina, não metamórfica, muito comum e abundante na constituição da crosta terrestre. E, deste modo, se formou a Serra de Sintra a qual, ao longo dos tempos, recebeu vários nomes e atributos.

A razão por que as pegadas de dinossauros estão visíveis no plano vertical da arriba da Praia Grande é porque o magma, ao irromper, obrigou a verticalizar os terrenos adjacentes da crosta terrestre.

A Serra de Sintra, não sendo das mais altas pois tem 535 metros de altitude no seu ponto mais alto, a Cruz Alta constitui, todavia, no seu conjunto, um impressionante modelado granítico, que só perde em grandeza e imponência para a Serra da Estrela, o maior *batólito* do nosso país.

Pela sua proximidade com o mar, Sintra tem um clima temperado e húmido. O Verão é ameno, seco e ventoso, como em toda a orla costeira ocidental e o céu está geralmente limpo. O Inverno é fresco e chuvoso e o céu quase sempre encoberto. Não é muito comum o registo de temperaturas particularmente baixas. São frequentes as neblinas matinais e, para o final da tarde, as brumas marítimas avançam para terra, lentamente, envolvendo toda a Serra numa aura de mistério e poesia. O manto da noite cai plácido sobre a natureza que dorme o longo e silencioso sono do Inverno, perturbado, a espaços, pelo pio lamentoso das aves noturnas.

Para além das características gerais do clima, acima referidas, foram identificados mais de duas dezenas de microclimas, na Serra de Sintra, o que explica a diversidade botânica que embeleza a Serra e lhe confere um lugar exclusivo na paisagem mundial.

Situada numa região central e com a orientação Norte/Sul, a Serra de Sintra constitui a barreira de transição entre a flora mediterrânea e a floresta atlântica. A sua encosta orientada para o meio-dia está revestida de um manto florestal com características mediterrânicas; já na vertente norte, desenvolvem-se magníficas espécies botânicas, originárias da floresta atlântica.

A encosta sul é povoada por espécies da floresta mediterrânea residual – matos – característicos da fase degradativa desta floresta, com bolsas de mato alto ou *Maquis*, revestida de espécies de estrato arbustivo, sendo grande parte delas odoríferas. O zambujeiro, o medronheiro, o carrasco e o loureiro também encontram aqui condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

A vertente norte, com encostas sombrias e húmidas, serviu de abrigo a diversas associações, de grande expansão, tipicamente atlânticas, como o carvalho roble (*Quercus robur*) e o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) que cobriam os cumes mais altos e rochosos. Já os

sobreiros (*Quercus suber*) e o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) preferiam as áreas mais baixas e quentes, onde predominavam. Pelos frescos vales, podemos apreciar sabugueiros, salgueiros, freixos, amieiros e choupos que marginam os regatos e entrelaçam os seus ramos por cima das águas. E, um pouco por toda a serra, é possível encontrarmos o azevinho, o asereiro e o sanguinho das sebes, entre outros.

Lamentavelmente, na segunda metade do século XX, devido à ocorrência de diversos incêndios, a Serra de Sintra foi perdendo a sua floresta original, maioritariamente na vertente meridional, a mais agredida. Estes incêndios abriram vastas clareiras que foram prontamente infestadas por acácias e outras espécies estrangeiras, de crescimento muito rápido, o que torna difícil o controlo da sua propagação, ameaçando e, em alguns casos, destruindo mesmo a vegetação autóctone, com consequências nefastas para o equilíbrio ambiental e comprometendo, seriamente, o ordenamento florestal.

O clima temperado e húmido da vertente norte permitiu a introdução de inúmeras espécies exógenas como as sequoias, árvores de grande porte e longevidade, originárias dos estados norte-americanos da Califórnia e do Oregon. Vários tipos de palmeiras e outras plantas raras e exóticas, conferiram a estes espaços uma riqueza botânica diversa e inigualável.

Em tempos muito distantes, a Serra de Sintra foi ocupada por povos de diferentes origens e atividades, entre elas as comerciais, atraídos pelas condições do clima e cobiçosos dos recursos naturais da região. Mas deixemos para trás, envoltas na penumbra dos séculos, as disputas de que foi palco por parte desses povos que aqui cruzaram os seus destinos.

Desde os primórdios da nacionalidade, Sintra desempenha um papel muito relevante na nossa história. Desde a Idade Média até aos nossos dias, podemos constatar o interesse que esta vila despertou, acompanhando a evolução e o desenvolvimento da Capital, protagonizando acontecimentos históricos e acolhendo eventos políticos e sociais de grande destaque, quer nacionais, quer internacionais.

Morada permanente ou sazonal dos nossos monarcas, desde a primeira dinastia, quase todos foram deixando a marca da sua passagem na arquitetura invulgar do Palácio da Vila. Do árabe ao mudéjar, passando pelo gótico e culminando no manuelino, o monumento apresenta-se como uma manta de retalhos de estilos bem urdidos e caprichados, onde permanecem especialmente vivas as reminiscências mouriscas.

O altaneiro e caprichoso Palácio da Pena, de arquitetura revivalista, envolvido na cintura protetora do Castelo dos Mouros é, há quase dois séculos, a sentinela muda e contemplativa da Vila e da extensa costa oceânica. Não faltam, por toda a Serra, belíssimos palácios, palacetes e outros exemplares de arquitetura civil, romântica ou italianizante, os quais, numa harmoniosa unicidade estética, vêm enriquecer este já tão valioso património natural, que a UNESCO veio consagrar, há precisamente um quarto de século.

Sintra tem sido fonte permanente de inspiração para inúmeros artistas de diversas áreas. Foi celebrada não só na arquitetura mas também na pintura e na literatura, onde podemos encontrar inúmeras referências a esta encantadora vila da Estremadura. De Fernão Lopes

a Ferreira de Castro, de Camões a Fernando Pessoa, foram muitos os que eternizaram nas suas páginas os mistérios e sortilégios desta terra singular. Seria exaustivo citar aqui todos, mas seria de uma grande injustiça omitir o nome de um escritor que, em quase todas as suas obras fez alusão e descreveu maravilhosamente muitos dos encantos de Sintra – Eça de Queiroz. Foi seguindo as suas extraordinárias narrativas que se pôde elaborar o “Roteiro queirosiano de Sintra”.

Mas foi também na literatura de viagens que Sintra ultrapassou as fronteiras nacionais, pela pena de poetas e romancistas, uns em visita ao nosso país, outros que por cá permaneceram e habitaram este burgo: Hans Christian Andersen, William Beckford, Lord Byron e Thomas Bernhard.

Por todas estas razões e tantas outras, Sintra constitui uma verdadeira pérola do nosso tesouro nacional. E porque o seu valor e importância transcendem os limites nacionais, o seu reconhecimento, a nível internacional, conferiu-lhe um lugar único na geografia do Globo, traduzido no estatuto de património mundial/paisagem cultural. Um legado a preservar, a proteger, a valorizar e a enobrecer.

Nena Dominguez Paulino

PATRIMÓNIO



“Título conferido a um bem móvel, imóvel ou natural, que seja considerado valioso para um povo, para uma sociedade, uma região, povoado, ou uma comunidade”

Sintra está classificada Património Mundial, no âmbito da categoria “Paisagem Cultural”, desde o dia 6 de Dezembro de 1995, na 19ª sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO realizada em Berlim.

A classificação atribuída a Sintra pela UNESCO, reforça a obrigação de defender e preservar o Património Histórico, edificado e arbóreo que nos foi legado.

A título de exemplo apenas dois casos que acompanhei com mais proximidade:

- Recuperação do Chalet da Condessa D’Edla no Parque da Pena.
- Classificação de 30 Plátanos na Várzea de Colares da espécie “*Platanus Hybrida Brot*” na Alameda Coronel Linhares de Lima, em frente à Adega Regional de Colares.

Dois casos entre tantos outros em que nestes exemplos a intervenção do “Monte da Lua, (Chalet da Condessa) e do ICNF (Plátanos de Colares) se podem considerar acções positivas de recuperação e preservação.

Outros casos não tiveram orientações correctas e atempadas dos decisores como, por exemplo, no caso da Gandarinha, na Vila Velha ou, recentemente, o abate de dezenas de tílias no Algueirão.



Relativamente aos centenários Plátanos da Várzea de Colares, após um prolongado e alargado movimento de cidadãos, permite desde 2018, que estejam classificados como “Arvoredo de interesse Público” – obrigando que qualquer intervenção ou poda naquele local seja agora supervisionada pelo ICNF.

“O reconhecimento de um bem como Património Histórico visa, em essência, preservar um legado importante do passado para as gerações futuras”

Pedro Macieira

A CIDADE DE AGUALVA-CACÉM

APONTAMENTOS DOCUMENTAIS HISTÓRICOS

O espaço geográfico da Cidade de Agualva-Cacém é, do ponto de vista geomorfológico, variado e rico, decorrendo daí a sua valorização antrópica desde tempos da Pré-História. Contudo, o desenvolvimento que conduziu à criação deste território como cidade, tem a sua origem na segunda metade do Século XIX, quer pela alteração do mapa administrativo secular, com integração de parte do seu actual território, no território administrativo do Concelho de Sintra [pelo recuo do Termo de Lisboa e extinção do Concelho Senhorial de Belas], quer pelo traçado da Via Ferroviária.

Durante séculos a Ribeira da Agualva ou da Jarda foi, desde o século XIII, a fronteira entre os dois termos o de Sintra e o de Lisboa. Esta realidade administrativa, condicionou sempre e de forma positiva o desenvolvimento deste território, por razões óbvias. A primeira razão: a singular importância do traçado e regime hídrico da Ribeira da Agualva; realidade hidro-geográfica, que delimita a Ocidente o Complexo da Serra da Carregueira, onde nasce, e que delimita, em mais de metade do seu traçado, desde o século XIII, os dois Termos: o de Lisboa e o de Sintra; a segunda razão: a inoperância Económica e Demográfica, na sequência da hecatombe da tomada de Lisboa em 1147; situação que encontramos plasmada na documentação escrita coeva, nomeadamente, no 1º Foral de Sintra.

Assim, a ocupação humana e a propriedade do espaço, na actualidade acometido ao território da grande Cidade da Agualva-Cacém, encontra-se dependente da parcimónia documental do último quartel de duzentos, que ainda está em parte por estudar; facto que não possibilita o descortinar exacto desse ordenamento, de forma harmoniosa, em ambos os termos. No Termo Sintra, na época adstrito à Freguesia de São Pedro de Canaferrim [a partir do século XVI da Freguesia de Rio de Mouro; posteriormente, em 1953, o território da Freguesia de Agualva Cacém], constatamos a existência de um espaço muito retalhado, não só em termos de proprietários, que aí detinham seus interesses, como de algumas instituições canónicas relevantes. No Termo de Lisboa à época adstrito à Freguesia de Belas, e Concelho Senhorial da mesma Vila, encontramos uma realidade ligeiramente diferente. A maioria das Terras são propriedades de canónicas lisboetas, mas não só [1] que, por vezes, se estendem de ambos os “lados da fronteira”; ou seja ocupam ambas as margens da Ribeira da Agualva ou da Jarda.

Se um elo histórico existe, entre estas duas realidades administrativas, este é testemunhado pela presença, efectiva em ambos os termos, de dois grandes senhores da política da época, do século XIII, respectivamente: D. Domingos Anes Jardo, com a aquisição de extensa propriedade na Aqualva adquirida por novecentos Marcos de Prata ao Rei D. Dinis, e de João Peres de Aboim. Mas, vamos apenas tratar, tão só, da parte do Termo Sintrense.

São Marcos: João Peres de Aboim e Sua filha D. Maria Enes Aboim

O princípio do governo de Afonso III, depois da morte de seu irmão Sancho, eleva-o de Curador e defensor do Reino, em Rei Legítimo, para a Igreja e para os Povos e alguma Nobreza. O seu tempo e a sua acção centrou-se, assim transparece na sua documentação, em firmar o seu poder e estabelecer a Ordem no Reino. Parco nas doações, generalizadas à nobreza, privilegia os que lhe são próximos, Estevão Anes Chanceler-Mor, João Peres de Aboim Mordomo-Mor e poucos mais. Mesmo estas doações são, muitas vezes, feitas à custa de pressões exercidas sobre várias instituições e concelhos para cederem terras e direitos aos seus validos mais próximos. É o caso de João Peres de Aboim, que acompanha desde muito cedo Afonso III ao tempo que este era tão só Conde de Bolonha, por via do Casamento com Matilde II, Condessa de Bolonha. A estratégia era o fortalecimento Régio a partir da centralidade económica e administrativa, a não amortização das propriedades, isto é: transferir ou colocar bens de raiz, sob o domínio de comunidades religiosas, colegiadas, etc, onde, porque as não podiam vender, ficavam “mortas”, fortalecendo apenas um sector da sociedade medieva: a Igreja Católica Apostólica Romana em detrimento dos povos, da fidalguia e do próprio poder régio, uma vez que muitas das Canónicas respondiam, nessas épocas, directamente a Roma. Ficamos, contudo, sem saber se no caso de João Peres de Aboim, bem como da sua filha D. Maria Enes Aboim, a estratégia era consertada com D. Afonso III, de quem, de resto, era Mordomo-Mor. Alguns investigadores julgam, vislumbrar nesta atitude, uma característica de personalidade avarenta. O certo é João Peres de Aboim e sua filha adquirem, no Termo de Sintra, por compra ou mesmo por cedências de direitos, como no caso da Canónica-Mista Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão [*Pauperes commilitones Christi Templique Salomonici*], que colocam a sua Bailia [Comenda] de Sintra ao serviço e gestão directa de João Peres de Aboim ganhando este, entre outros, o título de: “*Tenens de Leirenam et Sintriam*”, ou seja: “governador de Leiria e Sintra”.

A sua filha D. Maria Aboim ao fundar a sua Albergaria-Hospital em Lisboa, no século XIV [1330], é bastante clara no seu testamento ao referir-se aos bens que passam a integrar o património desta Albergaria-Hospital, como das suas instalações na cidade e a quem era destinada [imagem 1]. Pelo articulado do testamento somos informados que, os bens de raiz do dito Hospital são constituídos por várias propriedades, rústicas e urbanas, em

várias partes [Maфра, Santarém, Leiria e Sintra], nomeadamente em Sintra: “..... *pera mantimento deste hospital os meus casais do termo de Sintra, convém a saber, os que comprei de Judas Alegria, e de Fernão Paiz e de João Chapins.....*”. Desconhecemos a localização exacta destas propriedades. Porém, no caso de São Marcos, este tinha integrado a Bailia de Sintra, da Ordem Templo, passando a integrar os bens de raiz da dita Albergaria-Hospital, como consta da listagem: “...*casall em logo q[ue] chama Sam M[ar]cos t[er]mo de Sintra*” [Documento 1] que, em 1436 era aforado, pelo hospital de Maria Aboim na cidade de Lisboa, a “*Gill Eanes dicto da Abilheira*”. Deste casal dos quais ainda existe reminiscências construtivas [2], sabemos que integrava a vetusta Ermida de São Marcos. Esta leitura é obtida por observação do lógico-construído antigo, quer da capela, quer do que resta das antigas construções do casal em que podemos presenciar, *in loco*, uma *Omnium Santorum* que atesta, no terreno, a integração desta propriedade na Fundação do Hospital de Todos os Santos de Lisboa, nos finais do Século XV, como nos é profusamente atestada, em termos documentais escritos, como por exemplo o rol das propriedades que integrava os bens deste hospital.

Ermida de São Marcos

Quanto ao topónimo de São Marcos, bem como a sua Ermida, tem-nos sempre suscitado algumas interrogações; a primeira decorrente de uma lógica Historicista Local presumia-mos que São Marcos pudesse ou tivesse tido uma origem antiga cujo fio condutor fosse a *Villae* Romana ali existente desde do Século I a.C.; a segunda decorrente da simples análise, do lógico-construtivo, da própria ermida, composto por dois volumes paralelepípedicos articulados, correspondendo o maior à nave e o mais pequeno à abside.

A capela-mor apresenta uma abóbada de cruzaria, sustentada por mísulas de decoração vegetalista, nomeadamente folhas de acanto e romãs [símbolos de perenidade], tão frequentes na arquitectura manuelina. A pedra de fecho da abóbada está decorada com o símbolo da empresa da Rainha D. Leonor, o Camaroeiro. O altar-mor, de madeira policroma, recentemente executado, rasga-se ao centro onde se destaca a imagem de São Marcos. De referir, ainda, a pia de Água Benta que se encontra à entrada da Sacristia, lavrada em mármore negro de Mem Martins. Contudo, pensamos ser fruto de restauro, em finais do século XV, pela Rainha D. Leonor [Esposa de D. João II] que, era a padroeira da Vila de Sintra e suas respetivas freguesias. D. Leonor foi a fundadora, ou cofundadora, do Movimento das Misericórdias; bem como entusiasta e apoiante, economicamente, da Fundação do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, obra de seu irmão o Rei D. Manuel I. Como senhora piedosa, comprovada, que era, apoiou a construção ou reconstrução de ermidas e capelas, nos seus territórios.

E' filho ás minhas casas d'apar de S. Domingos de Lixboa tambem as da morada como as foreiras pera Deos. Mando que meus testamenteiros fação *comi* (en) ellas hum hospital, e que ponhão em ellas *des* (oyto) molheres pobres no dito hospital que seião de boa nomeada, e hum homem pera seu albergreiro, e *mandarão* (mando) que lhes dem em cada hum anno *sem sem* (sex) couados de valencia a cada húa, e o albergreiro, e de dous em dous annos senhos çuremes e assi ao albergreiro vinte soldos pera calçar, e pera camisas, e de cada dia desoito dinheiros a cada *hum* (húa) pera comer, e assi ao albergreiro, e *ellas* (eles) vão ouuir missa de cada dia, e as horas, e a minha capella, e rogarem a Deos por mí e por si. Mando pera mantimento deste hospital os meus casais do termo de Sintra, conuem a ssaber, os que comprei de Judas *alegra* (allegria), e de fernão paiz e de João chapins, e o meu casal das courelas que he em termo de mafra, e a vinha, e o pumar que tem Domingos pirez *na nates* (nabães) com seu çerrado, e a herdade que iaz a par de Maluar, que tem João bertolameu que foi todo de compra do dito casal e todas as minhas casas de leiria, e o casal que comprei de João gil e de sua molher, e os casaes que comprei da molher e filhos, e erdeiros de João de Santarem. Mando e dou poder aos meus testamenteiros, que [vendam ou] *escolhão* (escambhé) cada húa destas possessões [e as empreguê] em outros lugares e por outras posseções que seião conuinhaueis pera o dito hospital, e mando que os meus testamenteiros ordenem todo esto e que o aiam de *auer* (ueer) em sua vida. E a seu saimento *figuo* (fique) ao conselho de Lixboa. E *asim o deuem* (aião de ueer) os Aluasijz *scriuãis* (geeraaes), e o procurador do conselho, e elles ponhão hi hum homem bom que procure as ditas possessões e *recebão* (reçeba) aquello que hi ouuer e *dem* (de) aquello que lhe eu mando aos sobreditos pobres, e os ditos aluasijz e procurador *reberon dello comi todo* (recebã del conto e) recado em cada hum anno, e visitem o dito espital e se pella ventura virem que este homem *fes* (faz) hi boas obras e da bom conto, e bom recado non lho tolhão, e se virem que o non fas asi tiremno e ponhão hi outro, e os *dous* (ditos) Aluasjz e procurador que pollo tempo forem aião por este afam que aueram em cada hum anno os ditos aluasijz des livras cada hum, e o procurador sinquo livras, e rogolhes que se acharem que algúa maldade ha *nas ditas* (nos ditos) proues que *as* (os) tolhão e ponhão hi *outras* (outros) quais virem que pertencem pera tal lugar, e quando morer algúa *dellas* (deles) ponhão *outra* (outro) em seu logo. Mando ao dito espital toda a minha liteira saluo a de que fis doação á sobre dita minha capella de São Domingos, e mando que se algúa cousa sobeiar das rendas destas posseções que aquelles que pollo tempo forem *veadores* (ueedores) do dito espital o empregem em adimento do dito espital tambem *nas* (nos) proves como nas posseções, mando que comprem hum oliual por dusentas liuras pera azeite pera o meu espital e pera a minha capella.

Figura 1 - Excerto de texto do Testamento de D. Maria Eanes Aboim; *in*: Archivo Histórico Portuguez, tomo IV.

Em Sintra temos três exemplos emblemáticos a Capela de São Lázaro, na Freguesia de São Pedro de Sintra; a Capela de Santa Marta, na Freguesia de Casal de Câmara, ou Cambra; e esta de São Marcos, na Freguesia de São Marcos e Cacém – Figura 2.

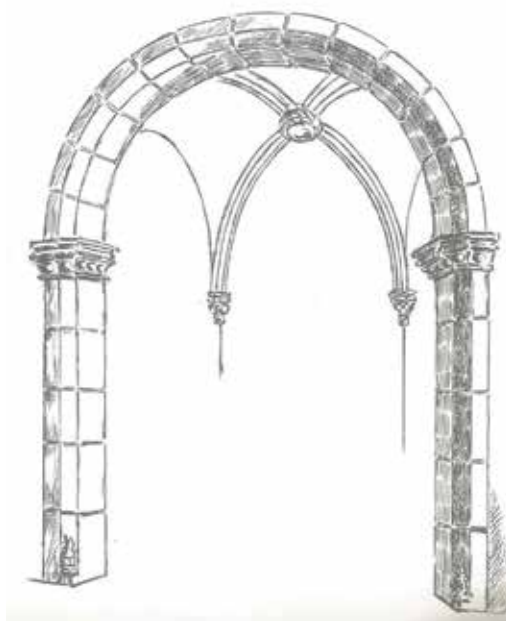


Figura 2 - Arco Triunfal da Capela-Mor da Ermida de São Marcos, bem como da sua cobertura abobadada de nervuras e pedra de fecho com o Camaroeiro, símbolo Régio de D. Leonor.

Ora acontece que, entre, a documentação escrita que reporta aforamentos de vários casais e terras agrícolas na região, da grande urbe que é Cidade de Aqualva-Cacém, encontramos já em 1377 e 1432, referência ao “*logo de Sam Marcos*”. Pressupondo, assim, que este Topónimo, de origem teonímica, tenha sido inicialmente implementado por João Peres de Aboim ou mesmo por sua filha D. Maria Anes de Aboim. Pelo que, devemos apreciar o investimento na sua recuperação, por parte de D. Leonor como uma entreajuda, quer de irmã - irmão, como, também, da Casa Real em prol do bem público. Desde a sua fundação, a Albergaria - Hospital de D. Maria Aboim era administrado pelo poder municipal de Lisboa; acabando integrado no Hospital de Todos os Santos, na cidade de Lisboa, como nos atesta a lápide *OMNIUM SANCTORUM* ainda ali conservada.

Para o século XVII temos notícias de um sepultamento de Clérigo de Missa, o Padre António da Cruz Valente, morador na *Quintã da Agoalva* [3]. A informação chega-nos pela mão do Padre António Ambrósio, que assina um artigo publicado na *Lusitânia Sacra* [4]; artigo que a propósito da celebração de protocolo de acordo entre a Autarquia Sintrense e a Universidade Católica Portuguesa sobre um *Campus Universitário* desta universidade no perímetro do **Taguspark** - parque de Ciência e Tecnologia que se espraia também um pouco para o Concelho de Sintra nomeadamente São Marcos; refere o articulista, a tal propósito, a cédula de testamento do dito Padre António da Cruz Valente exarada, em 1615 e rectificada, por codicilo, em 1635, deste fazer intenção de ser enterrado na Capela Mor da Ermida de São Marcos: “ *Declaro que meu corpo seja enterrado na Capella de Sam Marcos, termo da Villa de Sintra, hoje, vinte do mês de Abril de mil seis centos e trinta e cinco anos. – António da Cruz Valente* “ [AMBRÓSIO, 1994,421]. Legou no

seu testamento, o padre António da Cruz Valente, um conjunto de bens imóveis e rendimentos vários, que instituiu em capela com a função de os seus herdeiros administrarem e sufragarem a sua Alma na igreja onde foi sepultado ou seja: em São Marcos. Seja como for para além destas informações documentais escritas, as quais ainda não tivemos oportunidade de ler na íntegra, obtivemos a confirmação de tal sepultamento, com a inclusão de certidão de óbito nos Registos Paroquiais da Freguesa de Rio de Mouro - Documento 2 – bem como a Transcrição do Assento de Óbito. Contudo, na Ermida de São Marcos, temos testemunho, visível de dois sepultamentos, um dos quais, no preciso local referido no testamento do Padre Valente, mas, com leitura de eventual lápide sepulcral dificultada devido à sobreposição do actual Altar, em madeira.

Com a proclamação da República, em 1910, e publicada a famosa Lei da Separação, em 1911, a Capela de São Marcos passa à posse da Administração Civil. Procede-se, então, a um arrolamento dos parques bens existentes, que no arrolamento estão contidos em dezoito verbetes [PT/ACMF/CJBC/LIS/SIN/ARROL/005]. A quatro de Novembro de 1931 é devolvido, oficialmente, o templo à Corporação Encarregada do Culto Católico, na pessoa do Pároco de Rio de Mouro Padre Marcelino José Vidal. Na actualidade a vetusta Capela-Ermida de São Marcos, ferveilha de Vida Religiosa em comunidade heterógena, com o entusiasmo do Padre Alceu Agarez, que caracteriza a Paróquia de São Marcos.

C A P. VII.

Do Couto de Aboim da Nobriga.

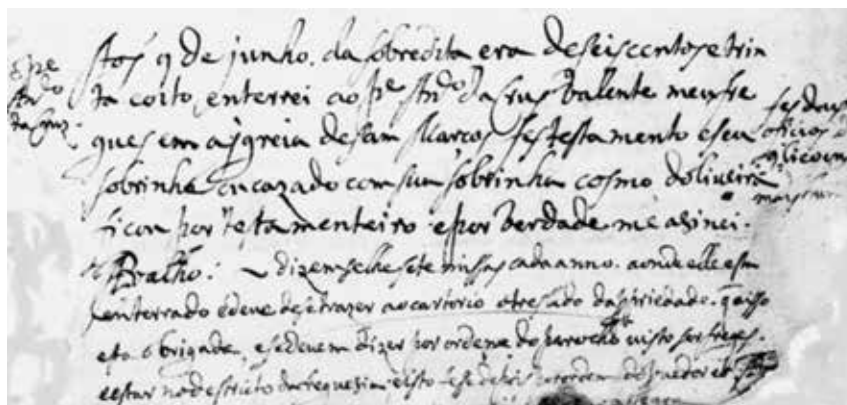
E Stá este Couto entre huns altos montes, que da parte do Norte o divide o Castello da Nobriga do termo da Barca, & da do Sul as serras de Gondomar sobre Baldeu Concelho de Regalados. He delRey com Juiz ordinario por eleição triennial do povo, & pelouro, dous Vereadores, Procurador do Cōcelho, & Meirinho, a que preside o Corregedor de Viana, Escrivão do Crime, & Câmara, que andão juntos: o Juiz dos Orfaõs, & Escrivão são os mesmos q̃ na Barca. Compoem-se além desta Freguesia, de ramos de outras dos termos da Barca, & Regalados; terá ao todo quatrocentos homens com hum Capitaõ, & o Commendador he Capitaõ mór; recolhe bastante pão de todo o genero, feijão, bom vinho verde, caça, mel, & cera, gados, muitos pastos, criação de egoas, & mulas, boas trutas no regato, inda que pequenas. Foy d'elle senhor Dõ Joaõ de

Figura 3 - Corografia Portuguesa, Cap. VII, página 239-240

de Aboim, Rico homem no tempo del Rey Dom Affonso o Terceiro; a quem acompanhou em França, & com elle veyo a este Reyno, aonde o fez seu Mordomo mór; & nam foy menos estimado de seu filho El Rey Dom Diniz, de cujo Côselho foy. Viveo em huma Torre, que alli ha junto da Aldea do Outeiro, a qual, dizem alguns, lhe deu Dom Martim Fagundes, Commendador de Leça, Tenente do Graõ Mestre, q̄ entãõ era dos cinco Reynos de Espanha na Ordem de S. João de Malta, Dom Gonçalo Pires de Pereira, natural desta Provincia: fez esta Doação em 20. de Julho de 1270. por ser pertença desta: & já no anno de 1260. Dom Frey Affonso Pires Farinha, Prior do Crato, com consentimento do Graõ Commendador de Espanha Frey Faraudo de Barriaco, lhe havia dado a de Villa-Verde, de que já fallamos, no termo da Barca; mas a meu ver deviaõ ser alguns quinhoens, que seus antepassados deixariaõ àquella Ordem Militar; pois por aqui viveraõ, & tiveraõ seus Solares, & neste particularmente viviaõ, que sempre foy Honra.

Era este Dom João de Aboim filho de Dom Pedro Ouriguez da Nobrgia, & neto de Dom Ourigo o Velho da Nobrega, tronco destas duas familias da Nobriga, & Aboins, & unidos por casamentos com o melhor de Portugal, & os mayores dos Reynos de Espanha delle descendẽ. Foy muito rico de bẽs, assim em Portugal, como em Castella, & fudou neste Reyno a Villa de Portel, a que deu foral cõ seu filho D. Pedro Annes de Portel, & poz seu appellido por nome a Villa Boim, quando a edificou perto de Elvas, & teve della o senhorio; & foy tam amigo da Ordem de Malta, que lhe fozitou ao Mosteiro de Marmelal, (aonde está enterrado) as Igrejas da sua Villa de Portel. Todos estes fidalgos amaraõ muito esta Ordem; delles ha illustre descendencia, como saõ os senhores da Barca, & os Costas desta Provincia por casamento de Gonçalo Affonso de Aboim com Maria Lopes da Costa. Tem os Aboins por Armas o escudo esquarterado: o primeiro enxequetado de ouro, & azul: no segundo tres pallas azuis em campo de ouro: timbre dous braços vestidos de azul, & nas maõs hum taboleiro de Xadrẽs aleonado, enxequetado de ouro, & azul. Incluíse este appellido nos Soufas por casamento de Dona Maria Pires, filha de Pedro Annes, com o Infante Affonso Diniz, filho del Rey Dom Affonso o Terceiro. Alguns tem ainda o appellido de Aboim, mas nam o Solar, q̄ este venderaõ os herdeiros em tempo del Rey Dom Affonso o Quinto a hum Fernãõ Martins, criado do Arcebispo de Braga, & por nam ser fidalgo pedio a El Rey lhe dẽsse privilegio para poder usar das Honras desta quinta, & Casa; o que lhe concedeo no anno de 1449. por serviços que havia feito na guerra. Passou depois aos fidalgos Camaras do Porto, & destes entrou na Casa dos senhores de Bayãõ por casamento de Fernãõ Martins de Sousa senhor de Bayãõ, com Dona Maria de Ataíde, filha de Fernãõ Gonçalves da Camara, & de sua mulher D. Brites Manoel, a quem herdou seu filho Christovaõ de Sousa Coutinho, senhor de Bayãõ, que hoje vive. E em Morgado está vinculada à Capella de S. Miguel da Cidade do Porto.

Tem este Couto huma Igreja Parochial da invocação de Nossa Senhora da Assumpção, Vigairaria annexa à Commenda de Tavora na Ordem de Malta, tem trezentos & dez visinhos; chama-se Mosteiro, & he tradiçãõ o foy de Freyras primeiro que entrasse a ser Commenda, & inda hoje ha hum rego por onde vem agua, a que chamaõ a Cal das Freyras.



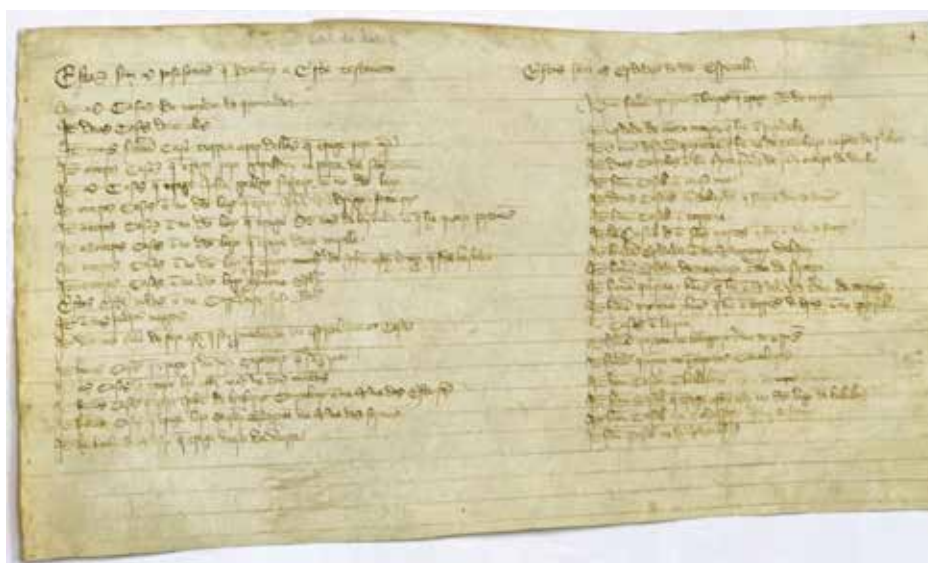
Documento 2 – Assento de Óbito do Padre José António Valente, na Ermida de São Marcos, constante no Livro de Registos Mistos, N.º 1 da Paróquia de Rio de Mouro; página [digitalizada] 198.

Transcrição:

«Aos 9 de Junho da Sobredita era de seiscentos e trin¹ ta e oito enterrei ao P[adr]e An[tóni]o da Cruz Valente meu fre² gues em a Igreja de Sam Marcos fes testamento e seu³ Sobrinho casado com sua Sobrinha Cosmo doliveira⁴ ficou por testamenteiro e por ser verdade me assinei⁵ A. Carvalho: - dizendo se lhe sete missas cada ano. Aonde elle esta⁶ enterrado e deve de se trazer ao cartório o treslado da p[ro]priedade, q[ue] a isso⁷ esta obrigada e se devem dizer por ordem do parochio visto ser freg[ues]⁸ e estar no destrito da freguesia; e isto fassa depois por ordem do p[ro]vedor [?] A. Carvalho⁹ [os texto nesta parte do assento está muito confuso de deteriorado].

Na margem esquerda superior: o P[adr]e¹ An[tóni]o² da Cruz³

Na margem direita superior: Fes dous officios¹ c[om]licen[ça]² mais hum³



Documento 1 – Listagem dos bens de D. Maria Aboim, atribuídos à sua Albergaria-Hospital. Cota: AML – AH, Casa de S. António, Livro 1 do Hospital de D. Maria Aboim; documento 2 B.

Normas de transcrição:

Optamos por manter o texto na sua máxima pureza; Desdobrando apenas as abreviações repondo os caracteres abreviados entre parêntesis rectos [a]; assim, como em palavras elegíveis [?]; e, nos comentários, nossos, ao texto que neste caso para além de aspas são em corpo mais pequeno; A marcar a mudança de linha barra vertical numerada a vermelho |⁰ que passa a dupla em final de texto ou de parágrafo.

A leitura é da responsabilidade de: Rui Oliveira

Fontes documentais:

ANTT:

-Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, liv. 8, folha 15v.

Arquivo Municipal de Lisboa:

- PT/AMLSB/CMLSBAH/CSA/01/0067/0045

Arquivo e Biblioteca Digital – Secretaria - geral - Ministério das Finanças:

- PT/ACMF/CJBC/LIS/SIN/ARROL/005 (Processo)

Registos Paroquiais:

<https://tombo.pt/>

Sintra; Paróquia de Rio de Mouro; Livro Misto 1

Bibliografia:

Archivo Histórico Portuguez [1906] «*D. João de Aboim*» Tomo IV; pp 106 – 194.

AMBRÓSIO, António [1994] «*Crónica*»; *In*: Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; pp 417-429.

CORREIA, Fernando da Silva [1941]. «*Os velhos Hospitais da Lisboa Antiga*»; *In*: Revista Municipal, Nº 10; ano II; Quarto Trimestre; pp 3 -13.

COSTA, António Carvalho da [1706] «*Corografia Portuguesa e descripçam topográfica*». Tomo I; Lisboa; pp 239 -240.

Notas:

1 – Por acervo documental escrito na ANTT, detinham em São Marcos propriedades, sendo confinantes, as seguintes Canónicas: São Vicente de Fora, Santo Eloy e o Mosteiro de Alcobaça.

2 - Estes vestígios construtivos do século XV, bem cuidados no presente, integram a Sala de Visitas do Popular e Idóneo Infantário e Tempos Livres O Sítio do Pica-pau Amarelo, em São Marcos.

3 – Em termos documentais escritos, antigos, esta designação *Quintã da Agoalva* reporta-se à grande quinta dos Loios, ou seja aos bens de raiz do Hospital-Escola cuja fundação se deve a D. Domingos Anes Jardo, com o Título de: São Paulo Santo Eloy e São Clemente, em Lisboa no Finais do Século XIII.

4 - Revista do C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, Tomo VI, de 1994; pp 417 - 429.

Rui Oliveira

Março 2021

CAPÍTULO IV

FIGURAS LIGADAS A SINTRA

ALGUMAS FIGURAS NOTÁVEIS DE UMA FAMÍLIA ANGLO-PORTUGUESA

Em meados do século XIX instalaram-se em Sintra William Lawrence e sua esposa Jane, tendo comprado a estalagem, onde Byron esteve em 1809, mais tarde conhecida como *Lawrence's Hotel*. Foi uma figura de grande notoriedade em vários círculos pois pelo seu hotel passaram muitos vultos da nossa cultura.

Mais tarde, a gerência passou para a sua filha Jane, casada com William Oram. O hotel, enquadrado por arvoredos frondosos, já era muito conhecido e oferecia aos seus hóspedes: “todas as comodidades e uma excelente mesa”, como um jornal da época noticiava.

Jane Lawrence e o seu hotel são citados em várias páginas de “Os Maias” de Eça de Queiroz, um dos clientes do Lawrence, tal como outros escritores, que ali ficavam quando vinham a Sintra, *inter alios*, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato, Ramalho Ortigão e Trindade Coelho.

Jane Lawrence teve vários descendentes, entre os quais Alice Maud Lawrence Oram, poetisa, contista, jornalista, tradutora, melómana e pianista e correspondente de vários jornais ingleses entre os quais o *Daily Mail*, da *Agência Reuters* e foi também representante da *Associated Press*. Alice Oram testemunhou a queda da monarquia e foi ela que deu a notícia para o estrangeiro da proclamação da República, tendo-se envolvido nos conflitos, percorrendo as ruas, para com o seu testemunho, enviar as notícias para outros países, tendo estado presa no *Aljube* mas depois libertada. A sua detenção foi noticiada pela imprensa de vários países.

Espírito livre, que marcou o panorama cultural de Sintra e do país, era monárquica e defendia, com vigor, as suas ideias e convicções profissionais e políticas.

Na sua casa de Lisboa promovia várias tertúlias e pela sua incansável actividade jornalística e curiosidade cultural conheceu, ao longo da vida muitas pessoas de todos os quadrantes. Se Alice Oram tivesse escrito as suas memórias muito se iria possivelmente perceber acerca de alguns factos nunca esclarecidos numa época de forte turbulência política e social.

Um dos filhos de Jane Lawrence foi William Lawrence Oram, administrador das propriedades da família Cook, entre as quais Monserrate. William Oram tinha várias propriedades, entre as quais a Quinta da Boiça, uma quinta citada em documentos medie-

vais¹. Os vestígios e as memórias que perduraram indicam que ali existiu, em tempos recuados, uma ordem religiosa cujo rasto se perdeu no tempo².

A filha de William Oram, Mabel, casou com António Soares jr, médico muito estimado pela população, tendo exercido no extinto hospital da Misericórdia de Sintra e no seu consultório na Casa do Arco da Vila de Sintra onde se encontra um painel de azulejos em sua memória.

*
* *

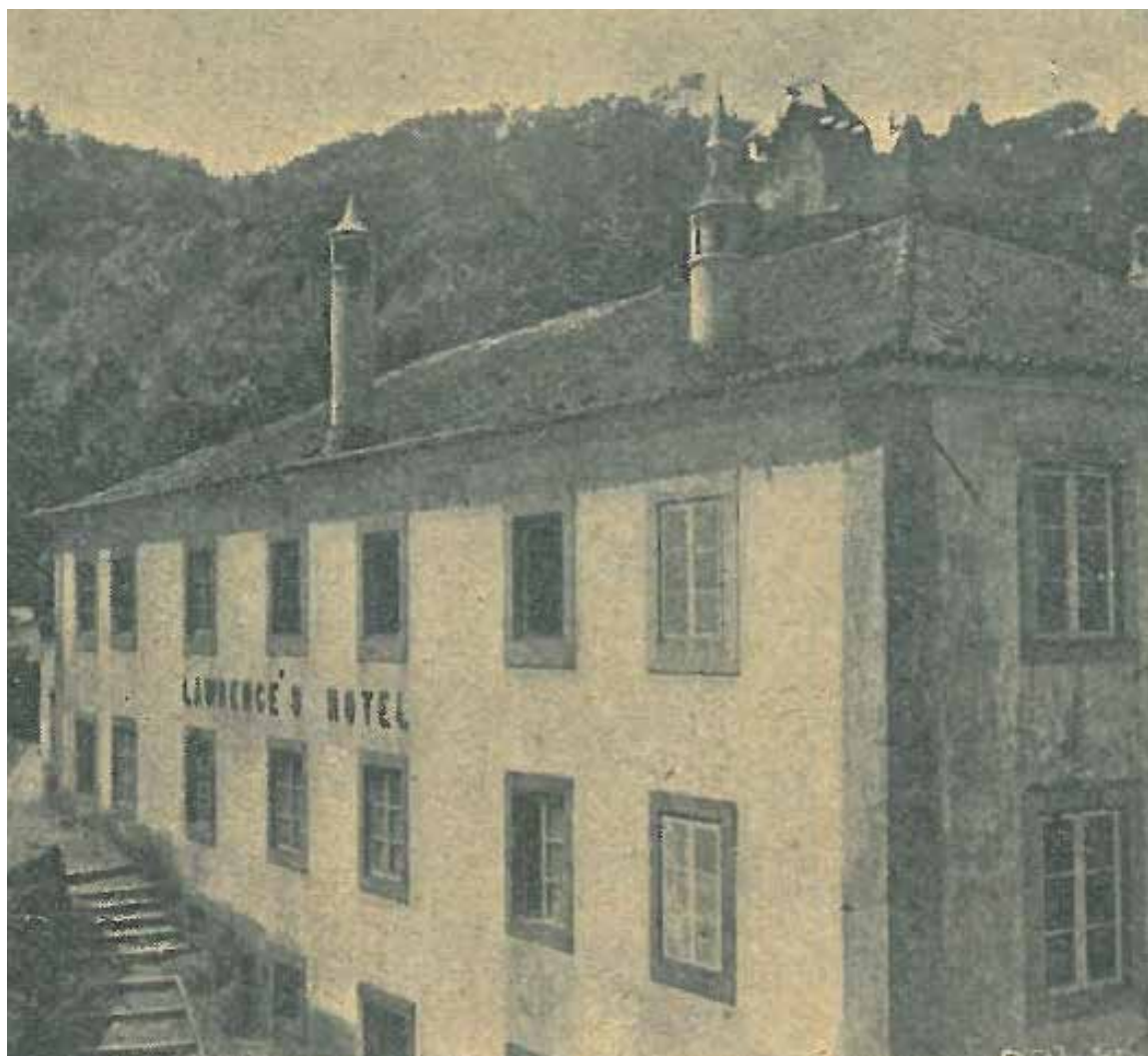
A ADPS expressa o seu maior reconhecimento a Cristina Maria Oram Campos Soares, neta de Mabel e de António Soares e filha de Maria Eugénia Campos Soares de quem herdou a Quinta da Boiça, que nos disponibilizou fotografias e outros elementos para esta evocação sintriana.



Quinta da Boiça.

¹ Palácios e Quintas de Sintra – Luís Lawrence Oram Soares, 2009.

² Depois da Quinta do Relógio a primeira rua à esquerda denomina-se Caminho dos Frades.



Lawrence's Hotel – Foto de Luíz Oram. Cintra Pinturesca – António A. R. da Cunha.
Lisboa – Empreza da História de Portugal 1905.



Pequena leiteira
Espólio Lawrence's

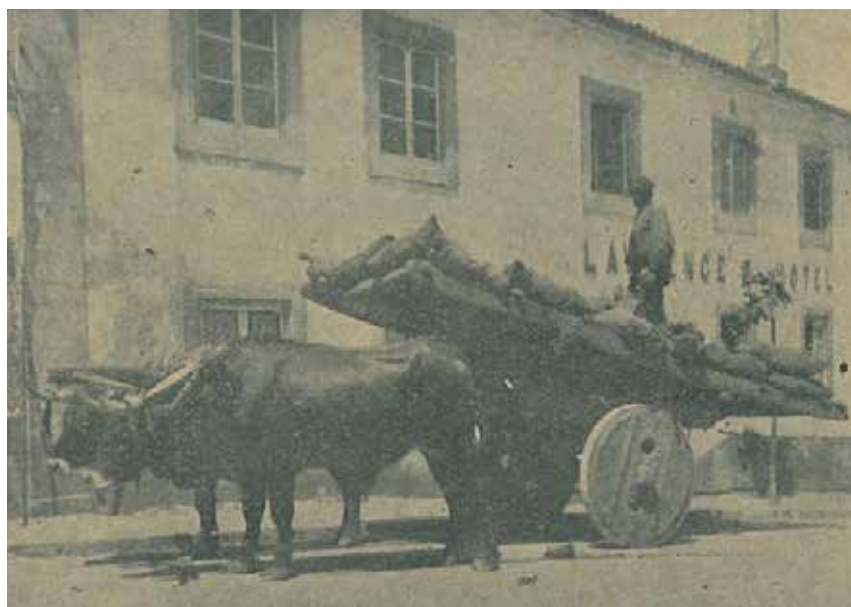


A – Jane Lawrence
B – Mabel – neta de Jane Lawrence

Jane Lawrence
“A Lawrence”



Lawrence's Hotel
Foto de Luíz Oram.
Cintra Pinturesca –
António A. R. da Cunha.
Lisboa – Empreza da
História de Portugal
1905.



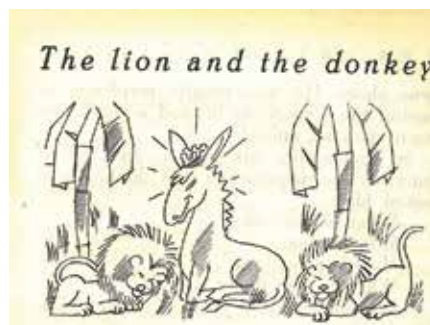
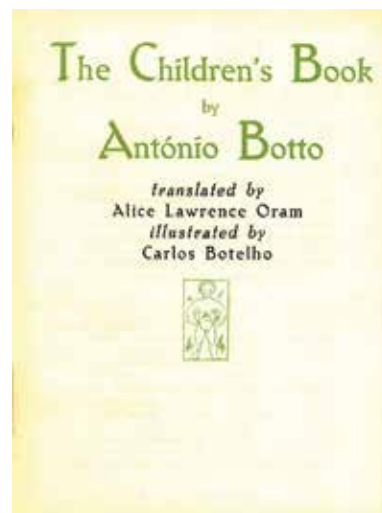
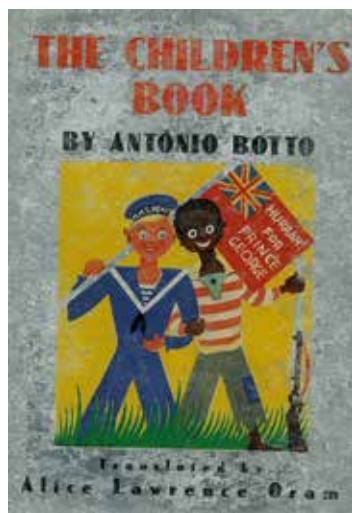
A – Jane Lawrence
ladeada pelas suas netas.
B – Mabel
C – Lilly





Daily Mail

Alice Oram





António José Soares e sua esposa Mabel



António Soares Júnior prestou cuidados médicos na Flandres e durante a Pneumónica socorreu muitos doentes em Sintra e arredores para onde se deslocava a cavalo quer de dia ou de noite.

Aos doentes pobres não cobrava honorários e além disso deixava amostras de medicamentos e no caso de não os ter dava dinheiro para os doentes conseguirem comprá-los na farmácia.

Foi um médico distinto, não só na sua especialidade (obstetrícia) sendo também muito conhecido pelo seu “olho clínico”, o que levou até ele muitos pacientes a quem prestou inestimáveis cuidados médicos.



William Oram



A **Quinta da Boiça** – uma floresta relíquia, repleta de carvalhos, pinheiros, sobreiros, medronheiros e toda uma vegetação autóctone sintriana.

Nesta propriedade existem minas de água, uma presa, tanques e uma fauna diversificada.



A – Maria Eugénia Oram Campos Soares. Convívio na Boiça.



Imagem actual da casa da Quinta da Boiça, uma antiquíssima ermida medieval que foi, há muito tempo atrás adaptada a habitação. Há aproximadamente 50 anos a casa sofreu um violento incêndio, causando um enorme desgosto a Maria Eugénia Oram Campos Soares, neta de William Oram, que com enorme tenacidade e energia a reconstruiu. À sua memória a ADPS presta homenagem pelo seu intenso labor para a conservação do património natural e cultural de Sintra.

EVOCACÃO DO PROFESSOR MÁRIO DE AZEVEDO GOMES

PREÂMBULO

Ana Luisa de Azevedo Gomes Baeta Neves

A propósito da celebração do quadragésimo aniversário da nossa Associação, fui convidada para escrever um texto evocando a memória do Professor Azevedo Gomes, meu avô materno, com especial foco na sua relação com Sintra. Honrosa tarefa, porém pesada pelas exigências da sua feitura. Primeiro, por me faltar o talento para exprimir em toda a sua amplitude a ligação tão profunda que tinha com Sintra e, em segundo lugar, pelo meu insuficiente conhecimento acerca do conteúdo científico dos trabalhos que meu avô realizou no Parque da Pena. Este aspecto requeria um especialista que conhecesse bem de perto o seu trabalho e possuísse a necessária capacidade de verbalização. Mas por outro lado senti que tinha algo a dizer acerca das razões mais remotas da ligação do meu avô com Sintra no plano familiar durante as suas infância e juventude.

Nestes termos propus uma solução: evocar a ligação profissional e científica do meu avô utilizando um texto intitulado *O Prof. Azevedo Gomes e o Parque da Pena*, escrito por meu pai em 1966, ainda sofrendo o choque da morte recente do seu Mestre. Dificilmente se encontraria testemunho mais qualificado e melhor conhecedor da obra do meu avô. A segunda parte da proposta seria a minha própria recordação das memórias que hoje tenho, especialmente resultantes do convívio durante os passeios e as estadias em Sintra e no Parque em sua companhia. A minha sugestão foi aceite. Porém, penso que será melhor começar algum tempo mais atrás, recuando até à juventude do meu avô, para melhor explicar as origens da sua ligação a Sintra.

O Comandante Manuel de Azevedo Gomes, pai do evocado, no desempenho de algumas missões de oficial da Armada Portuguesa era por vezes forçado a longas ausências de Lisboa. Em algumas delas, especialmente as mais demoradas, como o período de cerca de três anos no Comando Naval Português do Oriente sediado em Macau, era acompanhado pela esposa e pelas filhas. Porém tais ausências não eram compatíveis com os estudos do filho Mário que, durante esses períodos, ficava ao cuidado de sua avó materna, a Condessa d'Edla. Por essa razão passava com frequência temporadas mais ou menos longas em Sintra, em especial durante as férias escolares, instalado no Chalet, em pleno coração do Parque. Durante essas estadias costumava percorrer os seus caprichosos caminhos, aprendendo a

conhecer as árvores, certamente beneficiando da sabedoria de sua avó, profunda conhecedora dos belíssimos espécimes da mata, muitos dos quais plantados durante o período do seu casamento com D. Fernando II. Com estes antecedentes é naturalíssimo que Mário de Azevedo Gomes tenha adquirido fortes laços afectivos com o Parque da Pena, além do precoce conhecimento das árvores, que explica o seu interesse pela Dendrologia, especialidade na qual atingiu o reconhecimento de elevadíssima competência.

Concluído o curso de Engenharia Agronómica e encetada a carreira profissional, meu avô constituiu família tendo tido sete filhos. A vida familiar caracterizava-se por um convívio muito próximo, especialmente durante as férias de verão passadas na grande casa da Parede que havia sido mandada construir por seu pai no início do século XX.

Não vem a propósito relatar aqui as maravilhosas recordações que guardo desses tempos de infância e adolescência passados no seio de uma família muito unida em que sempre foi dada uma atenção especial ao bem-estar e à educação das crianças. Neste momento apenas desejo referir o prazer que o meu avô tinha quando a família o acompanhava em algumas das suas frequentes visitas ao Parque da Pena durante o verão. Recordo com muita saudade a sua presença em longos passeios, ensinando-nos os caminhos para os mais belos recantos do Parque, do Castelo, de Monserrate e outros maravilhosos cenários. Assim fez nascer nas netas mais velhas, aquelas cuja idade lhes permitiu acompanhá-lo mais vezes, um sentimento de grande familiaridade e autêntica devoção a Sintra. São desses passeios e desse convívio muitas das mais gratas recordações de infância e juventude. A ele as devo. Com ele e com meus pais aprendi a amar Sintra como se lá houvera nascido.

Segue-se a parte mais relevante desta evocação com um texto escrito pelo meu Pai em 1966, pouco após a morte de meu avô. O texto foi publicado na «Gazeta das Aldeias» (nº 2572, de 1 de Agosto de 1966) mas transcrevo-o a partir de um manuscrito, pelo que poderá ter algumas pequenas diferenças em relação à versão impressa na «Gazeta». Em especial duas das fotografias não são agora apresentadas por não se terem encontrado os originais.

*
* *

O PROF. AZEVEDO GOMES E O PARQUE DA PENA

Prof. C. M. L. Baeta Neves

Engenheiro Silvicultor

Depois de mais um pequeno interregno na minha colaboração habitual, correspondendo a um período de inquietação de espírito e de ocupação de tempo, que não me permitiram redigir os artigos destinados aos dois números anteriores desta revista, volto agora, não sem trazer comigo uma disposição diferente embora ainda mais firme em muitas das ideias e pontos de vista expendidos ao longo de tantos anos de persistente actividade como publicista técnico.

E se uma primeira pausa nessa actividade, oportunamente anunciada, durante 1965, correspondeu a trabalhos de natureza pedagógica cuja importância quase totalmente me absorveu, esta outra mais recente, motivou-a o desastre, e as suas trágicas consequências, sofrido pelo Prof. Azevedo Gomes nos últimos dias do mês de Novembro desse ano.

Dominado ainda pelos sentimentos de angústia e saudade – que muito legitimamente correspondem a tão infaustos acontecimentos, não deixará o leitor de compreender e aceitar a escolha feita do tema deste artigo, com que volto a retomar a minha colaboração na «Gazeta».

Se os actos de cada um podem e devem em parte ser modelados pelos exemplos que mais e melhor nos inspiram, não podia eu ao referir o nome do Prof. Azevedo Gomes, tomar atitude diferente; parar na luta pelo ideal que me inspira, a valorização da Engenharia florestal, e com ela a do próprio País, seria o maior despropósito perante o exemplo inegalável de persistência que foi a vida de tão notável Mestre de Silvicultura e egrégio cidadão.

*
* *

Ficará para mais tarde, e para quem melhor o possa fazer do que eu, a tarefa de escrever a biografia do Prof. Azevedo Gomes; ela bem merece a inspiração de um escritor que saiba dar o devido relevo a quanto caracterizou e influenciou a sua ímpar personalidade, de molde a transmitir ao leitor, na apreciação crítica a realizar e nas conclusões a deduzir, todo o partido cívico que oferece.

Mas quem o fizer não poderá deixar de ir procurar no Parque da Pena uma das fontes de inspiração de muitos dos actos e das atitudes pessoais do biografado, se os quiser interpretar no seu significado mais íntimo.

Viveu ali o Prof. Azevedo Gomes alguns anos da infância e da mocidade, e depois de adulto não deixou mais de o frequentar assiduamente ao longo de toda a sua longa vida.

E ainda neste Verão ali voltou mais uma vez para fazer observações dendrológicas, nunca desistindo de aproveitar aquele riquíssimo manancial de temas de estudos florestais, até à última, manancial infelizmente tão pouco explorado, e que nenhum outro, entre os raros que se têm dedicado a tais estudos o fez com mais elevação e conhecimento de causa.

No primeiro volume do «Guia de Portugal», aquele que foi dedicado pelo seu organizador, Raúl Proença, a Lisboa e arredores, publicou o Mestre uma breve descrição do Parque da Pena; e como um artista dedicado a fazer as mais belas miniaturas, ali ficou descrito, no curto espaço que lhe foi dedicado, tão afamada maravilha, retratada assim por quem não podia ser excedido nem em competência para o fazer nem em amor por ela.

Iniciadas desde os primeiros tempos em que ocupou o lugar de Professor de Silvicultura as visitas ao Parque com os alunos da sua cadeira, acrescentadas a essas curtas estadias com objectivos pedagógicos, aquelas outras mais demoradas, ou simples passeios, que muitas vezes ali o levaram, nunca o Prof. Azevedo Gomes deixou de ir vivendo o prazer de se encontrar no meio do arvoredo que quase conhecia desde a sua origem, e de que muitos exemplares, por tanto os ter acompanhado durante toda a sua existência, dele se podiam aproximar como irmãos.

E embora se force aqui poeticamente quanto pode ligar o parentesco entre seres de tão diferente natureza, a realidade de tal parentesco existe no aprumo, na firmeza e na distinção dos mais belos exemplares das árvores do Parque da Pena, com que o Prof. Azevedo Gomes rivalizava em tudo quanto possa distinguir o comum ou banal do dificilmente igualável pela raridade que distingue os exemplos excepcionais.

Vem mais tarde a público o seu trabalho *O género «Pseudotsuga» no Parque da Pena (Sintra)*, feito em colaboração com o Prof. Fernando Raposo, ao tempo Professor auxiliar da Cadeira de Silvicultura, publicado nos «Anais do Instituto Superior de Agronomia» (Vol. X, 1939), primeiro de uma série a que deu o título geral de “Estudos Dendrológicos”, como nova frutificação do seu labor como estudioso dos arvoredos de tão notável arboreto.

E o tema de tal forma o interessou, e tanto se preocupou com o rigor das conclusões a que chegara, que nessa última visita feita ao Parque, mais uma vez tentou, perante exemplares mais jovens, de plantação recente, e de acordo com novas informações bibliográficas, certificar-se do seu acerto, pronto sempre a rever os pontos de vista pessoais e a retocá-los de acordo com novas observações ou raciocínios, numa permanente preocupação de aperfeiçoamento e actualização de ideias.

Não se interromperam nunca essas visitas e essas observações; o Prof. Azevedo Gomes, andarilho de tão justa fama, juntava ao prazer de andar pelas ruas do Parque, no sentido do exercício físico, o encantamento da beleza própria que tanto o sensibilizava, o interesse pelo evoluir dos representantes de tantas e variadas espécies florestais ali representadas, e certamente ainda as muitas recordações de família que desde a sua infância o foram prendendo sentimentalmente a inúmeros dos seus poéticos recantos.



O Prof. Azevedo Gomes, na sua última visita ao Parque da Pena (fim de Agosto, 1965) observando a frutificação de um exemplar de Abeto. Foto do autor.

Afastado da Cátedra que de forma tão rara tanto soubera honrar, foi ainda no Parque da Pena que o seu dinamismo, o seu entusiasmo florestal e o seu espírito estudioso encontraram o ambiente propício não só para minorar a agrura da injustiça sofrida mas, também para aplicar utilmente a actividade profissional, assim limitada por tão ingratas circunstâncias aos estudos a que sempre e com tanto prazer se dedicara.

E nasceu assim a sua obra mais notável, o monumento que para sempre o fará lembrado como um exemplo, nos múltiplos aspectos de superioridade de inteligência nela revelada com a maior pureza e exuberância, a *Monografia do Parque da Pena*.

Já numa outra oportunidade, nas páginas desta revista, divulguei a minha opinião sobre este trabalho; estarei agora a repetir-me, mas por muito que o faça nunca conseguirei convencer o leitor de quanto afirmo se este não quiser fazer a leitura, de algumas páginas que seja, de tal obra.

Surprendê-lo-á, como a mim próprio, o interesse com que nos prende o seu Autor, e quanto nos poderia parecer antecipadamente monótono ou até maçudo, apenas capaz de interessar a especialistas, revela-se-nos surpreendentemente atractivo e deleitoso.

Teve assim o Prof. Azevedo Gomes a rara e inesperada oportunidade de reunir num só volume, demasiado compacto aliás quanto à composição tipográfica, por culpa de quem não lhe quis dar maior relevo, todas as observações realizadas ao longo de dezenas de anos, recordações de vária ordem relacionadas com cada uma das áreas estudadas ou exemplares descritos, com aquelas outras observações feitas na altura. E se não tivesse tal ensejo (caprichos do destino!) talvez não pudesse ter ficado para a posteridade uma obra tão rica de experiência e saber, que nenhum outro poderia ter realizado com maior competência.

Entretanto o Prof. Azevedo Gomes, sempre desejoso de encontrar explicação que o satisfizesse para quanto ia observando, montou diversos postos meteorológicos naquele Parque e em 1957 publicava os resultados de quatro anos de observações (*Estudos e Informações*, Direcção- Geral dos Serviços Florestais, nº 77-A3), a partir das quais chegou a resultados do maior interesse sobre as condições ecológicas locais, especialmente de natureza microclimática, no que, neste caso, da presença do arvoredo estão dependentes.

Destacando ainda do muito que a Monografia lhe ofereceu como assunto dendrológico, publicou no «Boletim da Sociedade Broteriana» (Vol. XXXII 2ª série, 1957) numa nota sobre *Algumas árvores notáveis do Parque da Pena*, aquelas mesmas com que o seu vulto se confunde.

Retomada a sua posição na Cátedra, onde ainda pôde durante mais alguns anos exercer o magistério, no seu nível mais alto em competência e dignidade moral, atingida a idade em que a lei impõe, neste caso, a despropositada reforma tão lúcido estava ainda o seu espírito e tão sadio o seu corpo, continuou ainda e sempre o Prof. Azevedo Gomes a frequentar o Parque da Pena e a realizar ali estudos sobre o seu tema dilecto, a Dendrologia. Deles resulta um novo trabalho publicado na revista dos Estudantes de Agronomia, «Agros», no nº 6, de 1962, *Novas gerações híbridas de Abetos no Parque da Pena*, onde, mais uma vez se revela a agudeza e lucidez do seu raciocínio, a servir o entusiasmo sempre vivo pelas observações para as quais o Parque lhe oferecia inúmeras oportunidades.

Não abrandava no seu íntimo nem esse entusiasmo nem o interesse pela matéria que foi durante toda a sua vida aquela que profissionalmente, dentro da Silvicultura, mais o

seduziu, à parte os aspectos económico-sociais da Agronomia que dominavam ainda mais alto todo o seu pensamento. Não quis Deus permitir-lhe que viesse a ver publicado quanto tencionava escrever sobre o mesmo tema, a partir de observações realizadas este Verão, as quais foram completadas na última visita feita ao Parque, numa afirmação ímpar de vitalidade e dedicação ao estudo; mas poderá mesmo assim afirmar-se que o Prof. Azevedo Gomes terminou os seus dias trabalhando, dedicado à especialidade que, com tão rara competência e invulgar fervor serviu.

*
* *

Não morrem de facto aqueles cujas obras se prolongam pelos séculos, pela contribuição dada para o progresso, qualquer que seja a modalidade deste; a sua permanência na memória de cada um, dada pela consagração da História, não permite que se apague a recordação da obra feita ou dos actos mais notáveis praticados. A Silvicultura portuguesa não poderá jamais esquecer a figura do Prof. Azevedo Gomes que, embora Engenheiro Agrónomo de profissão, por tanto se lhe ter dedicado não poderá deixar de ser considerado por todos os Engenheiros Silvicultores como um seu colega “Honoris causa”, título que nenhum outro mereceria com maior justiça.

E não foi só a sua obra como estudioso de problemas florestais e como Mestre de Silvicultura que o justificam, mas mais ainda quanto fez para valorizar a Engenharia Florestal chamando ao curso de Engenheiro Silvicultor, através das suas palavras e exemplo, um maior número de alunos, dando-lhes assim o apoio do entusiasmo por uma profissão que, não sendo a sua, lhe mereceu a maior dedicação, e pela qual, em todas as situações, se bateu como nenhum outro terá feito com mais sincera convicção dos seus direitos e interesse nacional.

O Parque da Pena foi o elo de ligação entre Engenheiros Agrónomos e Engenheiros Silvicultores que o Mestre ali reunia, ainda como alunos, quando frequentavam a sua cadeira; o Parque da Pena ficará assim como elo de ligação entre as duas classes afins, de cuja colaboração mais íntima depende em grande parte o futuro de Portugal, e o Prof. Azevedo Gomes o símbolo dessa colaboração, que ele próprio viveu durante toda a sua vida.

Nunca as duas classes deverão esquecer a lição inegalável que lhes legou, neste como em tantos outros aspectos da sua tão invulgar como superior personalidade, para que dessa colaboração resulte a mais pronta e completa satisfação, no que dela dependa, do supremo ideal do Mestre, o maior progresso da Agricultura e Silvicultura nacionais e, com ele, o da própria Nação.

«EH! SENHOR BRIGADEIRO!»

OU EVOCAÇÃO DOS FRATERNOS AMANTES DE SINTRA...

- «Eh!! Senhor Brigadeeeeiiiro!!!» - Gritou um tipo barbudo empoleirado sobre um monte de grandes pedras que enchiam toda a caixa de um enorme camiãõ que acabava de parar frente à Câmara Municipal de Sintra. – «Eh! Senhor Brigadeiro!» Rapidamente todas as janelas do edifício se encheram de rostos espreitantes e curiosos... E, de súbito, abriu-se de par em par uma das vidraças daqueles solenes Paços do Concelho e no vão apareceu emoldurada a inconfundível figura, simultaneamente bem-humorada e severa, do Vice-Presidente da Câmara, o Brigadeiro Rogério Machado de Souza: - «Que é? Que se passa?» - «Venha ver, Senhor Brigadeiro! Trago o camiãõ cheio de novos monumentos e inscrições romanas!» - «Ah sim? Pois vou já aí!»

E, pouco depois, eu – que era o tal tipo barbudo que gritava –, o Vítor Serrão e alguns outros colaboradores içávamos o Senhor Brigadeiro para cima do camiãõ, para o meio de um “caos de blocos” formado por cipos, colunas, bases molduradas e outras vetustas pedras! Estávamos em 1981 e nessa precisa manhã tínhamos ido buscar uma enorme quantidade de monumentos da época romana que o dito barbudo lograra descobrir, pouco a pouco, em vários lugares concelhios, conseguindo a generosa oferta dos mesmos por parte das populações a fim de juntar todo esse riquíssimo espólio arqueológico no Museu de São Miguel de Odrinhas. Mas, após o matinal périplo recolector pelos campos e aldeias – e antes de irmos descarregar o precioso conteúdo do camiãõ no Museu –, rumámos a Sintra para mostrar ao Brigadeiro o fruto das nossas pesquisas e canseiras! Porque, enfim, ele não era um vereador qualquer! Além de militar e político, era também porém um erudito e um artista, além de uma pessoa cheia de personalidade, e a sua sensibilidade e interesse pelas coisas históricas e pelo Património de Sintra eram genuínos, fundamentados e evidentes; por isso, mais tarde e por vários anos, veio a ser Presidente da Associação de Defesa do Património de Sintra. Como também autêntico e manifesto eram o apreço e – mesmo – o afecto que nutria por quem trabalhava com entusiasmo, e desapego das conveniências ... Por isso e apesar dos seus 71 anos, desceu as escadas da Câmara a passo lesto, sorridente e sem se importar de ter sido chamado aos gritos cá de fora e à vista de todos por alguém que quase podia ser seu neto, e lá trepou animadamente para o camiãõ, onde todos nós, eu e os meus colaboradores, nos encontrávamos completamente desalinados e bastante emporcalhados em virtude dos esforços que fizéramos ao carregar aquelas velhas pedras – mas, também, imensamente felizes! Felizes pelas descobertas que ali trazíamos, mas felizes ainda

pela evidente e carinhosa atenção que os nossos trabalhos e nós próprios encontrávamos junto da alma sensível e da inteligência de um tão importante quão emblemático personagem, mas simultaneamente tão humano e desprezioso.

Aliás, nessa época “heróica” – que se veio a prolongar por alguns felizes anos, até atingir o seu auge com a classificação «Paisagem Cultural da Humanidade» –, existia em Sintra uma espécie de fraterna comunidade, em renovada evolução, que esbatia diferenças etárias, estatutos distintos, divergências políticas, dissemelhanças vivenciais, graus de experiência, díspares preparações académicas e demais desigualdades no comum amor a Sintra e ao seu Património. Irmanava-os uma confiança e um respeito mútuos, uma convergência de pontos de vista quanto a Sintra, e ainda quanto ao valor do Saber, do Afecto, da Solidariedade, da Causa Pública, da Tolerância, da História, da Dignidade do Ser Humano. Não havia, propriamente, nem senhores nem vassallos. Por isso, um entusiasta e jovem barbudo podia familiarmente gritar, à vontade e sem temor, de cima de um camião carregado de cipos parado defronte dos solenes Paços do Concelho: - «Eh!! Senhor Brigadeeeeiiiro!!!»

Mas também, noutras ocasiões: «Eh! José Alfredo!» «Eh! Pereira Forjaz!» «Eh! António Medina Júnior!» «Eh! Júlio Cortez Fernandes!» «Eh! Consiglieri Martins!» «Eh! Gonçalo Guimarães!» «Eh! Adriana Jones!» «Eh! Vítor Serrão!» «Eh! Hermínio Santos!» «Eh! Felício Loureiro!» «Eh! Thiago Braddell!» «Eh! Antigo Povo do Faião, da Granja dos Serrões, de Casal de Pianos e de outros sítios cheios de História!» «Eh! Padre Ambrósio!» «Eh! António Caruna!» «Eh! João Carlos Cifuentes!» «Eh! Edite Estrela!»...

José Cardim Ribeiro

2021

CARLOS MANUEL BAETA NEVES E A SUA RELAÇÃO COM SINTRA

Luís Filipe T. Gomes da Costa

Prof. Aposentado, Universidade do Minho

Introdução

A propósito da celebração do quadragésimo aniversário da Associação da Defesa do Património de Sintra (ADPS), entendeu a sua Direcção recordar algumas figuras que, em variadas áreas de actividade e sob diversos tipos de intervenção, se distinguiram por contribuir de modo relevante para a defesa ou divulgação do património da maravilhosa Vila de Sintra.

A este pretexto fui honrado com o convite para escrever um pequeno texto evocando o Professor Carlos Manuel Baeta Neves, com quem convivi muito de perto e a quem me ligaram profundos laços de amizade. Aceitei, embora receoso de, por inexperiência em trabalhos desta natureza, não ser capaz de descrever com a devida clareza tudo o que deveria ser dito a este propósito. Acedi ao convite também por dever moral, pois a minha consciência não me perdoaria se recusasse esta oportunidade para eu próprio prestar homenagem, mesmo que imperfeita, a quem tanto merece ser lembrado.

Não pretendi fazer uma biografia, nem sequer um *curriculum* mais ou menos desenvolvido; seriam ambos redundantes pois outros mais capazes já o fizeram. Em vez disso, decidi centrar a minha atenção sobre os aspectos que, a meu ver, melhor se enquadram no espírito desta louvável iniciativa da ADPS. Nesta linha, propus-me escrever um texto assinalando os diversos tipos de relação havidos, em variados contextos e em muitas ocasiões, entre Baeta Neves e Sintra, ao longo da sua vida.

As fontes que tinha à minha disposição eram de quatro tipos: (a) uma Fotobiografia ⁽¹⁾, (b) um *Curriculum Vitae* e Bibliografia ⁽²⁾, (c) algumas informações dispersas, tais como correspondência, textos de anteriores homenagens, etc. (d) e memória ou testemunhos de amigos e familiares. Infelizmente pouca utilidade teve a fonte do tipo (c) por não estar ainda devidamente tratada e arquivada. De todas estas fontes utilizei principalmente os factos mais relevantes para o tema, ou seja, aqueles que de algum modo se relacionavam com Sintra. Foi esta a metodologia.

Para a realização deste modesto trabalho tive a preciosa colaboração de minha mulher, Ana Luisa de Azevedo Gomes Baeta Neves, dedicada guardiã do arquivo documental e do espólio fotográfico da família. Sem a sua ajuda não ousaria aceitar este convite.

Quem foi Baeta Neves

Carlos Manuel Leitão Baeta Neves não é um desconhecido. A sua personalidade multifacetada foi já objecto de uma fotobiografia ⁽¹⁾, um prémio internacional, condecorações nacionais e várias homenagens que foram surgindo desde a sua jubilação, como Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia (ISA) em julho de 1986. Assim, a nível internacional, foi-lhe nesse mesmo ano atribuído o prémio da Fundação alemã *Johann Wolfgang von Goethe*, distinguindo a individualidade que mais se distinguisse na defesa da natureza e da paisagem na Europa. Também no plano nacional os seus méritos foram oficialmente reconhecidos, tendo sido agraciado em 1990 pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem de Instrução pela notável carreira docente e, no ano seguinte, com a Grã-Cruz de Mérito Agrícola e Industrial (Classe de Mérito Agrícola).

Mas admitindo que entre os leitores possa haver quem desconheça a natureza das suas ligações a Sintra, traçarei algumas notas biográficas que ajudem a situá-las no espaço e no tempo e a melhor entender as motivações e o contexto em que ocorreram.

Carlos Manuel Baeta Neves nasceu em Lisboa em 1916. Descendente de famílias Beirás, viveu desde criança em Lisboa, tendo completado o ensino secundário no Liceu Camões.

Durante a infância e a juventude nunca perdeu, porém, o contacto com as origens familiares, aproveitando as férias para visitar os parentes Baeta Neves em Góis e os Leitão em Leiria. Pôde assim manter vivos os laços familiares e o contacto com as terras e os campos originais. Julgo que as suas visitas aos avós em Bordeiro (Góis) e Leiria lhe proporcionaram as vivências com as serras e as matas que mais tarde influenciaram a escolha da sua profissão.

Em particular, as estadias na Casa Leitão em S. Pedro de Moel, pequena aldeia costeira encaixada entre o mar e o pinhal de Leiria que tão bem ficou a conhecer, foram decisivas para a opção pelo curso de Silvicultura do ISA que iniciou em 1933 e concluiu sem incidentes em 1938 como seria de esperar perante a forte vocação tão precocemente revelada.

Desde os primeiros anos da década de 1940, logo no início da carreira profissional, evidenciou grande facilidade de expressão e excelentes dotes de comunicador. Estas qualidades, aliadas a sólidos conhecimentos técnico-científicos, permitiram-lhe tirar partido das oportunidades que foi tendo para expor, divulgar e justificar as suas ideias e tornar-se conhecido. Assim foi adquirindo um estatuto de seriedade e competência, reforçado pela excelente capacidade de argumentação e pelo entusiasmo com que defendia as suas propostas.

Não sabemos exactamente quando aconteceram os primeiros contactos do jovem Carlos Manuel com Sintra, supondo-se apenas que remontem aos tempos de estudante de Silvicultura, provavelmente nas visitas de estudo a Sintra, com o Professor Mário de Azevedo Gomes cuja figura, aliás, é também evocada na celebração do quadragésimo aniversário da ADPS. Essas visitas decorriam no Parque da Pena e tapadas anexas percor-

rendo, professor e alunos, durante três dias ou mais, os caminhos que, ao sabor do acidentado relevo da serra, passavam pelas árvores mais notáveis do parque, numa actividade que o aluno Carlos Manuel considerava tão interessante quanto cansativa. Eram três dias passados a subir e descer, tentando acompanhar o passo estugado do Mestre que, apesar de não ser já um jovem, parecia não se cansar. É fácil imaginar o clima de camaradagem gerado entre todos eles, partilhando um interesse comum e estimulados por um cenário com a beleza e magnificência do arvoredo de Sintra. Para um jovem tão vocacionado como Carlos Manuel, esta experiência terá sido ouro sobre azul. Por isso não admira que o seu amor por Sintra tenha sido fulminante.

Mas não pense o leitor que esse “amor” resultou apenas do fugaz contacto de três dias no árduo sobe e desce da serra. Outra razão, talvez mais ponderosa, terá porventura exercido uma maior influência. De facto, entre o quartanista Carlos Manuel e uma jovem caloiria do ISA surgira outra espécie de amor, aquela que costuma acontecer entre as pessoas. Coisa normal, pensará o leitor, tratando-se de jovens na idade em que esse sentimento habitualmente se manifesta com mais força. Normal será de facto mas, no caso em apreço, aconteceu a jovem em causa ser precisamente filha do Mestre de Silvicultura, o Professor Mário de Azevedo Gomes.

Mau grado os hábitos austeros da época imporem muito maior recato e reserva entre os namorados do que acontece nos dias de hoje, com o passar do tempo o convívio entre o aluno e a família da noiva foi-se naturalmente estreitando. Ao longo desse período houve certamente muitas ocasiões para Carlos Manuel se aperceber da forte ligação do futuro sogro a Sintra e muito especialmente ao Parque da Pena, cujas razões são mais bem explicadas na evocação do Professor Azevedo Gomes. Nestas circunstâncias é certo que a sua aproximação à família da noiva contribuiu para reforçar a sua ligação a Sintra, aonde o Professor se deslocava frequentemente no decurso dos seus trabalhos de docência e investigação.

Ainda como aluno, Baeta Neves já trabalhava, desde 1936, como subinspetor fitopatológico, passando mais tarde a inspector. Ajudava assim sua Mãe, que havia enviuvado muito cedo, a suportar as despesas dos estudos universitários dos dois filhos, Jorge em Medicina e Carlos Manuel em Silvicultura.

Em junho de 1939 casou com Ana Maria Chambica de Azevedo Gomes, tendo a lua-de-mel sido passada, como não poderia deixar de ser, em Sintra.

Terminando o curso nesse mesmo ano, Baeta Neves foi contratado pela Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA), iniciando a sua actividade profissional na elaboração de planos de repovoamento florestal na Serra Amarela. Recém-casado, teve, durante esse trabalho a companhia da jovem esposa. Assim percorreram as agrestes serranias do norte, a pé e a cavalo, em pleno contacto com a natureza. Dificilmente o nosso “herói” encontraria melhor começo de vida profissional e conjugal.



O jovem casal Baeta Neves em 1939, algures na Serra Amarela.

Em 1940 passou a chefiar a Secção de Entomologia do Laboratório de Biologia Florestal da DGSFA, na qual se manteve até 1945, tendo estagiado, no início desse período, no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra para obter a especialização em Entomologia Florestal. Passou então a trabalhar no inventário das principais pragas florestais do Pinheiro Bravo, do Sobreiro e da Azinheira. Entre 1945 e 1949 dirigiu também, em acumulação, os Serviços Técnicos da Junta Nacional da Cortiça, continuando os estudos sobre a protecção do Sobreiro.

Em janeiro de 1945 deu-se outra mudança importante na vida profissional de Baeta Neves ao ser admitido como 2º Assistente do ISA, dando assim início à sua mais forte vocação: o Ensino. Assumiu as regências das Cadeiras de Entomologia Agrícola e Entomologia Florestal. Em 1945 e 1946 foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura, tendo trabalhado durante dois meses no Instituto Espanhol de Entomologia para completar a sua especialização em Entomologia Florestal. Consolidava-se assim uma das suas mais fortes vocações profissionais: a Entomologia.

Em 1951 prestou provas públicas apresentando uma tese sobre Entomologia Florestal, sendo aprovado por unanimidade, conquistando o título de Professor Agregado do ISA. Foi então contratado como 1º Assistente, realizando e estimulando estudos, em grande parte feitos pelos alunos sob a sua orientação e apresentados como Relatórios Finais dos respectivos cursos.

Em 1956 foi encarregado da regência da Cadeira de Aquicultura e Cinegética do Curso de Silvicultura até 1979 e depois das Cadeiras de Zoologia Florestal, de Parques e Reservas e de Protecção Florestal. Estas últimas especialidades confirmavam o surgimento de outra fortíssima componente vocacional que entretanto já começara a revelar-se: a Protecção da Natureza.

De facto, correspondendo a um dramático apelo do jovem poeta Sebastião da Gama pela salvação da Mata do Solitário na Serra da Arrábida, ameaçada de destruição, Baeta Neves, homem de causas, assumiu a luta imediatamente como sua, tomando a iniciativa de congregar um conjunto de personalidades do meio científico e cultural, de cujo esforço resultou a fundação, em 1948, da Liga para a Protecção da Natureza (LPN), primeira associação do género na península Ibérica, cuja actividade se mantém até hoje.

O marco seguinte na carreira docente foi o concurso público, em 1960, para Professor Catedrático de Entomologia Agrícola, cuja regência acumulou, durante largos anos, com as de outras Cadeiras dos cursos de Agronomia e Silvicultura, desenvolvendo intensa actividade docente, investigação, divulgação e intervenção sociocultural em vários domínios. Neste período foi também encarregado de representar a Licenciatura em Arquitectura Paisagística no Conselho Científico do INSA, regendo a Cadeira de Evolução da Paisagem dessa Licenciatura.

Durante esse período até à jubilação em 1986 ao atingir o limite de idade, Baeta Neves continuou activo em todos os campos, mantendo um ritmo assinalável de produção bibliográfica e participando em inúmeras iniciativas. Depois da jubilação a sua produção escrita baixou bastante por ter entretanto adoecido.

Faleceu em 1992 em Parede onde residia desde 1974.

Após a sua morte foi homenageado no ISA por ocasião do cinquentenário do início da sua actividade docente, com a inauguração do Centro de Ecologia Aplicada Professor Baeta Neves instalado no Casal Saloio da Tapada da Ajuda, no qual residira muitos anos até ir viver na Parede. Entre outras homenagens que entretanto foram prestadas à sua memória, a própria ADPS incluiu o seu nome na Evocação de Figuras Nacionais Ligadas a Sintra, levada a cabo em outubro de 2007.

Nesta resumida nota curricular enumerei as principais fases da carreira profissional de Baeta Neves. Mas prossigamos na pesquisa das fontes disponíveis.

Análise selectiva dos títulos da Bibliografia

Uma pesquisa cronológica da sua vastíssima bibliografia com mais de 1130 títulos ⁽²⁾, revelará a existência de alguns temas claramente relacionados com Sintra e merecedores de atenção. Começando por aí, podemos constatar o seguinte:

No seu primeiro artigo, escrito em 1936 ainda como aluno, publicou na Agros algumas notas sobre as Sequoias ⁽³⁾, árvores existentes no Parque da Pena. Em 1947 escreveu na Revista Agronómica sobre os insectos prejudiciais aos arvoredos de Sintra ⁽⁴⁾, reflexo de um dos temas que inicialmente mais o preocupavam: os insectos e os seus efeitos nas árvores. Ainda nesse ano, e apenas dois anos após ter iniciado a carreira docente, revelou também preocupações de outra natureza, ao sugerir noutro artigo a instalação de uma Escola Superior Florestal em Sintra ⁽⁵⁾. Em 1948 defendeu num artigo a criação do “*Arboretum* Nacional D. Fernando II” no Parque da Pena ⁽⁶⁾ e noutro artigo fez a divulgação deste Parque e da Mata do Buçaco ⁽⁷⁾. A propósito da fauna, publicou em 1951 um artigo sobre os cervídeos na Serra de Sintra ⁽⁸⁾.

Em 1955 escreveu novo artigo de índole mais geral simplesmente intitulado “Sintra” ⁽⁹⁾. Após alguns anos sem referências a Sintra, em 1961 divulgou a publicação da Monografia do Parque da Pena ⁽¹⁰⁾, obra maior do Professor Mário de Azevedo Gomes. Seguiu-se em 1962 um artigo sobre as plantas “invasoras australianas” da Serra de Sintra ⁽¹¹⁾ e uma resposta a uma consulta sobre Monserrate ⁽¹²⁾.

Durante cerca de quatro anos após o anterior artigo, nos títulos publicados pelo Professor Baeta Neves não surge qualquer referência a temas relacionados com Sintra, excepto o que escreveu em 1966 a propósito da morte do Professor Azevedo Gomes ⁽¹³⁾ ocorrida em dezembro do ano anterior.

Mas no verão desse ano ocorreu um facto novo cuja gravidade causou uma drástica alteração das prioridades: o grande incêndio na Serra de Sintra em 1966. Logo após o incêndio Baeta Neves publicou, o artigo “No Rescaldo do Fogo da Serra de Sintra” ⁽¹⁵⁾ e em 1967 um outro acerca das suas consequências para a vegetação ⁽¹⁶⁾. Desde esta época o tema dos incêndios florestais passou a ser uma das suas maiores preocupações.

Seguiram-se nesse mesmo ano três artigos de natureza histórica ligados a Sintra: “A Condessa d’Edla e o Parque da Pena” ⁽¹⁷⁾, “D. Fernando II e a Fundação do Parque da Pena” ⁽¹⁸⁾ e “D. João de Castro e a Serra de Sintra” ⁽¹⁹⁾. Em 1968 publicou mais um artigo sobre estudos da vegetação da Península de Lisboa (concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra) ⁽²⁰⁾ e um outro “Para um Melhor Aproveitamento Científico, Técnico-Florestal e Turístico da Serra de Sintra” ⁽²¹⁾.

Seguiu-se mais um longo período sem escritos com referência directa a Sintra até que em 1973 publicou uma série de cinco artigos sob o título geral “Ai Serra de Sintra, Serra de Sintra” ⁽²²⁾, seguido de outro longo período também sem referências a Sintra, até ao fogo de 1981 acerca do qual escreveu três novos artigos sobre incêndios florestais: “O problema

dos Fogos Florestais”⁽²³⁾, “A Propósito dos Fogos da Serra de Sintra (1966 e 1981)”⁽²⁴⁾ e “A Quem Cabe a Responsabilidade dos Fogos na Serra de Sintra”⁽²⁵⁾.

Em 1983 Baeta Neves retomou os temas ligados ao Parque da Pena, apelando por urgentes obras de restauro no Chalet da Condessa⁽²⁶⁾, evocando D. Fernando II: “D. Fernando II. O Rei Artista”⁽²⁷⁾ e “O Parque da Pena, Obra Artística de D. Fernando”⁽²⁸⁾.

Em 1985, a propósito do centenário do Professor Azevedo Gomes, Baeta Neves voltou ao tema do Arboreto D. Fernando II⁽²⁹⁾ como homenagem ao seu criador e publicou outro texto sobre “D. Fernando II e o Parque da Pena” no volume dedicado à comemoração do 1º centenário da sua morte⁽³⁰⁾. Por fim, retomou em 1988 o mesmo tema numa comunicação apresentada no I Congresso de Sintra sobre o Romantismo⁽³¹⁾.

Uma faceta característica de Baeta Neves que aqui sublinho era a disponibilidade para evocar os méritos de pessoas já desaparecidas mas merecedoras de homenagem. Na verdade a sua bibliografia inclui a evocação de figuras notáveis ligadas a Sintra, incluindo D. Fernando II, a Condessa d’Edla, Mário de Azevedo Gomes e até D. João de Castro.

A simples leitura dos títulos da sua bibliografia identificou, entre os mais de 1130 trabalhos que a compõem, 28 referências directas a Sintra, ou seja, um pouco mais que 2 %. Essa percentagem, aparentemente pequena, não significa que Baeta Neves tenha dedicado a Sintra menor importância em relação aos demais. A meu ver o verdadeiro significado é que a grande variedade de assuntos sobre os quais escreveu limitou naturalmente o tempo que poderia dedicar a cada um deles. Pelo conhecimento que tenho sobre a sua personalidade sei que, se mais longos fossem os dias, muito mais teria escrito. Nunca lhe faltaram inspiração, interesse ou motivos, apenas tempo. Com o dia-a-dia ocupado por tantas e tão variadas tarefas, não seria humanamente possível fazer mais.

Conclusão

Entre os muitos temas a que Baeta Neves se dedicou destacam-se os seguintes:

- Entomologia agrícola, florestal e dos produtos armazenados
- Prevenção e combate das pragas com ênfase na luta biológica
- Prevenção e combate aos fogos florestais
- Protecção da natureza e conservação dos recursos naturais
- Ecologia
- Ordenamento cinegético e aquícola
- Arquitectura paisagista
- História florestal, cinegética e aquícola
- Regionalismo
- Genealogia e heráldica familiar

Porém a bibliografia de Baeta Neves não refere a totalidade dos temas a que dedicou a sua atenção e inesgotável energia, faltando referência a alguns factos que sabemos terem merecido o seu interesse. Alguns deles só seria possível referenciar agora através de análise de correspondência e documentos não publicadas ou testemunhos escritos, pois os orais já vão rareando. Mas de momento essa fonte não está acessível pelo que, à excepção de um ou outro documento, apenas resta o recurso à memória.

Uma das facetas de Baeta Neves que merece ser referida é a disponibilidade para usar a sua influência e os seus conhecimentos para apoiar as justas aspirações dos alunos, remover obstáculos e resolver problemas, especialmente na obtenção de bolsas de estudo e na procura de locais para a realização de estágios e estudos. Reconhecendo-lhe esta faceta, Amílcar Cabral, um dos seus alunos preferidos, em conversa com os colegas, referia-se-lhe como o “abre-portas”.

Naturalmente, nem sempre algumas das lutas que travou foram bem-sucedidas, tendo sofrido por vezes alguns revezes. Porém só raramente os seus escritos deixaram transparecer sinais de desalento ou frustração. Em vez disso, graças ao espírito combativo e à convicção da validade das suas propostas ou da justiça das suas causas, encontrava argumentos em seu favor e utilizava-os, voltando à luta com habilidade e vigor.

Uma dessas lutas em que se envolveu com mais empenho visava a criação de um local próximo do Parque da Pena para acolher estudantes, professores e outros investigadores em visitas de estudo ou trabalhos de investigação a realizar em Sintra. Para isso encontrou um lugar excelente, a Casa de Santa Eufémia, próxima do edifício que albergava o Arquivo Florestal. Após conseguir vencer resistências várias, conseguiu a criação da Pousada Florestal a que foi dado o nome do Professor Mário de Azevedo Gomes. Equipada a preceito, dispunha de confortáveis alojamentos para professores e alunos e laboratório, cozinha e refeitório. Durante alguns anos este óptimo equipamento ainda foi utilizado pelos alunos do ISA mas mais tarde acabou por ser desactivado.

Se alguém tivesse porventura alguma dúvida acerca da extraordinária devoção que Baeta Neves nutria por Sintra, perdê-la-ia naqueles dias de 1966 em que o fogo descontrolado devastou a Serra. Minha mulher e eu próprio acompanhámo-lo no seu obstinado esforço de colher informações sobre a evolução do incêndio e seguir de perto a tremenda luta travada pelos bombeiros, guardas e tantos voluntários. Baeta Neves, ao volante do Jeep, transportava água e mantimentos para a frente, ajudando em tudo que fosse necessário. Recordo bem a noite em que o fogo, tendo subido do lado sul pela encosta de Santa Eufémia, já descia para norte, ameaçando o edifício que albergava o Arquivo Florestal. Aí se estabeleceu uma linha de combate que, com a abnegação dos resistentes e a sorte de uma mudança de vento, conseguiu salvar o insubstituível espólio.

Em reconhecimento pela ajuda prestada voluntariamente por Baeta Neves nesse incêndio, o Diretor-geral dos Serviços Florestais e Aquícolas agradeceu-lhe nos seguintes termos:

«Cumpre-me agradecer todo o esforço e interesse que V.Ex^a. se dignou dispensar ao recente incêndio registado no Perímetro Florestal da Serra de Sintra e, em especial, à acção dispendida no sentido da conservação e protecção do Parque da Pena, que resulta não só do seu reconhecido interesse pessoal como também de laços de família.»

Creio que essa emergência reforçou em Baeta Neves a consciência de que não só era imperioso pôr a salvo toda a documentação do arquivo, como também estudá-la e divulgar o seu conteúdo. Pela sua parte foi o que fez, prosseguindo os seus estudos de história florestal, aprofundando-os e divulgando os resultados.

Certamente muito mais poderia ser dito acerca das relações de Baeta Neves com Sintra mas o pouco tempo que pude dedicar a este trabalho e a falta de alguma documentação ainda não disponível, não me permitiram alcançar completamente o que desejava. Espero, contudo, que o resultado permita dar ao leitor uma ideia razoavelmente fiel de quem foi Baeta Neves e do que fez para estudar, conhecer, divulgar e defender Sintra.

Termino transcrevendo as palavras que Baeta Neves escreveu na separata de um dos muitos artigos que escreveu acerca de Sintra, dedicando-as a sua mulher:

Para a minha querida Ana Maria, lembrando o que nos prende para sempre a Sintra, do

*Carlos Manuel
17/V/1949*

Referências

- (1) Peneda, Ignacio Garcia, “Baeta Neves, Pioneiro da Conservação da Natureza”. Liga para a Protecção da Natureza, Ed., Lisboa, 2016.
- (2) Instituto Florestal, “Homenagem ao Professor Carlos Manuel Leitão Baeta Neves nos 50 anos de início da sua actividade docente – Curriculum Vitae e Bibliografia”. Gabinete de História Florestal, Lisboa, 1995.
- (3) Baeta Neves, C. M. L., Algumas Notas sobre as Sequoias - “Agros”, ano XIX, nºs. 4 e 5, julho-outubro, p. 167-173, Lisboa, 1936.
- (4) Baeta Neves, C. M. L., Alguns Insectos Prejudiciais aos Arvoredos de Sintra - “Revista Agronómica”, ano XXXV, Tomo II, p. 128-142, Lisboa, 1947.
- (5) Baeta Neves, C. M. L., Ainda o Ensino Superior Florestal e a Instalação da Escola Superior Florestal em Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 52, nº 2122, 1 de novembro, p. 805- 807, Porto, 1947.
- (6) Baeta Neves, C. M. L., Mais uma vez o “Arboretum Nacional D. Fernando II” de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 53, nº 2147, 16 de novembro, p. B70-871, Porto, 194B

- (7) Baeta Neves, C. M. L., O “Parque da Pena” e a “Mata do Buçaco” - “Gazeta das Aldeias”, ano 53, nº 2137, 16 de junho, p. 471-472, Porto, 1948.
- (8) Baeta Neves, C. M. L., Cervídeos na Serra de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 56, nº 2216, 1 de outubro, p.728-729, Porto, 1951.
- (9) Baeta Neves, C. M. L., Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 60, nº 2305, 16 de junho, p. 442-444, 458, Porto, 1955.
- (10) Baeta Neves, C. M. L., A Propósito da “Monografia do Parque da Pena” - “Gazeta das Aldeias”, ano 66, nº 2447, 16 de junho, p. 442-444, Porto, 1961.
- (11) Baeta Neves, C. M. L., A Propósito das “Invasoras” Australianas na Serra de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 67, nº 2480, 1 de outubro, p.724-727, Porto, 1962.
- (12) Baeta Neves, C. M. L., Sobre a Quinta de Monserrate. Resposta a Uma Consulta. (dactilografado).
- (13) Baeta Neves, C. M. L., O ProÍ. Azevedo Gomes e o Parque da Pena - “Gazeta das Aldeias”, ano 71, nº 2572, 1 de agosto, p. 564-568, Porto, 1966.
- (14) Baeta Neves, C. M. L., Mas Só?!... (III) A Propósito do Fogo da Serra de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 71, nº 2580, 1 de dezembro, p. 882-886, Porto, 1966.
- (15) Baeta Neves, C. M. L., No Rescaldo do Fogo da Serra de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 71, nº 2577, 16 de outubro, p. 779-782,791, Porto, 1966.
- (16) Baeta Neves, C. M. L., Algumas Notas Sobre as Consequências do Fogo da Serra de Sintra (Aspectos Ligados à Vegetação) - “Gazeta das Aldeias”, ano 72, nº 2595, 16 de julho, p. 522-525, Porto, 1967.
- (17) Baeta Neves, C. M. L., A Condessa d’Edla e o Parque da Pena - “Gazeta das Aldeias”, ano 72, nº 2597, 16 de agosto, p. 602-604, 634, Porto, 1967.
- (18) Baeta Neves, C. M. L., D. Fernando II e a Fundação do Parque da Pena - “Gazeta das Aldeias”, ano 72, nº 2596, 1 de agosto, p. 562-565, Porto, 1967.
- (19) Baeta Neves, C. M. L., D. João de Castro e a Serra de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 72, nº 2588, 1 de abril, p. 242-244, 27 2, Porto, 1967.
- (20) Baeta Neves, C. M. L., Estudos sobre a Vegetação da Península de Lisboa (Concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra) - “Gazeta das Aldeias”, ano 73, nº 2615, 16 de maio, p. 362-366, Porto, 1968.
- (21) Baeta Neves, C. M. L., Para um Melhor Aproveitamento Científico, Técnico-Florestal e Turístico da Serra de Sintra - “Gazeta das Aldeias”, ano 74, nº 2631, 16 janeiro, p. 42-47, 1969; nº 2632, 1 de fevereiro, p. 82-86, Porto, 1969.
- (22) Baeta Neves, C. M. L., Ai Serra de Sintra, Serra de Sintra ... - “Gazeta das Aldeias”, (I) ano 78, nº 2741, 16 de agosto, p. 602-605,616; (II) nº 2745, 16 de outubro, p.762-767; (III) nº 2746, 1 de novembro, p. 802-808; (IV) nº 2747, 16 de novembro, p. 842-847; (V) nº 2748, 1 de dezembro, p. 882-887, Porto, 1973.
- (23) Baeta Neves, C. M. L., O Problema dos Fogos Florestais - “Gazeta das Aldeias”, ano 86, nº 2862, maio, p.7-10, Porto, 1981.

- (24) Baeta Neves, C. M. L., A Propósito dos Fogos da Serra de Sintra (1966 e 1981) - “Gazeta das Aldeias”, ano 86, nº 2866, setembro, p.4-6, 41, Porto, 1981.
- (25) Baeta Neves, C. M. L., A Quem Cabe a Responsabilidade dos Fogos na Serra de Sintra - “Diário de Notícias”, ano 117, nº 41064, 10 de julho, p. 8, Lisboa, 1981. “Região de Leiria”, ano 46, nº 2270, 31 de julho, p. 4, Leiria, 1981.
- (26) Baeta Neves, C. M. L., O Chalé da Condessa no Parque da Pena Reclama Inadiáveis Obras de Restauro - “Diário de Notícias”, ano 119, nº 41922, 20 de dezembro, p.6, Lisboa, 1983.
- (27) Baeta Neves, C. M. L., D. Fernando II, O Rei Artista - “Diário de Notícias”, ano 119, nº 41720, 24 de maio, p. 2, Lisboa, 1983.
- (28) Baeta Neves, C. M. L., O Parque da Pena, Obra Artística de D. Fernando II - “Diário de Notícias”, ano 119, nº 41763, 9 de julho, p. 10, Lisboa, 1983.
- (29) Baeta Neves, C. M. L., O Arboreto D. Fernando II e o Centenário de Azevedo Gomes - “Diário de Notícias”, ano 121, nº 42649, 24 de dezembro, p. 8, Lisboa, 1985; “Campismo”, nº 17, 6ª série, janeiro/março, p. 34, 36, Lisboa, 1986.
- (30) Baeta Neves, C. M. L., O Rei D. Fernando II e o Parque da Pena. In D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha - Comemoração do 1º Centenário da morte do Rei-Artista, Palácio Nacional da Pena, julho-agosto-setembro, p. 25-29, Sintra, 1985.
- (31) Baeta Neves, C. M. L., O Papel do Arvoredo no Ambiente Romântico do Parque da Pena e o Seu Interesse Científico. A Criação do Arboreto Nacional D. Fernando II. - Instituto de Sintra, Comunicação Apresentada ao I Congresso de Sintra sobre o Romantismo, Vol. 2º, p. 69-74, Sintra, 1988.

O ALQUIMISTA DA REGALEIRA

Nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1848, o milionário luso-brasileiro que deixou no património cultural da histórica vila de Sintra uma marca arquitetónica de inquestionável beleza – o Palácio da Quinta da Regaleira – que veio enriquecer o tesouro artístico desta encantadora vila.

De seu nome completo, António Augusto de Carvalho Monteiro, era o único filho do Comendador Francisco Augusto Mendes Monteiro e de Ana Thereza Carolina de Carvalho, um abastado casal que consolidou a sua fortuna no Brasil, pois que o pai de Ana Thereza detinha o monopólio do comércio dos cafés, das pedras preciosas e dos transportes marítimos entre Brasil e Portugal.

Herdeiro desta avultada fortuna que lhe valeu a alcunha de “Monteiro dos Milhões”, cedo veio com os pais para Portugal, onde estudou, licenciando-se em Leis pela Universidade de Coimbra, em 1871. Dois anos depois, contraiu matrimónio com Perpétua Augusta Pereira de Melo, de quem teve dois filhos. Após o casamento, rumaram ao Brasil, onde viveu em Petrópolis, até 1876, data que marca o seu regresso definitivo a Portugal.

O casal milionário instalou-se em Lisboa no palácio da Rua do Alecrim, mansão dos antigos condes de Quintela/Farrobo que o Comendador Francisco Monteiro adquirira anos antes, em hasta pública, em consequência da falência desta antiga família. A Carvalho Monteiro se devem as últimas grandes obras de restauro, beneficiação e enriquecimento estético de que o palácio foi objeto. Estas intervenções artísticas tiveram a supervisão de Luigi Manini. Recém-chegado a Portugal, para trabalhar como cenógrafo no Teatro Nacional de S. Carlos, o talento deste grande arquiteto e pintor cedo despertou a atenção dos amantes das artes e passou a estar muito em voga entre as elites da época, por quem era muito solicitado, e deixou numerosos trabalhos com a sua assinatura no nosso país, destacando-se entre elas o Palácio Hotel do Buçaco e o Palácio dos Condes de Castro Guimarães em Cascais.

O Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro tinha uma personalidade muito singular. Era um excêntrico, visionário e sonhador. A sua imensa fortuna permitiu-lhe a concretização de quase todos os seus sonhos e alcançar os seus ideais. Ainda fortemente influenciado pela corrente do romantismo, atraía-o a exploração do exótico, do bizarro, do longínquo, a descoberta dos segredos do oculto, dos mistérios da vida e da morte. Procurou, na Maçonaria e no esoterismo, a resposta a muitas das suas questões. Mas também não ficou indiferente ao conhecimento científico, pois na segunda metade do século XIX

a ciência avançava a passos largos, sustentada em inúmeras descobertas recentes, por todo o mundo. A zoologia, o estudo dos insetos (entomologia), a geologia e a botânica, entre outras áreas do conhecimento, atraíam muitos curiosos e pesquisadores. Estavam muito em moda os herbários, as coleções de insetos, de conchas e moluscos (malacologia), de pedras, etc. Seguindo as tendências da época, Carvalho Monteiro, um naturalista pioneiro, reuniu, nas caves do seu palácio do Chiado, um notável herbário e vastas coleções de aves, borboletas e moluscos. A sua coleção de borboletas (lepidópteros) foi considerada a segunda maior do mundo, com muitos milhares de espécies, algumas delas recolhidas por ele próprio. A coleção malacológica, com cerca de dez mil exemplares, tem-se revelado de grande importância para o estudo destes animais. Como grande apaixonado que era das ciências naturais, adquiriu tudo o que havia de melhor, no seu tempo, em termos de equipamento, para a prática destas atividades. O fardamento completo que envergava e todos os acessórios que usava na sua atividade de entomólogo, constituem, hoje, material de estudo e documentação e permitem uma melhor compreensão dos recursos técnicos dessa época e das suas limitações.

Adotou o nome científico de *Aquerontia Atropos*. Aqueronte era o rio do esquecimento, através do qual as almas eram levadas, na barca de Caronte, até às portas do Hades (Inferno). Atropos era a entidade – uma das três parcas – que cortava o fio da vida.

Filantropo e humanitário participou e deu o seu contributo em várias instituições de interesse público, tais como na criação do Jardim Zoológico de Lisboa, na qual se empenhou diretamente com seu pai, desde 1883. Mais tarde, em 1917, foi diretor executivo e presidente honorário dessa instituição. Também em 1890, fez parte da comissão fundadora da Assistência Nacional aos Tuberculosos, uma iniciativa da Rainha D. Amélia.

Um dos traços do seu carácter era a bonomia e complacência para com o próximo. De natureza esmoler, ele ajudava os mais necessitados, aliviando, sempre que possível, o sofrimento alheio. Contam-se até algumas histórias, parte delas de cariz anedótico, sobre esta faceta do seu carácter. Como não se pode comprovar a veracidade de nenhuma delas, não farei referência a nenhuma em especial.

Como homem da cultura, bibliófilo e camonista, reuniu uma das mais raras e vastas coleções camonianas, adquirindo, protegendo e reabilitando muitas publicações. Por altura do tricentenário da morte de Luís de Camões, associou-se às comemorações reeditando várias obras do poeta, incluindo algumas edições já perdidas. Fervoroso patriota e monárquico convicto, alimentava e estimulava a chama do sebastianismo e acalentava a esperança no advento do Quinto Império, em toda a sua glória. Na sala dos reis de Portugal, na Quinta da Regaleira, decorada, em toda a volta, com a efígie de muitos dos monarcas portugueses, o proprietário mandou erguer um trono vazio, numa alusão à crença sebastiânica ou ao trono deixado vago por D. Manuel II, último rei Portugal, exilado em Inglaterra, após a implantação da República, em 1910.

Carvalho Monteiro era grande amante do teatro de ópera e um apaixonado da música erudita, em geral. E possuía, no seu palácio do Chiado, uma notável coleção de instrumentos musicais. Mas também era colecionador de arte: pintura, escultura, peças arqueológicas, ourivesaria e relojoaria, entre outros conjuntos de objetos raros e valiosos. A sua excentricidade e paixão por peças raras e únicas levou-o a encomendar, à prestigiada empresa da relojoaria parisiense Louis Leroy, relojoeiros da realeza, aquele que viria a ser considerado o relógio mais caro e mais complicado do mundo, *Leroy 01*. Este prodigioso mecanismo, composto por 975 peças, desempenhava 24 funções com o maior rigor. Embutido numa caixa de ouro, desenhada por Manini, constituía uma jóia rara de valor inestimável. Em 1900, arrebatou o Grand Prix da Exposição Mundial de Paris. Foi sua Alteza Real, o rei D. Carlos I, íntimo de Carvalho Monteiro, quem o trouxe, em mão, para Portugal e o entregou ao milionário em 1901. Encontra-se, desde 1957, no Museu do Tempo em Besançon, sendo considerado uma das principais atrações do museu.

Entre Carvalho Monteiro e Luigi Manini existiu, desde sempre, uma saudável cumplicidade que se materializou em diversos projetos que o luso-brasileiro encomendou ao artista. Em Lagos da Beira, no concelho de Oliveira do Hospital, freguesia de seus antepassados, mandou erigir uma capela consagrada a S. Roque, com projeto de Manini. Esta obra, iniciada em 1900, só foi, no entanto aberta ao culto em 1920, depois de confiada à Igreja. Também o seu mausoléu, no Cemitério dos Prazeres, profusamente adornado com elementos da simbologia esotérica e maçónica teve a assinatura do cenógrafo. Uma das suas idiossincrasias levou-o ao extremo de fazer questão de que as portas do seu palácio de Lisboa, da Regaleira e do seu jazigo fossem abertas com a mesma chave. Outra das suas excentricidades prende-se com o facto de os calcetamentos em volta dos seus imóveis de Lisboa, bem como na Quinta de Sintra, serem todos iguais e lavrados, a preto e branco, com uma sequência de hexagramas ou estrelas de cinco pontas, um elemento com uma forte carga simbólica, muito utilizado na religião judaica, na Maçonaria, na alquimia e em todas as correntes esotéricas.

António Carvalho Monteiro e Luigi Manini identificavam-se com um mesmo ideal intelectual e artístico. Manini conseguia captar a subtilidade do pensamento deste idealista, interpretar e materializar, como mais ninguém, as utopias e as visões quiméricas deste visionário do oculto. No campo do esoterismo, a afinidade que existia entre estes dois homens leva-os a transpor limites inimagináveis da realidade. E, assim, nasce o sonho... E, assim, começa a ganhar forma... Carvalho Monteiro convocou o “génio da lâmpada”, desafiou o “feiticeiro mágico” a concretizar o seu sonho: construir a Mansão Filosofal. O local estava escolhido, não podia ser melhor – a antiga Quinta da Torre da Regaleira, em Sintra – um espaço de rara beleza, impregnado da magia e misticismo das forças telúricas, ao qual o novo proprietário viria a acrescentar uma poderosa carga energética, mercê da sua intervenção. Esta quinta do século XVII, depois de passar por muitos proprietários, foi adquirida pela filha de um rico negociante da cidade do Porto, em 1840, ficando então conhecida

por Quinta da Torre da Regaleira. A nova proprietária, que veio a receber o título de Baronesa da Regaleira, vendeu a quinta, em finais do século XIX, ao Dr. António de Carvalho Monteiro, que passou a denominá-la apenas por Quinta da Regaleira. O nosso alquimista encontrara nesse espaço o cenário ideal para a construção do seu laboratório de experiências esotéricas, através das sendas do oculto. E toda a natureza envolvente conspirava para a realização desse projeto. Tratava-se de uma grande área de quatro hectares, com jardins frondosos, ostentando plantas raras e exuberantes, fontes, pequenos lagos, poços, grutas e cascatas cristalinas. E foi no sortilégio deste cenário que nasceu um impressionante palácio, de pendor romântico, de arquitetura muito enigmática com um estilo revivalista eclético, de traços medievais, a suportar uma mistura ousada de neomanuelino, renascentista e neogótico, sendo este um estilo muito recorrente nos palacetes dos mais afortunados, nesse tempo. As paredes de pedra, recamadas de abundantes elementos manuelinos a evocar o período áureo da gesta dos descobrimentos portugueses, ostentam muitos outros símbolos, de leitura mais encriptada, relacionados com a Alquimia, a Maçonaria e outras ciências ocultas da Antiguidade. À época, este projeto não recebeu muitos aplausos por parte da elite intelectual que o considerou extravagante, de mau gosto, sem originalidade e até o classificou de *pastiche*.

Em contradição com estas críticas, a população de Sintra, que, por esse tempo, assistia deslumbrada e atônita à construção de tão esquisito e maravilhoso palácio, até o apelidou de “Bolo da Noiva”, pela opulência e grandiosidade da obra.

As obras, que tiveram início por volta de 1890, só terminaram em 1911. À casa principal, seguiram-se outras construções, todas elas enigmáticas e misteriosas, envoltas numa gramática hermética de símbolos esotéricos, da alquimia e do ocultismo, que dificultam a decifração da sua leitura. A presença de diversos elementos representativos da nossa cultura, símbolos da nossa História, ocupam também lugar de destaque neste espaço tão carregado de simbologia e alegorias. Merecem referência, aqui: a capela - uma verdadeira obra prima, da autoria de Manini, onde ficaram eternizados na pedra alguns dos segredos e mistérios mais bem guardados da Maçonaria, dos Templários e da Rosa Crucis, sob o manto conciliador do Cristianismo; a torre da Regaleira, donde se alcança um panorama muito abrangente e deslumbrante; e o poço iniciático - uma das atrações mais curiosas da Quinta. Todo este grandioso palco na natureza oferece um efeito cénico ao visitante e convida-o a desvendar os segredos nele contidos, através de vários percursos iniciáticos. Numerosas e elegantes estátuas alegóricas conferem um toque de classicismo ao conjunto e concorrem para aumentar o seu encanto e mistério. Entre Lisboa e Sintra, Carvalho Monteiro desfrutou deste cenário quimérico, de fantasia e misticismo, até ao final dos seus dias.

Leal à monarquia e amigo muito próximo dos soberanos D. Carlos I e sua esposa, a Rainha D. Amélia, o regicídio atingiu-o duramente. A implantação da república, em 1910, e o exílio forçado do jovem monarca, D. Manuel II, deitou por terra os seus sonhos de ver novamente ocupado o trono de Portugal. Mas a sua devoção à causa monárquica, que

abraçou e acalentou com fervor patriótico até ao fim da sua existência, levou-o à prisão, em 1913, suspeito do envolvimento no *complot* da Praia das Maças, que tinha o intuito de tirar a vida a Afonso Costa, um dos fundadores da República e figura proeminente do Regime. Foi acusado de dar guarida e cobertura a um dos conspiradores. Apesar de negar veementemente estas acusações, esteve preso durante várias semanas e foi libertado sem nunca assumir a culpa.

Um dos seus últimos motivos de orgulho foi o facto de ter contribuído para a prenda de casamento de Sua Alteza Real, D. Manuel II, no exílio em Inglaterra – uma caravela de prata oferecida por um grupo de fervorosos monárquicos.

Usava ao pescoço um colar com sete medalhas, numa das quais estava inscrito este lema que orientou sempre a sua vida: “Serpenteio mas não me desvio”.

Perdeu a esposa e companheira de vida no Natal desse mesmo ano de 1913. Faleceu a 24 de Outubro de 1920, em consequência de uma queda. Fechou os olhos para este mundo no seu quarto, na Quinta da Regaleira.

Devido a uma situação financeira grave, os herdeiros viram-se forçados a vender a propriedade na década de quarenta. Em 1995, a UNESCO atribuiu-lhe o estatuto de património cultural. Dois anos depois, em Março de 1997, foi adquirida pela Câmara Municipal de Sintra. Em 2002, obteve a classificação de edifício de interesse público.

Hoje, patente ao público, faz parte dos roteiros turísticos da Vila de Sintra e é um dos monumentos mais visitados por turistas nacionais e estrangeiros.

Nena Dominguez Paulino

DO PAÇO REAL DE SINTRA PARA A CORTE DA BORGONHA

D. ISABEL DE LENCASTRE E AVIS

Nasceu em Évora, a 21 de Fevereiro do ano de 1397, a infanta portuguesa que viria a tornar-se uma das mulheres mais ricas e influentes da Europa do século XV. A cidade homenageou-a na sua toponímia, com o Arco de D. Isabel e a Rua de D. Isabel, no centro histórico do burgo eborense.

Filha do monarca D. João I e de sua esposa, a rainha D. Filipa de Lencastre, D. Isabel de Lencastre e Avis era a única mulher entre os seis filhos do casal. Cresceu em várias cidades portuguesas, passou a sua juventude em Lisboa mas, por morte de sua mãe, assumiu a administração da Casa da Rainha, que passou a denominar-se Casa da Infanta e foi viver para o Paço Real de Sintra, até à data do seu casamento.

De esmerada educação, tinha uma cultura muito vasta, lia e falava várias línguas, traduzindo obras literárias do francês e do alemão para o português. Também era exímia em bordados e na arte da tapeçaria. Com a morte da mãe, coube a D. Isabel o cargo da representação da coroa, em todas as cerimónias oficiais, junto com seu pai.

Elegante, requintada e senhora de uma avultada fortuna, D. Isabel era, à época, o que podemos chamar de um bom partido. Viu os seus rendimentos aumentados com a herança recebida por morte de sua mãe e, como era muito generosa, protegeu e apoiou muitas ordens religiosas e várias instituições de solidariedade social. Igualmente, muitas terras portuguesas receberam benefícios, favores e distinções, em especial as vilas de Alenquer e Óbidos, tendo sido senhora-donatária desta última.

A conquista de Ceuta, em 1415, trouxe um grande prestígio internacional para a coroa portuguesa. Mas D. João I desejava reforçar esse reconhecimento e notoriedade, por parte das grandes casas reais da Europa. E nada melhor do que uma aliança matrimonial para consolidar esse prestígio. E os planos de D. João I recaíram sobre Filipe *o Bom*, duque da Borgonha e conde da Flandres, um dos homens mais poderosos do seu tempo. Era duque da Borgonha, de Brabante e das Dezassete Províncias, entre outros títulos. Recebeu os epítetos de *o Grande Leão da Flandres* e *o Príncipe do Ocidente*.

Ora, por essa altura, Filipe III estava viúvo de Michèle de Valois e sem descendência mas, apesar dos esforços diplomáticos do monarca português, que não se poupou a despesas com embaixadas, cartas e ofertas, o Duque nunca se inclinou para o casamento com a Infanta de Portugal, cujo sangue bastardo iria desvirtuar a pureza da linhagem que o

Duque tanto preservava. E voltou a contrair matrimónio, desta feita com Bonne de Artois. O casamento durou muito pouco tempo e Filipe encontrou-se de novo viúvo e sem descendência.

Entretanto, tinham passado quase quinze anos sobre a conquista de Ceuta e D. Isabel já não era jovem e passara um pouco da idade normal para casar, nessa época. Mas D. João I não tinha desistido dos seus intentos e retomou as negociações com vista a esta aliança. E a incumbência ficou a cargo do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, conhecido como “*O Príncipe das Sete Partidas do Mundo*”. Em viagem pela Europa e durante a sua estada na Flandres, D. Pedro encontrou-se com Filipe *o Bom* para negociar o casamento de sua irmã com o Duque. Apesar da idade da noiva, 32 anos, este aceitou a proposta, visto que D. Filipa de Lancastre, que também não era nova, teve uma descendência numerosa. E este aspecto revestia-se da maior importância para Filipe que precisava urgentemente de descendência. Por outro lado, e pensando melhor, este casamento propiciava uma conveniente proximidade com a Casa de Lancaster e com a Inglaterra, vantajosa para o Duque que há muito desejava defrontar Carlos VII, rei de França. Assim, tratou de enviar uma embaixada à corte portuguesa, da qual fazia parte o célebre pintor Van Eyck, encarregado de fazer um retrato da princesa portuguesa, o mais fiel possível. Como oferta, enviou dois belos cisnes que causaram grande admiração, pois estas aves não eram conhecidas em Portugal. Esta oferta inspirou a pintura do teto de uma das salas mais importantes do Palácio da Vila, em Sintra, que ficou conhecida pela Sala dos Cisnes.

Jan Van Eyck pintou dois retratos da Infanta de Portugal, em óleo sobre madeira, que foram enviados para a Flandres, um por terra e outro por mar, para se ter a certeza de que, pelo menos um deles, chegaria ao seu destino, visto que as viagens eram morosas e difíceis e corriam-se muitos riscos, quer por terra, quer por mar. Quando recebeu os retratos, Filipe ficou agradavelmente surpreendido com a beleza da noiva e começou logo a tratar dos preparativos para o enlace que foi feito por procuração, em 29 de Julho de 1429.

Os sponsais tiveram lugar no Castelo de S. Jorge, com grande pompa e circunstância e o banquete decorreu na sala das Galés. Mas todo o povo da cidade se associou ao evento com muita alegria, grandes folguedos, jogos (justas), música, bailes e muita comida e bebida. Toda a cidade estava em festa. Os festejos duraram mais de uma semana. A missa de despedida na Sé Catedral foi muito emotiva, bem como a partida do porto de Lisboa, pois D. Isabel era muito querida de todos.

Viajou depois, por mar, até à Flandres onde chegou no dia 26 de Dezembro desse mesmo ano. O casamento viria a ser ratificado a 10 de Janeiro do ano seguinte, em Ecluse, numa cerimónia religiosa assinalada por grandes festejos. Para comemorar o acontecimento e homenagear sua esposa, Filipe instituiu a Ordem do *Tosão de Ouro* e adoptou a seguinte divisa «*Antre n'array Dame Isabeau Tante que vivray*», cuja tradução é: Não terei outra enquanto viver a Dama Isabel. O futuro veio demonstrar que não foi bem assim, que a vontade do Duque não foi forte o suficiente para se manter fiel a esta promessa.

Com a nova condição de duquesa da Borgonha, D. Isabel tornou-se uma das mulheres mais ricas e influentes do mundo, no plano político e social, já que seu esposo, à medida que reconhecia as suas inegáveis qualidades de diplomata e governante, foi progressivamente delegando nela as suas responsabilidades políticas e a administração dos seus vastos domínios, sobretudo durante as suas ausências. O facto de D. Isabel escrever e falar vários idiomas, foi decisivo para que mediasse diversos acontecimentos políticos do seu tempo. Participou no Congresso de Arras, em 1435, uma aliança firmada entre a França, o Ducado da Borgonha e a Inglaterra; na Conferência de Paz das Gravelinas, em 1439; e em muitos outros actos políticos e diplomáticos como casamentos entre várias casas reais da Europa.

Nunca esquecendo o seu país de origem, protegeu e ajudou os comerciantes portugueses estabelecidos em Bruges. A ela se ficou a dever um importante contributo para o povoamento dos Açores, a partir de 1449, com o envio de numerosas pessoas de origem flamenga que se fixaram naquele arquipélago.

Dotada de grande inteligência e sensibilidade requintada, D. Isabel granjeou o respeito de todos que lhe chamavam, carinhosamente, *Grande Dama* e *Grande Senhora*. Juntou à sua volta um círculo de artistas e literatos e tornou-se uma mecenas, protegendo as artes e o património cultural. Em Florença, deu uma generosa contribuição para o financiamento das obras monumentais da capela e do túmulo onde foi sepultado seu sobrinho, o cardeal D. Jaime, falecido aos 26 anos de idade. Também consta que foi a principal impulsionadora dos Painéis de S. Vicente de Fora e a quem se deve a concepção do tema principal que, de acordo com certos autores, seria a reabilitação da memória de D. Pedro. Por essa razão e segundo alguns investigadores, estará representada na obra, sendo a velha senhora que podemos ver no chamado painel do Infante.

O ilustre casal deu origem a uma descendência muito célebre, que marcou os destinos da Europa do seu tempo. Desse casamento, nasceram três crianças, duas das quais morreram muito pequeninas. O único que sobreviveu e se tornou muito famoso, pelas suas façanhas militares, foi Carlos I, o último duque da Borgonha, que ficou para a história como Carlos o *Audaz* ou o *Temerário*. Do segundo casamento de Carlos com Isabel de Bourbon nasceu Maria que ficou órfã de mãe e de pai muito cedo, tornando-se a herdeira de todos os títulos e domínios borgonheses. Maria da Borgonha, como ficou conhecida, casou com Maximiliano I, imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Foram pais de Filipe I de Espanha, cognominado de Filipe o *Belo* ou o *Hermoso*. Este casou com a princesa castelhana Joana a *Louca*, de cuja união nasceu Carlos V (Carlos I de Espanha), o *Grande Imperador da Cristandade*, pois até então, nenhum soberano tinha colecionado tantos títulos nem governado tantos domínios e potências.

Muito amante da família que deixou em Portugal, D. Isabel ofereceu à Sé de Braga um túmulo de bronze com as cinzas de seu irmãozinho Afonso, morto ainda em criança. Também enviou para Portugal uma pintura de Van Der Weyden, para ser colocada junto do túmulo de seus pais, no Mosteiro da Batalha. A seu irmão, el-rei D. Duarte, ofertou

um livro de horas, que se encontra guardado na Torre do Tombo. Quando seu irmão D. Pedro, duque de Coimbra, perdeu a vida na batalha de Alfarrobeira, num confronto com seu sobrinho, D. Afonso V, o corpo foi deixado ao abandono, por três dias, no campo de batalha. Um grupo de pessoas recolheu o cadáver e levou-o para a Igreja de Alverca, onde ficou à guarda de populares, até que o fidalgo D. Lopo de Almeida o trasladou para o Castelo de Abrantes. Tomando conhecimento do triste fim do irmão querido e de todos estes lamentáveis acontecimentos, mandou a Duquesa uma embaixada a Portugal, com uma urna de prata, a fim de trasladarem para a Flandres os restos mortais de D. Pedro. Mas, ao inteirar-se destas diligências, el-rei recusou entregar o corpo e mandou realizar os funerais dignos do Duque com o traslado para a sua capela no Mosteiro da Batalha.

Os infantes, filhos de D. Pedro, conseguem escapar à fúria de D. Afonso V e fogem para a Flandres, em busca do apoio da tia. A duquesa acolheu, amorosamente, os três órfãos e encarregou-se da sua educação. João foi armado cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro e casou com Charlotte de Lusignan, filha do rei de Chipre. Recebeu o título de *Príncipe de Antioquia*. Beatriz casou com Adolphe de Clèves, sobrinho do Duque e Senhor de Ravenstein, título que Beatriz também passou a ostentar. Jaime seguiu a vida religiosa. Foi arcebispo de Arras e foi-lhe atribuída a administração perpétua da arquidiocese de Lisboa que governou, a partir de Itália, por meio de um vigário geral. Recebeu as honras e o título de cardeal aos vinte e três anos. Infelizmente, perdeu a vida três anos depois.

Aos sessenta anos, D. Isabel retirou-se da vida pública para um convento hospital que ela própria fundara e dedicou-se a tratar de pobres e doentes. Mas, quando seu esposo ficou doente, ela regressou a Bruges para cuidar e ficar junto dele, até à sua morte.

Já na condição de viúva, presidiu ao Conselho de Estado e passou a envergar o hábito de freira da Ordem de S. Francisco de Assis. Morreu em 17 de Dezembro de 1473 e ficou sepultada em Dijon, no Convento da Cartuxa.

Raúl Rodrigues Bernardino

Nota: As imagens de D. Isabel de Lencastre e Avis podem ser visualizadas na wikipédia e em livros de História.

CAPÍTULO V

ARVOREDO – ESPAÇOS URBANOS – ÁREAS PROTEGIDAS

ESCOLHA DE ÁRVORES PARA A VIA PÚBLICA E SUA MANUTENÇÃO

As espécies de árvores para plantar na via pública devem ser escolhidas tendo em conta o porte atingido por estas na fase adulta, de forma a que não venham a afectar edifícios contíguos e provocar grande sombreadamento para os mesmos, nem pôr em risco pessoas e bens através da queda de ramos ou pernadas de grande dimensão. Muitas vezes, não foi isto que se teve em conta quando foram plantadas em algumas vias públicas, plátanos, choupos, tílias, etc, todas elas árvores de grande porte.

Não obstante as más decisões do passado quanto às espécies de árvores plantadas nos referidos espaços, não nos podemos achar com o direito de as arrancar (a menos que haja um motivo forte) como se estivessemos a lidar com coisas; afinal, as árvores são seres vivos que merecem o nosso respeito, muitas delas já eram nascidas antes dos nossos avós. Não pode ser considerado um motivo forte, por si só, para se remover uma árvore, apenas porque esta possui o seu lenho colonizado com fungos que afectam a sua estrutura (fungos esses que a maior parte das vezes aí se instalaram devido às más práticas de poda aplicadas), até porque existem formas de minorar o risco de queda dessas árvores; muito menos pode ser motivo abater árvores porque estas libertam uma substância açucarada quando atacadas por certos insectos, substância essa que ao cair para o chão suja tudo o que estiver debaixo delas (caso que se tem verificado com o abatimento de algumas tílias).

Existe forma de reduzir substancialmente o risco de queda de árvores, ou parte delas, por intermédio da poda. De facto, árvores de grande porte, com grande dimensão de copa exposta ao vento, ou colonizadas por fungos do lenho que afectam a sua estrutura, têm maior risco de vir a sofrer danos e, portanto, de provocar estragos, isto também pode acontecer com árvores em perfeito estado de saúde; desta forma, quando situadas em espaços que ponham em risco ou afectem pessoas e bens devem ser sujeitas a podas anuais de forma a reduzir a dimensão da sua copa e a mantê-las permanentemente baixas (e não podas de dois em dois anos ou até a intervalos de tempo maiores como muitas vezes se vê).

Outro assunto importante é a **época de realização da poda**: salvo na situação da chamada “poda em verde”, em que as podas são feitas com a árvore em pleno desenvolvimento vegetativo, para por exemplo eliminar ramos mal inseridos que afectam a passagem das pessoas, mas que são sempre podas ligeiras, as podas devem ser feitas no repouso vegetativo das árvores – nem demasiado cedo, quando a seiva ainda está muito activa, nem demasiado tarde, quando a seiva já entrou em actividade e já circula nas partes da árvore

que vão ser removidas com a poda, o que levaria a uma importante remoção de reservas e nutrientes e ao enfraquecimento progressivo da árvore – isso implica que se programem os trabalhos para efectuar a poda das árvores de **princípios de Dezembro a final de Fevereiro**.

As feridas da poda, nomeadamente aquelas que resultam da poda de ramos junto ao tronco, **devem ser sempre desinfetadas e protegidas através da pincelagem desses cortes com uma pasta impermeabilizante com cobre**, cujo objectivo é desinfectar essas feridas provocadas pela poda e impedir a penetração por elas de fungos do lenho que vão afectar a estabilidade da árvore.

O Decreto Lei n.º 59/2021 de 18 de Agosto que regula a gestão do arvoredo urbano, veio preencher uma lacuna há muito existente e espera-se que não seja mais uma daquelas leis que é feita e que não é aplicada por conveniência, ou incompetência, ou negligência das autoridades. O Decreto Lei ainda não determina as penas por incumprimento, referindo que as mesmas serão determinadas 120 dias após a sua entrada em vigor. Seria importante que as penas previstas pelo não cumprimento desta lei, pudessem englobar a destituição dos autarcas e dos seus chefes de gabinete responsáveis pelos espaços verdes.

Jorge Rafael

SERRA DE SINTRA, QUE FUTURO?

Como é que o ICNF, no PNSC, enquanto entidade pública, atua em termos de política e gestão de biodiversidade?

Esta política de gestão, em Portugal encontra-se, desde há alguns anos anestesiada segundo a socióloga Luísa Schmidt. A principal razão é a fusão do Instituto Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade com a Autoridade Florestal Nacional, passando a deter competências sobre as Florestas. Esta fusão originou o atual ICNF.

Esta gestão, conservação e a preservação da natureza são, portanto, competências exclusivamente estatais no nosso país. Tal modelo, peca na sua génese porque só tem em linha de conta a proteção e não a conservação da natureza. Repare-se que caiu a palavra biodiversidade. Conservação baseia-se na gestão e no uso sustentável dos recursos naturais, incluindo a vida selvagem e os recursos renováveis ou não renováveis. Esta linha de atuação, considera as necessidades do ser humano. Preservação consiste na tentativa de manter as características de um local, no qual, não existe presença humana, travando a sua expansão no interior destas áreas protegidas. Esta dicotomia, é cada vez mais insustentável e cada vez mais suscetível aos jogos de interesses.

O PNSC é hoje a combinação de esforços entre o ICNF que atua na área da natureza, a Câmara Municipal de Sintra que é responsável pela área urbana de Sintra, a Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., a Câmara Municipal de Cascais que atua na área urbana de Cascais e a Cascais Ambiente. Todas estas entidades têm que respeitar o Plano de Ordenamento e o Plano da Orla Costeira para realizarem as suas atividades. Os conflitos de interesses começam aqui.

O ICNF sendo o organismo por excelência de resolução destes potenciais conflitos tem o seu diretor em Santarém. Este distanciamento reflete-se na relação precária entre os diretores e os trabalhadores de campo, vigilantes da natureza, e o seu alheamento em relação à realidade. Porque foi extinto o Diretor das Áreas Protegidas? Esta direção tirou a expressão que as Áreas Protegidas tinham nas políticas nacionais e junto das populações. Era esta diretoria que mediava frequentemente os interesses das populações e os próprios interesses da sua respetiva Área Protegida. O desaparecimento desta figura presente evitava também muitos conflitos internos na gestão diária do PNSC.

Uma Área Protegida tem hoje como maior desafio a sua gestão, pois estas áreas precisam de ser pensadas e repensadas, construídas e reconstruídas de acordo com o seu dinamismo e génese. Os mecanismos de gestão têm que ser continuamente melhorados, dota-

dos de recursos humanos em número suficiente, que valorizem a conservação e proteção do que é natural e social, de modo a possibilitar o envolvimento e a integração das populações e das entidades gestoras, daqui resultando um futuro sustentável.

A gestão do PNSC não deve ser nunca descentralizada, municipalizada, como alguns defendem. As diferentes ideologias e interesses poderão ser nefastos, sobretudo numa zona como Sintra e Cascais. A gestão municipal das áreas urbanas, vai hoje num rumo inverso ao que se percebe nas cidades de quase toda a Europa. Apesar da emergência climática, os erros cometidos nos anos 80 repetem-se. Não há em Sintra uma preocupação pela criação de espaços verdes em novas urbanizações, bem como não há plantação de árvores nessas mesmas áreas. As novas gerações crescem em zonas desumanizadas e estéreis, sem biodiversidade.

A criação das carreiras de vigilantes e guardas da natureza, pós 25 de abril, e a consequente extinção gradual das carreiras de guarda-rios e chefes de lança por volta de 1995, originou uma sucessão de dúvidas legislativas acerca das competências dos mesmos tendo sido integrados em diferentes ministérios. Foram extintas carreiras centenárias, especializadas em proteger e preservar as florestas e os seus habitats. Esta tentativa de apagar a história, e os seus efeitos nefastos sentem-se ainda hoje.

Existem poucas centenas destes guardas para cerca de dois milhões de hectares de áreas a vigiar. A legislação é de difícil interpretação, de difícil aplicação e os mecanismos são poucos.

As sucessivas reorganizações estruturais efetuadas pelo ICNF, e as sucessivas exigências governamentais, reduziram a expressão da educação ambiental e a instabilidade relacionada com a natureza, contribuindo para uma insegurança, especialmente nas gerações mais jovens, acerca da viabilidade de um futuro sustentável.

O tempo é escasso e a cada vez menos complacente com estas indefinições. Urge uma política integradora com o envolvimento de toda a sociedade para definirmos que legado deixaremos para as novas gerações.

Miguel Fonte

O PATRIMÓNIO ARBÓREO E VEGETAL DE SINTRA



O Concelho de Sintra, situado no extremo ocidental da Europa, beneficia dum clima muito temperado e húmido que, aliado a uma grande diversidade geológica e de solos, permitiu o desenvolvimento dum rico e diversificado coberto vegetal.

A sua Serra, erguendo-se, quase como uma ilha, junto ao litoral, com os seus terrenos de origem magmática, nevoeiros frequentes, um relevo acidentado com vales entalhados, cristas rochosas e uma grande diversidade de exposições, tem um acentuado gradiente de habitats que possibilitou a existência duma extraordinária diversidade florística que conta com mais de 900 espécies nativas, incluindo alguns endemismos locais.

Pela sua proximidade a Lisboa, a frescura e salubridade do clima, a existência de rios e ribeiros com caudais permanentes, a qualidade das águas e a diversidade e beleza da

paisagem, desde o Séc. XIII que o seu território atraiu reis, aristocratas e as elites dos vários períodos históricos, que nele instalaram quintas e palácios nas quais foram introduzidas centenas de espécies de árvores e de outras plantas provenientes das mais diversas regiões do mundo, originando um património botânico e dendrológico únicos no nosso país e, mesmo, a nível europeu.

Das suas espécies arbóreas nativas podemos citar as de carácter mais atlântico como o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), que na Serra atinge o limite sul da sua distribuição natural em Portugal, o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), que além de comum na Serra aparece ainda, muito disperso, noutras locais do concelho, testemunhando uma antiga continuidade de ocupação desde as serras das Beiras, o bordo (*Acer pseudoplatanus*), o castanheiro (*Castanea sativa*), a aveleira (*Corylus avellana*) e o azevinho (*Ilex aquifolium*).

Das de carácter atlântico/mediterrânico e mediterrânico abundam, por todo o concelho, o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e o sobreiro (*Quercus suber*). De citar ainda a presença, em solos calcários e secos, de azinheiras (*Quercus rotundifolia*), carrascos (*Quercus coccifera*), por vezes de porte arborescente, e zambujeiros (*Olea europaea var. sylvestris*). O ulmeiro (*Ulmus minor*) continua presente embora, apenas, com indivíduos jovens, pois ao perder vitalidade não resista à grafiose e acaba por secar.

Os carvalhos hibridam, naturalmente, entre si, sendo por vezes difícil, sobretudo nas matas da Serra de Sintra, distinguir o carvalho-alvarinho do carvalho-cerquinho.

Das antigas formações florestais autóctones são, ainda hoje, frequentes os medronheiros (*Arbutus unedo*), alguns de porte notável, loureiros (*Laurus nobilis*), azereiros (*Prunus lusitanica*), provavelmente introduzidos e naturalizados, adernos (*Phillyrea latifolia*), lentiscos (*Phillyrea angustifolia*), folhados (*Viburnum tinus*), sanguinhos-das-sebes (*Rhamnus alaternos*), espinheiros-pretos (*Rhamnus lycioides* subsp. *oleoides*), carvalhiças (*Quercus lusitanica*), aroeiras (*Pistacia lentiscus*), pilriteiros (*Crataegus monogyna*), pereiras-bravas (*Pyrus bourgaeana*), murtas (*Myrtus communis*), gilbardeiras (*Ruscus aculeatus*), abrunheiros (*Prunus spinosa*), etc.

A ocorrência, na Serra de Sintra, de velhos indivíduos de samouco (*Myrica faya*), do pequeno *Daphne laureola* e dos fetos *Davallia canariensis*, *Asplenium hemionitis*, *Dryopteris guanchica* e *Woodwardia radicans* e a visível expansão do vinhático (*Persea indica*) e do til (*Ocotea foetens*), constituem indícios de sobrevivência de uma possível associação florestal de carácter macaronésico.

Junto às linhas de água sobrevivem restos de formações ripícolas com salgueiros (*Salix alba* e *Salix atrocinerea*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), amieiros (*Alnus glutinosa*), choupos (*Populus alba* e *Populus nigra*), sabugueiros (*Sambucus nigra*) e sanguinhos-de-água (*Frangula alnus*).

No litoral é de salientar a presença de sabinais/zimbrais de *Juniperus turbinata* e do cravo-romano (*Armeria pseudarmeria*), endemismo do Cabo da Roca com o estatuto de

vulnerável e do miosótis-das-praias (*Omphalodes kuzinskyanae*) com o estatuto de criticamente em perigo.

Notável é, também, a vegetação criptogâmica, mais exigente em frescura e humidade do que a superior, abundando os líquenes, musgos e fetos, que revestem penedos e muros ou espreitam das fendas das rochas, e as plantas epífitas e trepadeiras que cobrem troncos e ramos, tudo envolvendo num espesso manto verde.

A antiga e intensa ocupação humana do território foi, ao longo dos séculos, alterando e reduzindo a floresta primitiva atingindo-se o máximo de desarborização em finais do séc. XVIII quando, dos bosques, brenhas e matagais em que se caçaram ursos e veados, se pescaram trutas e viveram lobos, sobravam apenas carrasqueiras, urzeiras, carvalhas dispersas e alguns pequenos bosques, pouco degradados, que constituem verdadeiras relíquias de grande valor cultural e científico.

Este processo de desarborização inverteu-se no Séc. XIX, com o advento do Romantismo e a construção de jardins e de parques paisagísticos dos quais são particularmente notáveis os Parques da Pena e de Monserrate, nos quais foram introduzidas centenas de espécies provenientes das mais diversas partes do mundo, que estão agrupadas consoante a família ou o género, ou por origem geográfica, reconstituindo paisagens e ambientes doutros continentes, em perfeita harmonia e integração com o meio envolvente e a vegetação autóctone, criando a ilusão de fazerem parte da sua própria natureza.

Muitas das espécies introduzidas, em virtude da plena adaptação ao meio local, naturalizaram-se tornando-se subespontâneas e entraram em competição com as nativas, constituindo algumas delas verdadeiras invasões biológicas como é o caso do chorão (*Carpobrotus edulis*) que tem vindo a desalojar a vegetação autóctone do litoral, nomeadamente as endémicas em risco.

A primeira referência à existência de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) na Serra de Sintra, foi efetuada em 1841 pelo naturalista austríaco Friedrich Welwitsch, tendo-se o seu cultivo expandido a partir dessa data, com grande incremento já no século XX com a arborização dos Baldios Municipais de Sintra submetidos ao Regime Florestal em 1919. Parte desta área foi posteriormente rearborizada com cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), por o pinheiro-bravo não se ter adaptado aos solos básicos de algumas zonas envolventes do núcleo sienítico da Serra.

Toda a arborização realizada a partir do século XIX e os núcleos de vegetação primitiva existentes na Serra foram gravemente afetados ou destruídos pelo grande incêndio de setembro de 1966, que lavrou durante uma semana, tendo-se a degradação do seu património florestal e florístico agravado com a ocorrência de mais incêndios, nomeadamente o de 27.07.1989.

Uma das consequências dos incêndios foi a forte propagação de algumas invasoras lenhosas, todas de origem australiana, como a austrália (*Acacia melanoxylon*), a acácia-

-de-espigas (*Acacia longifolia*), a mimosa (*Acacia dealbata*) e a oliveirinha (*Hakea salicifolia*), espécies pirófitas de crescimento rápido e muito competitivas, que estão naturalmente preparadas para colonizar imediatamente os terrenos ardidos e que teriam sido introduzidas em Sintra, como ornamentais ou plantas de coleção, no século XIX. A estas, há que acrescentar o incenso (*Pittosporum undulatum*), espécie de sombra que se alastra sob o coberto dos povoamentos revestindo as poucas áreas que ainda não arderam e mesmo os acaciais originados após o incêndio de 1966.

Outra espécie arbórea que se tem expandido na Serra de Sintra, à sombra do restante arvoredado, é a azinheira-italiana (*Quercus ilex*), originária da região mediterrânea central e oriental e facilmente confundível com a nossa (*Quercus rotundifolia*), talvez a partir de alguns indivíduos adultos, de grande porte, existentes no Parque de Monserrate, invasão que ainda não está estudada.

A extraordinária diversidade da vegetação da Serra de Sintra onde, lado a lado, se encontram plantas das mais diversas origens, desde as dos climas frios às dos desertos e regiões tropicais, confere-lhe um alto valor cultural e científico e um carácter único no panorama geográfico, paisagístico e florestal português.

Da vegetação da Serra de Sintra é particularmente relevante o bosque da cerca do Convento dos Capuchos que, por já vir mencionado em relatos antigos e representado em gravuras do séc. XVIII, se supõe ter sido conservado pelos Franciscanos Arrábidos e constituir a melhor relíquia da sua floresta primitiva. É de assinalar, também, a grande mancha de folhosas autóctones da bacia superior da Ribeira da Adraga, entre Almoçageme, a Ulgueira, o Pé da Serra e os cabeços dos Picotos e do Adrenunes, que está em expansão no subcoberto do pinhal do extremo NW do Perímetro Florestal. São, também, relevantes os bosques do sopé da Serra, entre as Quintas do Pombal, das Bochechas, do Almisquer, dos Lobos e da Penha Verde que, por não terem sido atingidos por incêndios, conservam significativos vestígios da floresta primitiva e de elementos macaronésicos incluindo exemplares pluricentenários de samouco (*Myrica faya*), únicos no território do continente.

Nestes últimos decénios, seguramente em consequência das alterações climáticas, os elementos atlânticos da vegetação da Serra de Sintra têm estado em regressão com a redução da área ocupada por carvalhos e a visível expansão do sobreiro e da azinheira-italiana. A carqueja (*Pterospartum tridentatum*) já é muito difícil de encontrar assim como urzais húmidos de urze-dos-brejos (*Erica tetralix*), lameirinha (*Erica ciliaris*) e queiró (*Erica cinerea*). Também o *Daphne laureola* que dantes ocupava o subcoberto da grande mancha de cedro-do-buçaco da zona ocidental da serra está reduzido a um pequeno núcleo na zona das Pedras-Irmãs e da Peninha.

A Serra da Carregueira, entre Belas e Almargem do Bispo, constitui a segunda maior área florestal do concelho que, embora também devastada por incêndios e sob pressão urbanística, conserva alguns restos importantes de vegetação autóctone como o bosque do Senhor da Serra, de grande riqueza florística e classificado de Interesse Público, e os carva-

lhos (*Quercus faginea*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e lódãos (*Celtis australis*) centenários dos vales das ribeiras de Belas e do Jamor.

Junto ao Rio Jamor e da entrada do concelho, do lado de Lisboa, encontra-se a Matinha de Queluz, tapada murada com 21 ha anexa ao Palácio de Queluz que, com os seus sobreiros, carvalhos, azinheiras, carrascos e freixos centenários, constitui uma importante relíquia do revestimento florestal primitivo da zona de Lisboa.

Nas antigas quintas áulicas da zona de Belas encontram-se importantes núcleos de arvoredo monumental como as alamedas de plátanos e de buxos centenários da Quinta dos Marqueses de Belas e os da Quinta do Molha-Pão, classificados de Interesse Público. Destacam-se, ainda, alguns núcleos de velhos pinheiros mansos (*Pinus pinea*), o arvoredo da Quinta Nova da Assunção, adquirida pelo Município em 2001, e a grande araucária (*Araucaria heterophylla*) da Quinta do Bonjardim.

No concelho são, igualmente relevantes, os núcleos de vegetação autóctone com grandes carrascos e carvalhos-cerquinhos que envolvem os campos de lapiaz da Granja dos Serrões, Negrais e da Seguateira, os bosquetes de carvalho-cerquinho do vale da Ribeira de Cabrela, os sobreirais da Morelena e do Linhó e os 30 plátanos (*Platanus orientalis* var. *acerifolia*) da Alameda Coronel Linhares de Lima e os outros três junto ao Restaurante da Várzea, dos quais dois estão abraçados pela união de braços e ramos, recentemente classificados de Interesse Público, em Colares.

Dentre o riquíssimo e diversificado arvoredo da vila de Sintra são admiráveis as grandes sequoias (*Sequoia sempervirens*) e os velhos freixos da Quinta de Ribafria, o arvoredo da Quinta da Regaleira que inclui carvalhos nativos seculares, o notável conjunto de araucárias introduzido durante o Romantismo, indissociável da sua paisagem, e o grande plátano das nascentes da Volta do Duche.

À entrada de Sintra destaca-se, sobre o lado direito do Arco do Ramalhão, um exemplar de araucária-da-baía-de-moreton (*Araucaria cunninghamii*), que é duma espécie menos comum e poderá ser um dos maiores do país, que passa despercebido à maioria dos que por ali circulam.

São, também, monumentos vivos e classificados de interesse público a sobreira-dos-fetos da Quinta do Relógio (em frente do portão da Quinta da Regaleira), que já vem citada numa obra do poeta romântico britânico Robert Southey, o velho e singular castanheiro da Quinta do Castanheiro e o gigantesco plátano do Parque da Liberdade.

A Associação de Defesa do Património de Sintra, ao longo destes 40 anos, tem vindo a assumir a defesa e conservação do notável património arbóreo do concelho, nomeadamente dos núcleos históricos da Vila que, pela sua excecional integração e simbiose no património construído, foi reconhecido pela Unesco como um dos elementos integrantes e fundamentais da sua classificação como Património da Humanidade, na categoria de Paisagem Cultural, em 6 de dezembro de 1995.

Desta ação destaca-se o levantamento e apresentação dum proposta de classificação de 6 conjuntos arbóreos, num total de cerca de 130 exemplares de várias espécies, como Árvores de Interesse Municipal, que foi aprovada na reunião da Câmara do dia 10 de fevereiro de 2015. Este arvoredo passou a constar da lista do Anexo II do Regulamento de Gestão do Arvoredo do Município de Sintra publicado pelo Aviso n.º 8323/2019 no DR., 2.ª série, n.º 92, de 14.04.2019.

Rui Victorino Queirós
Eng.º Silvicultor

CAPÍTULO VI
REFLEXÕES E MEMÓRIAS

A conjugação de um vasto conjunto de valores monumentais e naturais levou à classificação da Serra de Sintra pela Unesco como Património da Humanidade na categoria de Paisagem Cultural – PNSC.

A Serra de Sintra é o elemento dominante do Parque Natural que se completa com uma extensa área rural e uma admirável faixa costeira – PNSC.

SERRA DE SINTRA – ALGUMAS REFLEXÕES

Há bastos anos atrás a Serra de Sintra começou a apresentar, em alguns sítios, inquietantes sinais de abandono, tendo-se descurado alguns maciços arbóreos e não só, como, nalguns casos, a conservação da flora autóctone. Simultaneamente começaram a desenvolver-se milhares de acácias.

A par deste cenário, pouco a pouco, foi escasseando a presença humana¹, tanto para o trabalhos nas quintas e matas como também deixou de haver guardas florestais residentes com as suas famílias nas casas bem planeadas e inseridas em pontos nevralgicos da Serra e a redução progressiva dos meios técnicos e humanos dos serviços florestais² nas suas diversas funções e que estavam sedeados num edifício histórico³ na Rampa do Castelo antes da saudosa porta do rodízio.

Também o Parque Natural Sintra-Cascais⁴ tinha a sua sede em Sintra, numa emblemática vivenda situada num espaço arborizado na *Estefânea*⁵ onde foi erguido um pavilhão de apoio bem integrado no local.

Apesar destes sobressaltos os habitantes conviviam em harmonia com um turismo tranquilo que procurava Sintra pelos seus bons ares e o seu património histórico e natural.

¹ Em tempos que já lá vão, os Capuchos tiveram em Eduardo Augusto Gaspar o seu guardião diurno e nocturno ao longo de muitos anos. A Peninha, para a sua protecção, beneficiou há muitos anos atrás da presença de uma família que também se dedicava à pastorícia.

² Matas Nacionais – Artigo 25 de Decreto de 24 de Dezembro de 1901. Conservação das Matas de Sintra – Decreto 4.550 de 27 de Junho de 1918.

³ Antiga Igreja Paroquial de São Miguel afectada pelo terramoto de 1755 de que restou a abside onde durante anos estiveram os serviços do Núcleo Florestal de Sintra.

⁴ A ADPS teve um papel fulcral na criação da Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais – (Decreto Lei 292/81 de 15 de Outubro) ao dirigir-se a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, alertando para a urgência da criação de um Parque Natural onde obteve, para esta pretensão, a concordância de todos os partidos aí representados. A Área de Paisagem Protegida foi reclassificada como Parque Natural – Decreto Regulamentar 8/94 de 11 de Março.

⁵ Bairro de Sintra.

Entretanto os anos foram passando e as alterações climáticas acentuaram-se progressivamente.

As estações do ano têm sofrido modificações com o aumento da temperatura, menor pluviosidade durante meses, levando a secas preocupantes e a súbitas chuvadas torrenciais e, por vezes, a ventos localizados quais micro tornados destruidores de património. Em crescendo foi surgindo o turismo de massas.

Constitui imperativo civilizacional dotar Sintra de recursos humanos que permitam a preservação do seu património no que deve estar incluída a retoma da autonomia do Parque Natural Sintra-Cascais, regressando a Sintra com uma Direcção e um corpo técnico a ele exclusivamente adstrito com um número suficiente de funcionários para o seu cabal funcionamento e dotado de um conselho consultivo em que estejam representadas as Associações Concelhias cujo âmbito seja a protecção do património construído, natural e imaterial.

No PNSC, para fazer jus à sua criação, urge que aí exista um espaço de aconselhamento, diálogo, apoio e incentivo às actividades de produção agrícola⁶, conservação da água e das terras férteis, da fauna e da flora, do património edificado e imaterial, afinal o que esteve na génese da criação do Parque Natural e incentivos para a fixação das populações, cultivando uma relação próxima dos habitantes com as instituições.

Foi o trabalho e empenho de muitos ao longo do tempo que permitiram que os valores culturais sintrenses fossem salvaguardados e reconhecidos ao ser instituído o Parque Natural e que posteriormente Sintra fosse classificada como Paisagem Cultural da Humanidade.

No entanto é imprescindível e urgente que as novas gerações, ao longo da sua escolaridade, no meio familiar e envolvimento social, sejam sensibilizadas para o nosso património através de várias actividades, o que certamente constituirá uma alavanca para que no futuro próximo contribuam para a preservação e valorização do património cultural sintriano.

Adriana Jones

⁶ Nomeadamente maçã riscadinha, reineta, pêro repinau, pêra pérola, lambe-os-dedos, parda, carapinheira, pêssigo rosa e casta Ramisco.

SERRA DE SINTRA: QUE FAZER COM A PÉROLA?

Será intemporal o fascínio que a serra de Sintra, verdadeiro Olimpo do extremo ocidente da Europa, exerce sobre quem a visita ou de longe a contempla. Fazendo lembrar, visto de norte, um gigantesco cetáceo subindo do pélogo, o Monte Sagrado, ou Promontório da Lua, ou Monte da Lua, como desde a antiguidade foi sendo apelidada por astrónomos, historiadores e poetas que a visitaram ou celebraram, como o helénico Estrabão, os latinos Varrão, Columela ou Plínio, ou o egípcio Ptolomeu, a montanha de Sintra ganhou notoriedade pela formosura das suas vertentes, pela elegância do seu perfil, pela beleza dos seus bosques, pela sumptuosidade desafiante das suas fragas apontando as estrelas e pelo mistério das suas grutas e cavernas. Varrão chamou-lhe Tagro e asseverou que neste monte, sempre tido por mágico e fértil em maravilhas, havia éguas que concebiam do próprio vento em madrugadas de neblina. Plínio refere o aparecimento de um tritão e de uma nereida vagueando, chorosa, pelas praias próximas.

Durante milénios, o harmonioso conjunto de escarpas abruptas e inacessíveis, matas densas e penedias alvinitentes pouco terá padecido com a pegada humana, procurado que seria sobretudo como espaço de culto aos deuses e aos astros e ara de ritos fúnebres. Para além, obviamente, de ser local de caçadas.

Em tempos mais próximos dos nossos, uma parte dos matagais, sobretudo nos solos mais húmidos, terá dado lugar a amenos soutos de castanheiros, sobreiros, carvalhos e outra flora mediterrânica, cuja madeira e frutos fizeram redobrar a frequência das escaladas dos povos vizinhos. Simultaneamente, as clareiras convertiam-se em viçosas pastagens. A serra povoou-se então de trilhos de rebanhos e caminhos de pé posto que a cruzavam em todos os sentidos e direcções. Uma luta sem quartel se terá iniciado entre a natureza e os vorazes invasores: procurada como combustível para o lume ou matéria-prima para a construção, a vegetação arbórea ia progressivamente desaparecendo, sem conseguir fazer face ao ritmo da mutilação e do derrote.

Na Idade Média algo de providencial para a Natureza ocorreu na Europa cristã. Refiro-me ao surgimento das ordens religiosas, em especial as mendicantes, e à proliferação de mosteiros e conventos sobretudo em meio rural e preferentemente em locais remotos e de especial beleza. Montanhas como as de Sintra, Arrábida, Buçaco e outras, foram das que, em Portugal, mais beneficiaram desse acontecimento.

Foquemo-nos em Sintra: a partir de meados do século XV começaram a surgir em diversos pontos da serra (Gigarós, Capuchos, Pena, Penha Longa, arrabalde de Santa Maria)

pequenas comunidades monásticas que, pelos seus ideais e práticas ecológicas (como agora diríamos), viriam a desempenhar um papel relevante na protecção e preservação de espécies vegetais nobres que então abundavam na serra, como o sobreiro, o carvalho, o castanheiro, o azevinho, o loureiro, o medronheiro, a própria aveleira.

Neste capítulo, merece especial destaque a pequenina comunidade de franciscanos observantes arrábidos que, desde 1560 e durante quase três séculos habitou o rústico cenóbio conhecido como convento de Santa Cruz ou dos Capuchos, mandado fazer em plena serra por D. Álvaro de Castro, filho de D. João de Castro, no meio das fragas e com elas quase se confundindo. Os frades capuchos, não obstante o seu reduzido número – a comunidade nunca terá ultrapassado a dezena de elementos – contribuíram de forma decisiva para a preservação de um estimável e riquíssimo bosque, constituído na sua maioria por árvores das referidas espécies e correspondente à cerca do convento e respectiva área circundante. Tal mata, hoje tornada uma verdadeira relíquia, fazendo as delícias dos visitantes, teria certamente desaparecido, não fora a mão carinhosa dos frades ao longo dos séculos. Semelhantemente aconteceu com as restantes comunidades religiosas espalhadas pela serra: Jerónimos da Pena e da Penha Longa, carmelitas de Gigarós, trinitários do arrabalde de Santa Maria e outros.

Em 1834 a situação sofreu uma drástica inversão. A extinção das ordens religiosas e expulsão dos seus membros decretada no país fez esvaziar quase de um dia para o outro mosteiros e conventos, incluindo os serranos, lançando ao abandono os verdadeiros oásis onde eles se inseriam. Os próprios conventos, de repente vazios e abandonados, ficaram expostos à delapidação e vandalismo.

Afortunadamente para Sintra e para a sua serra (e não só), poucos anos depois chegou a Portugal um homem verdadeiramente providencial. Em 1837, vindo da Áustria, desembarcou em Lisboa, já na qualidade de esposo da jovem rainha D. Maria II, um príncipe alemão, que bem se pode apelidar de “encantado”. Foi seu nome Fernando Augusto de Sax-Coburgo e Gota, e viria a deixar profunda marca em Sintra, terra pela qual se apaixonou.

Mecenas e protector das artes e da cultura, o rei-consorte rapidamente se apercebeu da urgência de restaurar e preservar o património nacional, tanto o construído como o natural. Em Sintra, terra tradicionalmente frequentada pela monarquia portuguesa, principalmente no verão, e que tocou de modo particular a sua sensibilidade artística, o incansável patrono tratou do restauro, reconstrução, e em alguns casos transformação, de vários monumentos e cuidou do ordenamento e povoamento florestal da serra. Dentre o património arquitectónico sintrense, a obra que mais o imortalizou foi o famoso Palácio da Pena, jóia refulgente da arquitectura romântica, construído a partir das ruínas de um velho mosteiro jerónimo. Já no âmbito da reabilitação do património natural, deixou rasto indelével na reordenação e repovoamento da serra, não apenas com as espécies arbóreas indígenas como também com outras, algumas exóticas, dando nova imagem à velha e desprezada montanha.

A beleza do local e a amenidade do clima não tardaram a atrair à serra de Sintra aristocratas e endinheirados que adquiriram fracções e edificaram, um pouco por todo o lado, chalés e palacetes, qual deles o mais vistoso. Renascida e afidalgada, Sintra entrou no século XX como jóia admirada e procurada.

Após a queda da monarquia vieram décadas de lume brando. Durante a maior parte do século XX a serra foi sobrevivendo a uma quase total incúria, sofrendo agressões e revezes vários, como alguns grandes incêndios, chegando a ser alvo de abusos intoleráveis, como a realização de provas automobilísticas!

Nos tempos que correm, um grande desafio se coloca, quer aos cidadãos comuns quer aos responsáveis políticos: desfrutar da serra (um direito dos cidadãos e visitantes), sem destruir a serra (uma cautela fundamental). Manter o acesso totalmente livre – e referimo-nos fundamentalmente às viaturas motorizadas – é coisa fora de questão, não só pelos danos e perigos para a natureza e para os monumentos, como também pela segurança das próprias pessoas, já que não existem nem rede viária que permita escoar o fluxo, nem parques de estacionamento bastantes. Haverá, pois, que encontrar uma solução de compromisso entre os dois valores em confronto: o dever de preservação do património e o direito à sua fruição humana. Sem o desfrute pelo homem não se concebe nem a arte nem a natureza, como objecto de prazer.

O assunto, de difícil resolução, permanece em banho-maria há vários anos, tendo sido já (e apenas) implementada a proibição do acesso de viaturas particulares à chamada estrada da Pena, o que é testemunhado por uns pífios cartazes de fundo amarelo, já vandalizados e de ambígua interpretação, há muito colocados à saída da vila (melhor seria que o pusessem também à entrada), representando um sinal de trânsito proibido, com o letreiro: “Pena – acesso condicionado”. Informação quanto aos meios alternativos, nada. Talvez porque não existem ou são manifestamente ineficazes. Valem os condutores de tuc-tuc, que, estrategicamente posicionados, lá vão explicando aos perplexos automobilistas que o melhor que podem fazer é estacionar o veículo algures e voltar ali a pé para alugarem a sua ruidosa e poluidora caranguejola. Entretanto, a Pena e o castelo dos Mouros vão descansando um pouco do pisoteio dos turistas.

Pedem muitos que a proibição se estenda a todo o espaço da serra. Desiderato justo e louvável. Contudo, não estando o acesso pedonal ao alcance da maioria (dadas as distâncias), tal só poderá ser avançado depois de assegurado um eficaz – leia-se cómodo, frequente e barato – sistema de transporte colectivo, que permita aos residentes e visitantes desfrutar do éden sem utilizar os respectivos veículos particulares.

Uma das soluções – que terão de ser diversificadas – passaria, em meu entender, pela instalação de um ascensor, unindo a zona de S. Pedro ou do Ramalhão (onde a maioria dos automóveis ficaria retida, ou seja, parqueada), às cercanias do Palácio da Pena. Solução que, ao que penso saber, foi em tempos equacionada, mas acabou posta de parte. Implicaria a instalação do funicular ou ascensor uma certa agressão à flora e algum impacto negativo

sobre a paisagem? Inevitavelmente. Mas estou convencido de que o saldo seria claramente positivo: sendo bem escolhido o trilho, o impacto seria muito reduzido; e, em contrapartida, o acesso turístico à zona da Pena e do castelo dos Mouros estaria resolvido.

Permanecendo as coisas como estão, teremos o castelo dos Mouros e o palácio e parque da Pena convertidos, a breve trecho, em verdadeiros espaços encantados, povoados de faunos e duendes, às vezes escondidos dentro da bruma, e sobrevoados aqui e acolá pelas majestosas águias de Bonelli...

Fernando Faria

NO JARDIM DO PARAÍSO

Gonçalo Ribeiro Telles deixou-nos no dia 11 de Novembro de 2020.

Imagino que esteja no Jardim do Paraíso.

É possível que São Pedro o tenha recebido como à Irene do poema de Manuel Bandeira.

“– Entra Gonçalo. Você não precisa pedir licença.”

Pois é, quase dois anos sem Gonçalo Ribeiro Telles! Com o covid que nos confunde, um ano tão depressa parece muito mais, como outras vezes muito menos. E quando não conseguimos despedirmo-nos de quem parte, a noção de tempo fica ainda mais confusa.

Durante este tempo, o que terá G R T andado a fazer no Paraíso? Decerto passou já muito pelo jardim e é provável que tenha proposto algum ajustamento...

Quando o íamos visitar, era frequente a pergunta: “-- O que andas a fazer?” e se, por exemplo, algum ex-aluno, então já reformado, lhe respondia “-- Ultimamente não tenho feito nada”, o comentário era imediato: “-- Então com tanta coisa que há para fazer, tanto trabalho à espera, e tu não fazes nada...?!”

Que ajustes terá G R T feito lá no Paraíso? Lembrei-me que pode ter encontrado um recanto que estava mesmo à espera de um banco com alegretes, bem à portuguesa.

Como é que ainda não tinham reparado nisso? Ainda bem que G R T notou essa falta...

Agora o Gonçalo pode sentar-se nesse banco e chamar a Docha ou a Geninha para se sentarem ali, ao lado dele. Talvez também aí fique à conversa com o Professor Caldeira Cabral, com algum ex-aluno ou com o amigo António Viana Barreto.

Tivemos sorte por ter uma pessoa como G R T tão empenhado em cuidar desta terra. Pena que não sido dada mais atenção aos seus ensinamentos. Ele amava o país e as suas gentes. Considerava-se privilegiado por não ter precisado de procurar trabalho fora de Portugal.

Queria sempre encontrar soluções equilibradas. As dificuldades estudadas com o G R T ao lado, tornavam-se em experiência animada porque o seu entusiasmo era contagiante. Não era difícil voltar atrás, recomeçar da base, refazer o trabalho. Para que resultasse mais simples, mais em harmonia com a Natureza.

Um dia destes vou visitá-lo. Será que também me sentarei a seu lado no tal banco com alegretes? Gosto de sonhar com isso. Estou certa que daí se pode avistar a Serra de Sintra.

Isabel Rito

PEQUENOS APONTAMENTOS OLFACTIVOS

I

...Let's go to Spain and, de caminho, vamos numa excursão ali a Sintra, que até é património mundial...

Ah, maravilhosas multidões de consumidores nas suas mais diversificadas motivações!

Ah, bancas de sucata em forma de souvenirs, ex-libris de um Portugal made in China no quiosque do indiano!

Ah, floresta de cartazes, angariadores de pernoitas e de comensais, dando as boas-vindas àqueles que viajam como quem colecciona troféus!

Tuk-tuks e toda a parafernália terceiro-mundista, mais os veículos motorizados de alta cilindrada para ver a Natureza de fugida e poupar tempo numa estadia de pacotilha, que “o tempo ruge”!

Mas ah!... Cenário onde tudo isto ocorre, apreensível com todos os sentidos, porque se não fosse para provar com os sentidos, mais valera ficar em casa e fazer visitas virtuais!



Mas que sentidos?

As mais delicadas sensações pulverizam-se nos dias ruidosos, a Idade do Ouro escorre-nos pelos dedos paralisados.

Cresce em nós uma ânsia de silêncio. Onde é que existe hoje, nos locais classificados como património da Humanidade, o silêncio necessário à reflexão do que é Património e do que é Humanidade?

Silêncio, que se hão de ouvir as aves!

Silêncio, que o vento que me é incómodo arrasta um manto de sons arbóreos!

Quero sentir o som da água murmurando em rendilhada cadência, e o lento pulsar dos fios de água a abrir caminho sob tapetes de folhas!

É apenas o que quero, e há cada vez menos lugar para estes lugares-comuns, a não ser talvez nas frases para imprimir em T-shirts ou no lombo de alguma cerâmica sardinha.

II



A memória olfactiva é, de todas, a mais fugaz. Entre o momento em que ocorre a sensação e o que dela recordamos, existe uma complexa rede, ou cortina, ou camada de

uma substância que nos permeia o devir. Advém isto também do facto de ainda não se ter inventado um engenho que pudesse gravar aromas “para mais tarde recordar”. Não passa o que acabo de escrever de um pensamento resultante de uma tentativa de reter na memória um ou outro aroma da minha existência passada em Sintra. Como aquele intrigante aroma das tílias e dos plátanos que, no princípio das noites de Fevereiro, ao apear-me na última estação de comboios, depois de um dia passado imersa em cheiros citadinos, me alcançava como um balsâmico floral de Inverno.

Já nos dias mais longos, recordo-me de um humilde canteiro de gerânios adossado ao limite encurvado da estação de comboios, a inundar a rua com o seu aroma pungente, maturado ao longo de uma tarde estival e aprisionado na súbita frescura da névoa vespertina da Serra.

Inesquecíveis encostas e parques, em permanente destilação de musgo, terra e neblina.

Aroma levemente melado do hipericão na Volta do Duche nas noites amenas, aroma quase tangível, numa Lua Nova em que se extinguisse a iluminação da via pública.

Não será este aroma a única maravilha desta artéria tão peculiar, a começar pelo curioso nome que tem, decorrente não sei de que história. Para mim é a Via, uma Via à Volta, uma Sacra Via, e nas suas margens movem-se todos os elementais, obreiros dos referidos aromas.



Mais do que um local de passagem entre dois pólos, mais do que um qualquer percurso iniciático, é esta via um compasso suspenso entre a concentrada agitação de adventícios e o fervilhar do aglomerado de traça medieval, onde é próprio que nos invada a mescla dos apelativos odores gastronómicos, e onde a nossa vista se pode espriar num Paço sabiamente proporcional, como uma enorme varanda para Ocidente, não tão grandioso como outros no País e na Europa, mas nem por isso menos cosmopolita.

Maria Isabel B. P. Salvado

ÁRVORES DA MINHA VIDA

O chão era de saibro, ou quase. Era mais terra batida em tom claro e róseo. A alameda era delineada pela casa e anexos: uma construção algo recente em tijolo e cimento, um ancestral lagar em granito, a casa pequena com o piso térreo dos caseiros enegrecido pelo fumo e um piso superior engrinaldado de granito, à maneira dos solares da região. Mais à frente, outro grande tanque em granito para pisar as uvas, armadilha para as vespas embriagadas, e mais adiante o curral. Aí começava o muro baixo de pedra sobre pedra, atrás do qual se estendia o bosque mágico das avelaneiras.

Todo o outro lado da alameda era corrido pela sebe de buxo que ocultava os terrenos da lavoura, mas não a copa da figueira.

Já entre o muro do bosque e a sebe das hortas, havia uma comprida mesa feita de um só bloco de granito, para junto da qual, no Verão, se levavam os humildes bancos corridos da lareira, e se passavam as tardes à sombra do enorme castanheiro que cobria tudo aquilo. De um dos seus ramos que atravessava toda a alameda pendia um baloiço feito com sacas de serapilheira suspenso com grossas cordas que, sem cinto de segurança, nos levava vários metros em voo num arco de mais de 90°, entre gritos de pássaros de Estio.

É a esse castanheiro que eu quero agradecer em primeiro lugar. Lembro-me que todos o respeitavam como o membro mais velho da família. À sua sombra não havia disputas. Quanto às castanhas, as que caíssem do outro lado do muro eram dos outros, as do lado de cá eram nossas.

Não me recordo como é que passávamos para o outro lado do muro e penetrávamos na suavidade do bosque onde as cores e os sons dormiam a sesta. Como podia haver ali algo de assustador, se trepar às avelaneiras era mesmo uma brincadeira de crianças? Quando aprendi na escola umas canções medievais sobre avelaneiras floridas de símbolos, já eu

tinha passado tardes em terras de fadas e sabia que as avelãs que comia pelo Inverno eram dádivas suas. Pelas avelãs e por tudo o resto, para esse bosque a minha lembrança e a minha gratidão fogem de mãos dadas. (may be that's the reason why you are nuts...).

Sobre a quinta devo dizer que, a dada altura, a sebe de buxo era substituída por videiras em sebe, depois em latada, e deste modo se embrenhava o caminho pelos terrenos desnivelados onde nada era uniforme quando deixávamos a rua larga e seguíamos pelas transversais.

Havia várias fontes muito bonitas. Lembro-me da fonte de São Pedro, ao fundo de um recinto quadrangular subterrâneo, completamente forrado de hera. Havia degraus num dos lados. Sobre a mina e a bacia estava uma imagem do santo com as suas chaves, num nicho pintado de azul celeste. Era esta deliciosa água que tínhamos que carregar até casa, era o peso da chave para o Céu. E eu pergunto que revigorante divindade feminina residia ali, antes de ser substituída pela Pedra da Igreja. Das outras fontes lembro-me vagamente como locais simpáticos, mais ou menos cuidados e igualmente generosos.

A outra árvore a que quero prestar homenagem é um salgueiro. De entre as duas ou três dezenas de tipos de salgueiros que existem, não saberia classificar este meu salgueiro. Posso dizer que quando o conheci já era mais alto do que muitos dos que se vêem, por vezes, nos jardins de pequenas moradias, mas talvez não fosse salgueiro branco. Da casca deste último pode-se extrair uma substância analgésica e anti-inflamatória que, depois de muitas manipulações em laboratório, foi convertida no fármaco designado por ácido acetilsalicílico, de *salix* (salgueiro).

Conheci este salgueiro em 1979, durante a minha estadia na Suíça, no parque de campismo de Saxon, na região do Vallais. Era junto ao seu tronco que eu pernoitava, sem tenda, num saco-cama improvisado. Uma noite acordei com os protestos aflitos dos campistas, no meio do som forte da chuva a cair na relva, nas folhas, ao longe no pano das tendas, nos carros, nas caravanas. A água entrava nalguns habitáculos deixando os seus ocupantes em alvoroço. Tacteei a relva e estava enxuta. A abóbada de folhas sustivera o ímpeto daquela inesperada chuva de Verão.

* * *

Fim de tarde de Abril a ouvir Chopin,
balada nº 1 em Sol menor opus 23,
Diante do Sol que descia.

No azul ainda claro àquela hora,
Laivos de lembranças de flamingos e ramas nuvens.

Mas pouco a pouco o azul se transformava
Em bodas de papel de seda com papel de lustro,
Sustendo a linha das copas contra luz ao longe
Para lá do horizonte pardacento dos telhados.

Do outro lado da rua,
As folhas primaveris das árvores podadas no final do Inverno,
Criavam um padrão, como um alfabeto multimilenário,
Velando sabe-se lá que mistérios. . .

Por entre este faustoso cortejo fúnebre do Sol,
Há uma árvore imensa,
Que se eleva muito acima das outras,
E que faz lembrar uma araucária, embora sem a rigidez da forma.
Deve ser da família dos cedros.
É genial.

* * *

Há uma rua em Sintra que, sem ter a grandiosidade da Volta do Duche, me transporta para uma época em que a Terra era mais jovem. No meu caminho diário para o mundo da alienação laboral, eu tenho o privilégio de poder observar uma faixa de vegetação composta de sebes de buxo, canteiros, arbustos e até . . . árvores! Neste breve trajecto as plantas tornam-se-me imensas, a ponto de se vislumbrar, por entre a folhagem, olhos de felinos à espreita. Bom dia Rousseau le Douanier!

Ao cimo da rampa há uma árvore com folhas de um recorte tão elaborado e harmonioso, que a mão que o desenhou dançava na brisa, ou dirigia a orquestra do som que fez ondular as águas e esculpir búzios e conchas. E perto dessa árvore, num recanto discreto, há um poste de outra era, a que só falta suspender um dístico com o nome da Rua do Número de Ouro. . .

Também lá está um cedro, ou um cipreste, sobrevivendo à poluição e, mais abaixo, a árvore mais frondosa que se derrama sobre o passeio como uma benção, e que no Verão se enche de pequenas bagas vermelhas (e de exóticos pássaros multicolores na minha imaginação).

Nesta rua em que tudo vibra, o anil dos agapantos extasia-me. As flores rosa e branco que teimam em desalinhar a sebe, deliciam-me com a sua irreverência. O pássaro desenhando uma rota que não consigo ver por inteiro. As lagartixas que fremem e se esgueiram sob o Sol. As abelhas que progridem pelos canteiros em constantes manobras de “aflorescimento”. O verde, que mesmo no Inverno, não nos abandona, como tudo o resto.

E mesmo passando depressa eu absorvo intensamente todo este vibrar, e agradeço a todos estes seres, pela energia que reverte para cada célula do meu corpo, a energia que me suaviza a queda na rotina e me acompanha a ascensão no final do dia.

Maria Isabel B. P. Salvado

A SUSTENTABILIDADE HUMANA DO PATRIMÓNIO

Quando eu era criança, lá pelos idos do 25 de Abril, ia com o meu pai visitar museus e eles estavam habitualmente vazios, pois poucos portugueses lá iam.

Reconhecendo este facto duradouro, criou-se uma curiosa alternativa à ida à missa, que também se foi tornando rara, consistindo ela na possibilidade de ir ao domingo de manhã gratuitamente a alguns dos principais museus.

Entretanto, quando não há pandemia ou severa crise internacional, circulam por Sintra, como aliás no museu do Louvre, uma nova classe de praticantes de ‘jogging’ - estes podem ser vegetarianos, andar de bicicleta e falar de pegada ecológica com grande orgulho pessoal. Um dos seus hábitos é de, em muitos fins de semana, apanharem um avião e ir até outra cidade europeia, diversa pelo aparente exotismo, aproveitando o tempo que sobra das esperas nos aeroportos, para visitar locais de sonho, que os possam entreter.

Os castelos do Luís da Baviera decerto terão inspirado o Universo Disney. E Sintra, com os seus mouros, com a sua Serra da Lua, o seu Monte da Lua, a sua Pena e Peninha, presta-se às mil maravilhas para dar a versão lusa desta cultura de entretenimento que transforma o património num activo altamente intangível pelo que comporta de supostos bens e expectativas psíquicas.

A ideia de um parque temático, onde um zoo, um palácio colorido e suspenso sobre fragas, uma cidade de lioz e luz argêntea vinda de um esplêndido estuário e onde se comem sardinhas, são entes relativamente indistintos sob o critério da fruição ociosa e descuidada, tem alguns senões.

Um desses senões, é que os autóctones que não se convertem ao espírito de serviço ao estilo Las Vegas, que não transformam o seu lar num alojamento local, e que gostam de viver num lugar que tem um peso e um valor existencial ontológico, se transformam num empecilho para o monopólio da diversão. Uma das maneiras pacíficas de os converter, particularmente eficiente com os arrendatários de ex-longa-duração, é a alteração legislativa que possibilita a curta-duração e o aumento ‘exponencial’ do metro quadrado. Esses empecilhos devem ir para o seu lugar: os que são desprovidos naturalmente da capacidade de ‘make money’ são retardados na escala evolutiva e devem ir para as periferias, não merecendo a atenção e a visita dos ‘plain citizens’.

Claro que este progresso só traz vantagens culturais: os bilhetes de ingresso, umas dezenas de euros por grupo familiar, irão parcialmente para o alindar dos edifícios, para

restauros mais ou menos glamorosos. Que o digam os restauros das talhas nos Clérigos do Porto... ou as ex-gaiolas pombalinas.

Entretanto tudo parece ir pelo melhor neste melhor dos mundos possíveis. Afinal estes autóctones queixavam-se dos comboios da linha de Sintra e eis que afinal os ‘plain citizens’ os adoptam alegremente. Aliás estes até adoram fazer bichas, ou filas como parece que agora se deve dizer.

Entretanto há por aí uns queixumes. É que há umas alminhas que herdaram uns genes do velho do Restelo. Dizem que não faz sentido a história e a cultura serem subalternizadas e ser retirado aos lugares, tradições e cultura o seu sentido mais profundo, que exige compenetração, interioridade, espírito de admiração e de contemplação. Que não faz sentido retirar às pessoas o direito de pertença a um lugar, com os seus ritmos lentos e a sua consistência. Que a pegada ecológica destes ‘plain citizens’ e o seu consumo desenfreado é um escândalo à escala global. E que o valor educativo e intrinsecamente formativo do património está a ser absurdamente desprezado em nome de meros interesses económicos inconfessados e inconfessáveis, que têm por si uma gigantesca máquina publicitária capaz de vender gelo a preço do uísque aos esquimós.

Provavelmente se os “plain citizens” se convencessem unanimemente de que o bem maior era o de fazer “rave parties”, decerto já teríamos sido alegremente confrontados com um póstumo patrocínio de um Fernando Consorte.

Entretanto propõem também os discípulos da Múmia do Restelo que o acesso aos bens culturais deva ser facultado mediante a prestação de provas escritas, onde os “plain citizens” demonstrem saber algo de efectivo sobre o património no qual se pretendem instalar a título provisório. Em recompensa poderão apreciar um copo de ramisco e assistir a um auto de Gil Vicente num palácio de Sintra, para se rirem deles próprios.

João Príncipe

RECANTOS DE SINTRA

A FREGUESIA DE ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Factos do seu passado

A freguesia de Algueirão-Mem Martins foi criada pelo Decreto-Lei nº 44.147 de 5 de Janeiro de 1962, cuja área foi destacada das freguesias de São Pedro de Penaferrim, Santa Maria e Rio de Mouro. É constituída por várias localidades, designadamente Algueirão, Baratã, Barrosa, Casais de Mem Martins, Mercês, Pexiligais, Recoveiro, Sacotes e Telhal.

A freguesia de Algueirão-Mem Martins sofreu uma verdadeira explosão demográfica nos últimos anos. Tal como todas as terras, Mem Martins tem a sua história. Uma história antiga e viva na memória de quem sente as suas raízes. Recuar ao seu passado para prestigiar o presente é aquilo que pretendemos neste momento, porque ao longo dos séculos algumas destas localidades deixaram marcas na história de Sintra.

A povoação de Mem Martins é mais antiga do que a do Algueirão. Aqui se desenvolveu durante séculos a cultura cerealífera, absorvendo a atenção dos residentes deste aglomerado e sendo uma das suas principais características. Como a terra era boa e a água não faltava, o trigo, a cevada, a aveia e o milho, eram cultivados e vendidos nos mercados. Podemos verificar assim, que um dos aspectos psicológicos dos mem-martinenses desde épocas antigas é o seu amor pela cultura dos cereais.

O Orago

O orago de Algueirão-Mem Martins é S. José, que se comemora a 19 de Março.

A igreja matriz de invocação de S. José foi edificada numa vasta zona da povoação do Algueirão. É um templo de recente construção, obedecendo às necessidades da nossa época, de linhas sóbrias e de larga superfície, próprio para uma paróquia de densa população. Foi autor do projecto do referido templo o arquitecto Armando Fernandes Amorim.

Dos seus pitorescos costumes

Dentro dos seus costumes podemos salientar, segundo as nossas fontes, que os mem-martinenses cantavam quando os bois rasgavam a leiva que recebia o grão. Nos seus

campos raramente se via um cacho, uma maçã ou uma couve. A árvore era considerada a sua maior inimiga porque, como diziam “lhes chupava tudo”. Ao nível do verde apenas lhes agradava o verde das searas e do mato, que lhes dava canas para o gado e estrume para as terras.

A horta, enquanto para saloios como de Loures e Frielas, lhes merecia cuidados especiais, para os saloios de Mem Martins, era desprezada. Tudo se relacionava com a cultura dos cereais, que era particularmente acarinhada e defendida. O entusiasmo como carregavam o carro do mato e acomodavam cada uma das suas camadas; o entusiasmo como carregavam o carro de lenha, com o saloio em cima com a sua forquilha, dando uma forma bastante airosa. Na verdade, era notável a estima que o saloio de Mem Martins tinha pelo mato e pelos cereais.

Logo de criança, agarrava num cajado e ia para o monte atrás das vacas, com a saca da bucha, demorando-se por lá até altas horas, vivendo assim entre o mato e a sua meninice. Algum mais brincalhão lá levava a flauta para tocar sem descanso, enquanto o gado se deliciava a comer nos tojeiros.

Na época de Natal ao Entrudo a flauta era substituída pela corna. Este instrumento tradicional era feito dum chifre de boi a que cortavam a ponta. Aqui introduziam uma gaita de cana e com um ferro em brasa faziam-lhe um orifício, lateralmente, na parte mais aguçada, a fim de obterem outra nota e passavam todo o dia a “chamar Entrudo”.

Em termos de religiosidade palmilhavam a charneca para irem à missa, ao domingo, à Igreja de Rio de Mouro. Dentro do calendário litúrgico não trabalhavam aos domingos e nos dias santificados.

As romarias eram as suas grandes manifestações religiosas, como a de Nossa Senhora da Nazaré, Nossa Senhora do Cabo, Santa Eufémia, São Romão e Santo Amaro, algumas já desaparecidas. Mas a da Senhora das Mercês merecia-lhes particular devoção, onde ninguém faltava.

Terra de artistas – Chaby Pinheiro

Por esta freguesia passaram grandes vultos da cena portuguesa. No Algueirão viveu, durante muitos anos, Chaby Pinheiro, onde veio a falecer. Na freguesia representou a comédia em 3 actos “O Conde Barão”, de autoria de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos.

A última vez que apareceu em público, pouco antes da sua morte a 6 de Dezembro de 1933, foi a pedido do Direcção do Clube de Mem Martins. Recebido triunfalmente pela assistência, quando se iniciava para recitar um texto, foi acometido pelos primeiros sintomas da congestão cerebral que o vitimou.

Mais tarde o Cine-Teatro de Mem Martins (infelizmente já desaparecido), muda para a designação de Cine-Teatro Chaby, em memória ao grande actor e reconhecimento por ter escolhido Algueirão para sua residência.

Aqui viveu durante muitos anos o escultor Anjos Teixeira, com a sua mulher e Anjos Teixeira (Filho). Podem-se ver no Museu Anjos Teixeira em Sintra, parte do seu conceituado património artístico.

Alves da Cunha que nasceu em Lisboa a 19 de Agosto de 1889, onde veio a falecer a 24 de Setembro de 1956 e considerado um dos maiores actores portugueses, passou por Mem Martins, onde representou no clube local.

Max, o célebre artista da “Pomba Branca” e de outros estrondosos êxitos, como a “Mula da Cooperativa”, escolheu Mem Martins para morar, tendo falecido aqui há cerca de 22 anos. Em Mem Martins e no concelho de Sintra actuou largas dezenas de vezes, a maioria das quais, em actos de beneficência.

Luciano Reis

SINTRA INSPIRAÇÃO E MISTÉRIO

Escrever um livro, um diário, um registo de emoções, pensamentos, sentimentos, escolhas, demandas.

Seguir o fio de Ariadne para encontrar o labirinto, ao invés dele sair.

Perdidos no labirinto, usando como fio condutor a Lua, Sintra e os seus Mundos, Sintra e os Mundos.

E toda a vida se enreda e se torna enredada nesse novelo iniciático, infinito, nessa Serra do Graal onde buscam os Fiéis do Amor.

Há uma intuição impetuosa, um desvelo, um progresso.

Bebe da essência e transforma-te nela própria.

Sê a Floresta, as Árvores e as Pedras.

Sê o Silêncio que fala nos murmúrios da Natureza.

Acende o fogo do contacto e o vento te responderá, acenará através das árvores.

Santifica e glorifica a Natureza, ama o que está em cima para saberes o que está em baixo.

O tempo humano é curto e longo. O Caminho tem grandes desertos, por vezes verdes, rios difíceis de atravessar e mares que nos isolam dos homens e aqui ficamos na Ilha de Sintra. Alguns como náufragos que procuram uma oportunidade de escapar. Outros ficam para se adentrar nessa ilha mágica, sagrada.

A Serra escolhe, recolhe, acolhe, expele, é um ser vivo. Ela Sabe.

É uma ilha com entradas subterrâneas, esculpidas nas pedras. Entradas por diferentes dimensões, conhecidas do nosso inconsciente lunar. A determinados dias, em determinados lugares, a Serra recebe, Ela se abre. Outras vezes quando a magia se opera, vem o nevoeiro e a cerra. Fechada para o mundo, actua nos seus mundos. Poucos ou nenhuns são convidados nessas ocasiões. A Serra tem vida própria e no ventre da montanha o Mistério se opera.

Visionários da Serra, os que sabem, os que vêem, os que são chamados e os que guardam.

Maria João Martinho

22 Janeiro de 2018

A POESIA DE SINTRA

Neste 40.º aniversário da constituição da Associação de Defesa do Património de Sintra (ADPS), quero felicitar a ADPS por todo o seu esforço na defesa deste património que é de todos nós, e contar aos caros leitores um pouco da história que me liga a Sintra.

A minha avó Susete foi quem mais me ensinou a apreciar e a amar a beleza de Sintra. Do nosso quintal, em Galamares, víamos o palácio de Monserrate, rodeado de verde. A minha avó explicava os elementos da paisagem que nos rodeava, enquanto cuidava das plantinhas e me ensinava os segredos da sua arte.

A arte da minha avó para cuidar das plantas vinha de uma grande sensibilidade e intuição, mas sobretudo de um grande amor pelas plantas e pela beleza da obra da Mãe Natureza, com as suas múltiplas cores, formas e cheiros. Lembro-me de a ouvir, ainda bem pequenina, e de sentir uma espécie de magia e uma imensa vontade de me rodear daquele mundo e de toda aquela maravilha. Com o tempo, a Serra de Sintra veio a representar para mim esse mundo cheio de beleza e de encantamento.

São muitas as memórias com os meus avós em Sintra. Com eles, passeava frequentemente entre os pinheiros mansos à volta de Galamares e apanhava pinhas; caminhávamos até Monserrate, onde rebojava na relva e brincava junto do lago; íamos até Colares, onde brincava no antigo parque infantil, via os patinhos na ribeira e ia com a minha avó à mercearia comprar produtos locais, enquanto o meu avô comprava o jornal e tomava o seu café; íamos buscar água à fonte Mourisca ou à Fonte da Sabuga, que recolhíamos em garrafões, como muitas pessoas faziam na altura; íamos almoçar um delicioso cozido à portuguesa ou cabrito assado a Nafarros, e depois do almoço, ao descermos de carro, era rara a ocasião em que não comentávamos aquele imenso verde da Serra e aquela paisagem deslumbrante que nos rodeava.

Apesar de terem passado cerca de 30 anos desde que estes acontecimentos tiveram lugar, tenho ainda muito presentes as histórias que a minha avó me contava nessas ocasiões, de vários episódios de família que se tinham passado em Sintra, como a primeira vez que o meu pai, ainda bebé, se tinha virado sozinho ali em Galamares, ou a última chupeta que ele tinha tido e perdido algures entre os pinheiros mansos das redondezas. Contavam-me também muitos episódios locais, como um grande incêndio na Serra, que há muitos anos tinha matado vários bombeiros que o combatiam, ou umas cheias que houve na região e que causaram grandes estragos. Esta passagem de testemunho dos meus avós e as muitas

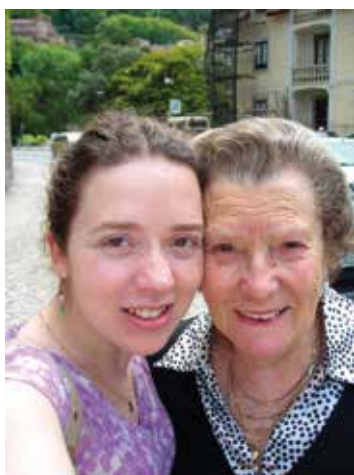
e belas memórias que guardo com eles, e também com os meus pais, “teceram” e geraram aos poucos o meu amor por Sintra.

A capacidade que a minha avó tinha de apreciar a beleza da Serra – e os muitos pormenores e características que fizeram com que a Paisagem Cultural de Sintra fosse inscrita como Património Cultural da Humanidade – está bem reflectida noutra das suas artes, que era a de escrever poesia, e talvez, sobretudo, no poema “Oh Sintra”, que é o meu preferido dela. Há uns anos pedi à minha avó que redigisse numa folha à parte este poema, para o colocar dentro de um livro que tenho com poemas sobre Sintra. Apresento aqui essa folha com o poema da minha avó, escrito e assinado por ela, na sua linda caligrafia, como homenagem a esta avó querida, que está tão ligada a tudo o que sinto por esta nossa terra.

A minha avó Susete morreu em Outubro de 2020, mas tenho-a sempre comigo, nas muitas histórias que me contou, nas simples e importantes lições para a vida, que subtilmente me ensinava; na beleza da Natureza que me ensinou a apreciar e preservar; e ainda na veia poética, que corria nela e também corre em mim.

Vera Vieira da Silva

Maio de 2021



Vera e Avó Susete

Oh Sintra!

Maria Susete Vieira da Silva

Oh Sintra!

Oh Sintra, serra encantada,
Com tuas encostas verdes
Todas de trabalho empedradas,
Tuas sombrias veredas
De camélias salpicadas,
Teu lindo castelo esplanado
Com ele fico sonhando.

Oh Sintra, terra de amargos
De mil fontes semeada,
Onde a natureza chora
Pelos caminhos onde o sol
A verde rompe a folhagem.
N'esses caminhando encontramos
Toda a paz que desejamos.

Oh Sintra, lindo jardim,
Das aves, o papaião,
Pela seara onde o sol brilha
Somente quando Deus quiser,
Sempre envolta em neblina,
Com teu orgulho profundo,
Assim te escondes do mundo.

Oh Sintra, estranha e bela,
A arda em teu seio palpita,
Queria poder penetrar-te
E teus tesouros encontrar,
Descobrir os teus segredos
Que os deuses vão guardando
E' ils sabem até quando...

Oh Sintra, tuas mansões
Velhas casas e jardins
Lareiras e casarões,
Estão velhos, mas mesmo assim
Marcam nossos corações,
O
Quem cá passa ou permanece
De certo não mais te esquece!

Oh Sintra da realina,
Que em ti procurou sonhar,
Egmore aqui esteve e quiz
Teus Luziadas recitar,
Rainha Santa também,
Com ti viveu e chorou
Com os pobres que tanto amou.

Oh Sintra, o mar vem beijar-te
Ora manso, ora revoltado,
E' com di longe adorar-te,
Tuas fragas saboar,
E aos portos do mundo inteiro
Nas ondas leva consigo,
O teu coração amigo.

Oh Sintra tua Selva,
Pelos poetas cantada
Pelos pintores fixada,
Com telas de verdes tons
Quem as vê logo se encanta,
Sua alma desejos sente
De te ver para todo o sempre.

Oh Sintra, o teu palácio
Dominando o vale imenso,
E' jóia da nossa História,
Vagui-me a litor e saudoso
Das gentes que nele viveram,
Das conchas puras de amor
Covidas em seu poder.

Maria Luísa Vieira de Sá

“Desenvolvimento sustentável é guardar os recursos para amanhã.

A Conservação dos Recursos Naturais Base do Crescimento Económico e do Bem-Estar Social a Médio Longo Prazo: o Maior Desafio Comum

“Portugal é um dos países onde a desertificação tem especial relevância e, se nada for feito nos próximos 20 anos, cerca de 66 por cento do território pode ficar deserto e seco”.

“Se não mantivermos os montados a Sul, o deserto do Sahara chegará ao Tejo”

Eugénio Sequeira

As árvores: os nossos parceiros silenciosos

As árvores são organismos que têm acompanhado e permitido o desenvolvimento da humanidade. Nos dias de hoje, as árvores continuam a ser parceiros indispensáveis concedendo-nos benefícios inapreciáveis, como, por exemplo, reguladores climáticos, fornecedores de matérias primas e alimentos diversos, e fonte de prazer estético e de lazer, para só citar alguns.

Face à crescente e avassaladora interferência da nossa civilização, é imperioso desenvolver, junto da população, em especial nas crianças e dos decisores políticos (que, por vezes, até têm comportamentos semelhantes...) o respeito pelas árvores, cujo conjunto constitui um património insubstituível o qual diz respeito a todos e, que, portanto, cabe a todos defender.

Miguel Ramalho